



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E  
INTERCULTURALIDADE**

**MICHELLE THALYTA CAVALCANTE ALVES PEREIRA**

**PROBLEMATIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX  
EM *SOZINHA* E *UM DIVÓRCIO*, DE SARAH BEIRÃO**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2021**

MICHELLE THALYTA CAVALCANTE ALVES PEREIRA

**PROBLEMATIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX  
EM *SOZINHA* E *UM DIVÓRCIO*, DE SARAH BEIRÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, do Departamento de Letras e Artes, do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

**Área de Concentração:** Literatura e Estudos Interculturais

**Orientadora:** Profa. Dra. Aldinida Medeiros

**Coorientadora:** Profa. Dra. Isabel Lousada

CAMPINA GRANDE – PB  
2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P436p Pereira, Michelle Thalyta Cavalcante Alves.  
Problematização da condição da mulher no início do Século XX em 'Sozinha e um divórcio', de Sarah Beirão [manuscrito] / Michelle Thalyta Cavalcante Alves Pereira. - 2021.  
102 p.  
  
Digitado.  
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.  
"Orientação : Profa. Dra. Aldinida Medeiros, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."  
1. Gênero. 2. Literatura portuguesa. 3. Emancipação feminina. I. Título  
  
21. ed. CDD 801.95

MICHELLE THALYTA CAVALCANTE ALVES PEREIRA

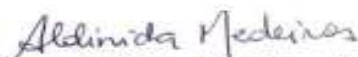
**PROBLEMATIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX  
EM *SOZINHA E UM DIVÓRCIO*, DE SARAH BEIRÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade do Departamento de Letras e Artes, do Centro de Educação, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Área de Concentração: Literatura e Estudos Interculturais

**APROVADA EM:** 18 de Outubro de 2021.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



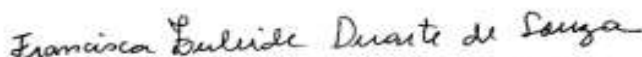
Profa. Dra. Aldinida Medeiros de Souza  
(PPGLI/UEPB – PRESIDENTE)

Assinado por: ISABEL MARIA DA CRUZ LOUSADA

Num. de identificação: 06070907

Data: 2021.11.19 19:05:27+00'00"

Profa. Dra. Isabel Lousada  
(CICS. NOVA/UNL - COORIENTADORA)



Profa. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza  
(PPGLI/UEPB – EXAMINADOR INTERNO)



Prof. Dr. Mauro Dunder  
(PPGEL/UFRN - EXAMINADOR EXTERNO)

A todos aqueles que, como eu, lutam e resistem às diversas práticas opressoras do nosso país, e que encontraram na *Literatura* uma forma de aliviar a dor ocasionada pela pandemia do *Coronavírus*, dedico.

## AGRADECIMENTOS

Toda honra e glória a ti Senhor, gratidão.

Agradeço a DEUS, por sempre iluminar meus passos e guiar meus caminhos; que nos momentos de desânimo e cansaço, renovou-me as forças, incentivando-me a dar continuidade aos compromissos acadêmicos, resultando na concretização deste sonho.

À memória de Manuel Alves, meu pai, que há 17 anos partiu de uma forma tão repentina, mas deixando um legado imenso. Foram muitos os ensinamentos que me passou e pelos quais lhe serei eternamente grata.

À Edileuza Cavalcante, minha mãe, pela sua força e incentivo e, principalmente, pelo exemplo de vida.

Ao meu segundo pai, José Macena, agradeço por todo o carinho e apoio que me deu ao longo da vida.

À minha irmã Emanuela Cavalcante, pelo incentivo.

À minha tia Lidiane Alves, pelo carinho e por acreditar tanto em mim.

À minha pequena Clara Marine, principal motivação e a razão pela qual levanto todos os dias para encarar os desafios da vida. Seu afeto e carinho revigoravam minhas forças nos momentos de desânimo. A você, dedico todo carinho e amor que a vida me ensinou a ter.

Ao meu companheiro Richardson Sousa, pela compreensão da minha ausência em alguns momentos dessa trajetória, pelo seu apoio incondicional, mesmo nos momentos mais difíceis, e pelo incentivo à minha formação científica e profissional, obrigada por acreditar sempre em mim.

À Josefa, por cuidar tão bem da minha pequena Clara Marine, nas minhas inúmeras ausências ocasionadas pelos compromissos acadêmicos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro concedido em forma de bolsa, permitindo dedicar-me inteiramente a este trabalho.

À Universidade Estadual da Paraíba, minha segunda casa, pelo seu apoio institucional, um exemplo de resistência e força, “pública, gratuita e de qualidade”. Esta exerceu um papel essencial na minha formação acadêmica, desde a graduação em Letras até esse mestrado. A ela dedico os inesquecíveis e mais enriquecedores anos da minha vida.

À professora Dra. Aldinida Medeiros, minha orientadora, por ser uma inspiração, por sua competência e dedicação, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma acreditava.

Juntas construímos uma jornada de grande aprendizado e conhecimento literário. Agradeço pelo auxílio e atenção quando necessitei, pelas suas valiosas orientações não só na construção desta dissertação, como também na minha formação enquanto docente. A ela agradeço de forma especial pelo seu apoio emocional e intelectual.

À professora Dra. Isabel Lousada, minha coorientadora, pelo conhecimento compartilhado durante todo o percurso de construção deste trabalho. As recomendações solicitadas foram recebidas com muito apreço. Agradeço pela leitura atenta e pela disponibilidade quando solicitada.

Aos Profs. Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza, Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães e Dr. Mauro Dunder, pelas essenciais considerações para o aprimoramento desta dissertação.

À memória da Profa. Dra. Rosilda Alves Bezerra, coordenadora do PPGLI, que não media esforços para o crescimento e o aperfeiçoamento deste programa. Seu legado será mantido sempre vivo na academia, principalmente no âmbito na pesquisa científica.

Aos demais docentes do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI), pelos sábios ensinamentos durante o período de curso das disciplinas oferecidas pelo Programa.

À Telma Cardoso, secretária do PPGLI, por toda a atenção e apoio prestado durante minha trajetória acadêmica, que tanto ajudou, esclarecendo todas as dúvidas que surgiram no decorrer dessa jornada.

Ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Estudos Literários e Lusófonos (GIELLus), por todos os momentos de encontros, contribuições, produtivas discussões, trocas de conhecimentos e companhia. Meu respeito e admiração são enormes!

À Janaina Coutinho, por sua imensa ajuda e apoio no desenvolvimento desta dissertação.

Aos queridos amigos, especialmente: Alexandra Araújo, Ana Flávia, Andréia Rafael, Aparecida Andrade, Edianny Santos, Érica Dayana, Fabiana Ribeiro, Francisco Edinaldo, Herbert Sousa, Jaqueline Vieira, Maria Ismênia, Rayssa Andrade, Tainah Rocha, eu deixo uma palavra de gratidão por todo incentivo, carinho e inspiração.

Aos amigos e familiares que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Com muita alegria e satisfação, finalizo esta dissertação. Não tenho palavras para descrever o tamanho da minha GRATIDÃO.

Tudo posso naquele que me fortalece. (Filipenses 4:13)

*As aspirações da mulher, as mais radicais como as mais conservadoras tiveram as honras de uma discussão que ficará memorável na história do feminismo em Portugal.*

Ana de Castro Osório

*Quando há o desejo ardente de vencer, os obstáculos são incentivos.*

Sarah Beirão



## RESUMO

A presente pesquisa é um estudo de dois romances de Sarah Beirão, *Sozinha* (1940) e *Um Divórcio* (1950), e tem por objetivo elucidar questões relativas à condição feminina sobre os temas educação e divórcio, na sociedade portuguesa da primeira metade do século XX, especificamente nas décadas de 40 e 50. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a qual se aplica a metodologia dos textos teóricos e críticos aos textos literários em estudo. Discutiremos, portanto, que a busca pela igualdade de gênero, iniciada na primeira e segunda ondas do feminismo, resulta em uma tematização, ainda que em enredos de certa forma romantizados, nas narrativas de Sarah Beirão. Para fundamentar o presente estudo, o aporte teórico está ancorado em diversos estudos sobre os temas em questão, dentre os quais destacamos Maria Regina Tavares da Silva (1983), Irene Vaquinhas (1999), Isabel Lousada (2009) e João Esteves (2001), no tocante à condição da mulher portuguesa e sua luta por direitos e igualdade; Cecil Zinani (2012), Lúcia Ozana Zolin (2009), que apresentam questões sobre a literatura feminina e crítica literária; Mirele Carolina Werneque Jacome e Cristian Pagoto (2009), no que concerne à cultura patriarcal e à representação da mulher na literatura; Andradina de Oliveira (2007), que apresenta uma reflexão a respeito da rejeição da mulher sem instrução educacional e divorciada; Joaquim Pintassilgo e Maria João Magarro (2013), que dissertam sobre a educação da mulher; Claudete Carvalho Canezin (2004) e Anália Cardoso Torres (2002), que colocam questões acerca da mulher, casamento e divórcio. Utilizaremos também outros nomes que tratam das discussões de gênero, pois trazem luz para entender questões e consequências sobre o tema estudado. Como considerações finais, observamos que Sarah Beirão traz uma contribuição significativa, embora seus romances não contenham um tom panfletário sobre os direitos da mulher no tocante à igualdade de gênero.

**Palavras-chave:** Questões de Gênero; Literatura Portuguesa; Sarah Beirão; Emancipação Feminina; *Sozinha* e *Um Divórcio*.

## ABSTRACT

This research is a study of two novels by Sarah Beirão, *Alone* (1940) and *Um Divorce* (1950), and aims to elucidate issues related to the female condition on the themes of education and divorce in Portuguese society in the first half of the 20th century, specifically in the 40s and 50s. This is a bibliographical research, which applies the methodology of theoretical and critical texts to the literary texts under study. We will discuss, therefore, that the search for gender equality, initiated in the first and second waves of feminism, results in a thematization, albeit in somewhat romanticized plots, in Sarah Beirão's narratives. To support this study, the theoretical contribution is anchored in several studies on the themes in question, among which we highlight Maria Regina Tavares da Silva (1983), Irene Vaquinhas (1999), Isabel Lousada (2009) and João Esteves (2001), regarding the condition of Portuguese women and their struggle for rights and equality; Cecil Zinani (2012), Lucia Ozana Zolin (2009), that present questions about women's literature and literary criticism; Mirele Carolina Werneque Jacome and Cristian Pagoto (2009), regarding patriarchal culture and the representation of women in literature; Andradina de Oliveira (2007), who presents a reflection on the rejection of uneducated and divorced women; Joaquim Pintassilgo and Maria João Magarro (2013), who lecture on women's education; Claudete Carvalho Canezin (2004) and Anália Cardoso Torres (2002), who expose issues about women, marriage and divorce. We will also use other names that deal with gender discussions, as they bring light to understand issues and consequences on the topic studied. In the final considerations, we note that Sarah Beirão makes a significant contribution, although her novels do not contain a pamphletary tone about women's rights with regard to gender equality.

**Keywords:** Gender Issues; Portuguese Literature; Sarah Beirão; Female Emancipation; *Alone* and *A Divorce*.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMUP – Associação das Mulheres Universitárias de Portugal

CNMP – Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas

CNLP – Congresso Nacional do Livre Pensamento

LRMP – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas

MLM – Movimento de Libertação das Mulheres

MPF – Mocidade Portuguesa Feminina

OMEN – Obra das Mães pela Educação Nacional

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>SARAH BEIRÃO: UM DESPERTAR PELA BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO</b> .....	<b>17</b>
2.1	Notas sobre os períodos republicano e salazarista acerca das condições impostas ao sexo feminino.....	17
2.2	A militância de Sarah Beirão contra um sistema repressivo misógino.....	27
2.3	Mulher e literatura: a escrita romanesca de Sarah Beirão.....	33
<b>3</b>	<b>A MULHER EM LUTA PELA AFIRMAÇÃO SOCIAL: <i>SOZINHA</i></b> .....	<b>41</b>
3.1	Panorama histórico da educação da mulher portuguesa: do final do século XIX até meados do século XX.....	44
3.2	A busca pelo saber: uma arma contra os padrões tradicionais.....	52
3.3	A educação feminina como instrumento de emancipação em <i>Sozinha</i> .....	63
<b>4</b>	<b>A QUEBRA DOS PADRÕES TRADICIONAIS: <i>UM DIVÓRCIO</i></b> .....	<b>70</b>
4.1	A evolução dos direitos femininos na sociedade portuguesa em relação ao divórcio.....	74
4.2	A importância do divórcio para a emancipação da mulher no período do Estado Novo.....	80
4.3	Uma reflexão literária da luta feminina contra os padrões em torno da dissolução do casamento: <i>Um divórcio</i> .....	83
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>93</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>97</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As histórias que cercam a condição da mulher apresentam diversas marcas de lutas na busca por romper com o tradicionalismo, diante de qualquer tipo de opressão, em vivências marcadas pelo silenciamento e pela submissão ao patriarcalismo, em que são constantemente marginalizadas pelo grupo dominante, o masculino. A partir desse histórico, a mulher, com muita força e determinação, reivindicou, em prol da igualdade, a sua liberdade, já que, por muito tempo, como aponta Spivak (2010), encontrou-se duplamente na obscuridade. À mulher sempre foi dado um espaço inferior em comparação ao do homem, uma vez que fez/faz parte de um sistema patriarcal opressor, o qual a obriga a obedecer aos costumes vigentes e a perpetuar os valores pregados por ele.

Resultante desse cenário de embates, a figura feminina começou a ganhar novas expressões em seu entorno. Em meados do século XX, aos poucos, o papel da mulher começou a alcançar novos patamares, conquistando espaços e maior visibilidade. Torna-se importante enfatizar que essas conquistas foram árduas e lentas no decorrer da História.

Em solo lusitano, destacam-se, na História, mulheres que tiveram a ousadia de lutar contra os costumes vigentes da época, e dentre essas notáveis, enfatizamos a figura de Sarah de Vasconcelos Carvalho Beirão, mais conhecida como Sarah Beirão, nascida em Tábua<sup>1</sup>, em 1880, e falecida também ali, em maio de 1974. Não foi apenas uma escritora portuguesa, pois, para além disso, dedicou-se a diversas causas em favor das classes de minorias, salientando, sobretudo, a necessidade de mudança dos valores impostos às mulheres. Sarah Beirão teve também importante participação no meio cultural, político e literário. Advinda de uma família de classe média e filha de médico, através de sua posição financeira, conseguiu ter uma educação diferenciada das demais mulheres da época.

Seus estudos foram realizados na cidade do Porto. Estudava com afinco e era uma leitora dedicada, por sua dedicação, conseguiu alcançar lugares pouco comuns às mulheres daquela época, graças à condição financeira que a favorecia. A escritora, que tinha uma atividade intelectual considerável, foi por vezes criticada, pois ia contra os costumes padronizados da época. Sua conscientização acerca da condição da mulher aflorou muito cedo, mostrando prematuramente sua potencialidade no mundo das artes muito cedo, e, aos 18 anos, já publicava em periódicos<sup>2</sup>, revistas e jornais<sup>3</sup>, atividade possível apenas porque

---

<sup>1</sup>Tábua é uma vila portuguesa do Distrito de Coimbra, na província da Beira Alta, região do Centro (Região das Beiras) e sub-região da Região de Coimbra, com cerca de 14 mil habitantes.

<sup>2</sup>O *Tabuense*, *Beira Alta*, entre outros.

assinava os seus textos, utilizando o pseudônimo Álvaro de Vasconcelos, uma vez que, na condição de mulher, não era fácil assinar os seus próprios escritos.

Na política, Sarah Beirão foi uma ativista que serviu de exemplo para seus pares. Além disso, a sua luta pela emancipação feminina demonstrou força e coragem, colaborando para ocupar o cargo de Presidenta da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP)<sup>4</sup>. Contribuiu também com a sua participação no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP)<sup>5</sup>.

Na literatura, seus textos abordavam fatos sociais, buscando enfatizar a importância da igualdade. Colaborou com vários jornais da época, como mencionamos, entre eles o jornal *O Tabuense*, dirigido por seu pai. Ali escreveu os seus primeiros ensaios literários. O seu primeiro livro publicado foi *Serões da Beira* (1929), uma coletânea de contos, no final do período republicano. Conforme Fátima Pais salienta,

Pode-se considerar uma das escritoras portuguesas com sucesso e mais lidas durante o século XX, sendo que a sua obra é também um testemunho histórico, relatando cenas do passado do quotidiano português e de lugares no estrangeiro, notando-se não só a cultura geral da escritora, como o conhecimento sobre países por onde viajava. (PAIS, 2012, p. 02).

A escritora portuguesa, após a publicação de seu primeiro livro, conseguiu publicar seus demais escritos literários, formando um total de 16 obras produzidas, sendo dois livros de contos (*Serões da Beira*, 1929 e *Cenas Portuguesas*, 1930) e duas obras voltadas para o público infantil (*Raul* (1934), e *Manuel Vai Correr Mundo* (1950)). Os demais foram romances. São eles: *Amores no Campo* (1931); *Os Fidalgos da Torre* (1936); *O Solar da Boa Vista* (1937); *Clara* (1939); *Sozinha* (1940); *Surpresa Bendita* (1941); *Alvorada* (1943); *Prometida* (1944); *Triunfo* (1950); *Um Divórcio* (1950); *Destinos* (1955); *A Luta* (1972). Embora a autora tenha uma grande quantidade de publicações, ela não recebeu, em sua época, o devido reconhecimento, pois sua escrita foi, por um longo período, silenciada.

Com a chegada dos Estudos Culturais interligados aos Estudos de Gênero, foi dado enfoque à literatura feminina, possibilitando estudar questões que envolvem as classes

---

<sup>3</sup> Revistas e jornais em que colaborou: *O Tabuense*, *Humanidade*, *Eva*, *Diário de Notícias*, *Jornal da Mulher*, *Portugal Feminino*, *Modas e Bordados*, *Ilustração*, *O Século*, *Século Ilustrado*, *Diário de Lisboa*, *Comércio do Porto*, *Jornal de Notícias*, *Dário de Coimbra*, *Figueirense*, *Diário Português*, *Vida Carioca*, *O Primeiro de Janeiro* e *Alma Feminina*.

<sup>4</sup> Organização política e feminista formada por um grupo de mulheres portuguesas doutrinadas para propagar os ideais da emancipação feminina, com o objetivo de romper com os costumes vigentes da época e apresentar as qualidades da mulher e suas potencialidades a um governo fascista e opressor. Esse grupo reunia intelectuais, médicas, escritoras, jornalistas e, sobretudo, professoras, dentre outras mulheres que lutavam contra a desigualdade de gênero no país.

<sup>5</sup> Uma organização feminista dedicada à defesa dos direitos sociais e políticos das mulheres.

minoritárias e suas lutas na busca por romper com o tradicionalismo diante de qualquer tipo de opressão. Conforme Maria Elisa Cevasco, “os estudos culturais se intersectam com os estudos feministas” (2009, p. 323), o que possibilitou que escritoras como Sarah Beirão conseguissem publicar suas obras, apresentando uma diversidade de questões sobre a cultura e costumes da sua época. De acordo com essa pesquisadora (2009),

Por mais que vivamos em tempos em que as noções de mudanças políticas radicais estejam em baixa, os Estudos Culturais ainda conservam suas aspirações de impulsionar os anseios por um mundo mais justo através de uma intervenção nas formas que produzem os significados e valores que organizam nossa vida social. É possível que esta seja sua característica mais fundamental. (CEVASCO, 2009, p. 324).

É possível perceber, a partir desses primeiros avanços, a valorização das potencialidades das mulheres, passo relevante que permitiu que a questão feminina ganhasse mais adeptos e espaços. É importante também elucidar que essa busca por reconhecimento começou há muito tempo, mas somente após as reivindicações dos grupos intitulados feministas é que tais movimentos começaram a ganhar vez e voz, trazendo resultados concretos e auxiliando na conquista de direitos para as mulheres:

O Feminismo vem amparar a mulher, vem cercá-la do respeito do homem, vem arrancá-la da ignorância, vem educar o seu coração, vem ilustrar o seu espírito, vem salvaguardá-la das injustiças dos códigos, vem prestigiá-la na família e na sociedade, vem dignificá-la pelo trabalho que lhe garante o pão, vem dar-lhe a faculdade nobilitante de agir livremente, de elevar-se sem peias, de sair deste servilismo que nulifica, desta obediência irrisória, desta dependência aviltante que conduz à miséria, à prostituição. O Feminismo vem tornar a mulher forte, aparelhada para o dignificante combate da existência; vem dar-lhe todos os direitos morais, intelectuais e políticos, como parte integrante que é da humanidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 77).

Com o avanço dos movimentos feministas, o início do século XX foi considerado um período de efervescência na luta pela igualdade de gênero, no qual as mulheres estavam cada vez mais unidas para conquistar os seus direitos em âmbito social, político, econômico e cultural, de forma igualitária. Esses movimentos, que não se limitaram às lutas pelos direitos da mulher, também tiveram uma importante interface que acabou abrangendo as classes consideradas como minorias: negros, gays, entre outros. A partir de então, as reivindicações e as discussões em torno da igualdade aumentaram.

Assim, é tomado como *corpus* desta pesquisa dois romances da literatura portuguesa de autoria da escritora Sarah Beirão. São eles: *Sozinha* (1950) e *Um Divórcio* (1950). Os

romances escolhidos apresentam personagens femininas como protagonistas, rompendo com os padrões vigentes da época e, em virtude disso, são analisadas a fim de mostrar a condição da mulher diante dos padrões passados. Aqui, procura-se evidenciar sua trajetória e função na sociedade, principalmente no que tange à família, à educação, ao trabalho e às transformações que foram necessárias para que a sociedade começasse a tratá-la sob um novo olhar. Diante disso, é preciso apresentar Andradina Oliveira (2007), que discorre com conhecimento sobre o seguinte tema: instrução educacional e divórcio em torno da condição social da mulher, no livro *Divórcio?* (2007)<sup>6</sup>, sendo fundamental para a reflexão acerca do tema estudado.

Nosso estudo avalia, com apoio de um olhar teórico, situações alusivas ao tema, tratando da mulher e sua luta para conseguir ultrapassar os paradigmas de uma sociedade patriarcal e machista, em meio ao período republicano e ao período ditatorial de Salazar. Nessa perspectiva, para o desenvolvimento do estudo em questão, valemo-nos das contribuições de teóricos e críticos sobre o tema, como Cecil Jeanine Zinani (2013; 2014), Constância Lima Duarte (2019), Elódia Xavier (1991), Irene Vaquinhas (1999); Gayatri Chakravorty Spivak (2010), Heloísa Buarque de Hollanda (1994), Lúcia Ozana Zolin (2009), Maria Regina Tavares da Silva (1983), Maria Elisa Cevasco (2009), Michelle Perrot (1988; 2006; 2008), Pierre Bourdieu (1998), Simone de Beauvoir (2016), dentre outros.

A presente pesquisa norteou-se pela busca de respostas aos seguintes questionamentos: Qual a condição social da mulher em Portugal, no período republicano, e em seguida, no período salazarista? Qual a importância das reivindicações de escritoras em busca do seu espaço de respeito? Como é que a mulher escritora elabora a personagem feminina em uma época em que um conjunto significativo de mulheres já reclamava a emancipação? Sabendo que o final do século XIX e início do XX foram períodos decisivos para as mudanças que vieram depois, quer em relação ao sufrágio, quer no tocante à melhoria das condições de vida da mulher.

Dessa maneira, dividimos o trabalho em três capítulos: no primeiro, intitulado “Sarah Beirão: um despertar pela busca da igualdade de gênero”, será realizado um sucinto recorte sobre o contexto histórico da época, o período republicano e o período salazarista. Por se tratar de uma época com moldes tradicionais enraizados, mulheres como Sarah Beirão tiveram que enfrentar conflitos em busca da sua liberdade de expressão, desejando mudanças acerca do ideal feminino que era pregado na época. Em seguida, no final do capítulo, será discutido sobre as marcas da militância de Sarah Beirão, em defesa dos direitos da mulher contra o

---

<sup>6</sup> *Divórcio?* Porto Alegre – Livraria Universal - 1912. 1 vol.



sistema repressivo e misógino que oprimia e sufocava as mulheres. Assim, buscamos destacar sua importante participação para a História da luta feminista, em meio a um período de repressão e cerceamento de direitos civis.

No segundo capítulo, “A mulher em luta pela afirmação social: *Sozinha*”, foi apresentado o primeiro romance em estudo, destacando suas principais características em torno das discussões sobre a representação da mulher e a questão da sua educação como instrumento de emancipação. Em seguida, analisou-se a obra literária, apresentando a condição da mulher no contexto de abandono, tendo em vista que a personagem principal do romance é uma jovem órfã de pai e mãe. A resiliência da personagem protagonista em conseguir superar todos os obstáculos sozinha e alcançar seu espaço na sociedade, somente foi possível pela sua dedicação ao estudo, uma busca pelo saber, que corresponde a uma arma contra os padrões tradicionais de opressão a esta categoria. Os discursos da personagem são fundamentais para mostrar seus momentos de transgressão, no intuito de buscar possibilidades para uma explanação que situe a condição da mulher no período em que o romance foi escrito. Ao fim, é possível afirmar que, em meio à luta contra a misoginia, mulheres escritoras e ativistas da época apresentavam um pensamento muito à frente de seu tempo, utilizando-se da literatura para se expressarem e reivindicarem os seus direitos.

Por conseguinte, o terceiro capítulo, intitulado “A quebra dos padrões tradicionais: *Um divórcio*”, é dedicado ao segundo romance em estudo, propondo a identificação da evolução dos direitos femininos na sociedade portuguesa em relação a esse tema. O romance em análise apresenta uma discussão em torno do casamento, em um período em que a mulher estava à margem dos direitos, que eram dados apenas ao homem, numa sociedade dominada pelos seus pares. Suas vontades eram negadas e prevaleciam muitos limites impostos à mulher pelo grupo dominante, o masculino. Em seguida, foram tecidas discussões acerca da importância do divórcio para a emancipação da mulher, com enfoque na condição de escolha feminina sobre o casamento no início do século XX, mais especificamente na década de 50. Na sequência, foram extraídos fragmentos do discurso das personagens, como forma de tentar apontar conclusões acerca dos questionamentos levantados, tendo em vista a prática ousada da segunda personagem do romance *Um divórcio*, de requerer o seu bem-estar físico, mental e emocional através da separação oficializada.

Por fim, dentro dessa perspectiva que trata das questões de gênero, trazemos nas considerações finais as referidas reflexões, para entender problemas e consequências sobre o

tema estudado, marcado pelo desenvolvimento da escrita feminina, que destaca a mulher e seu comportamento social, cultural, psicológico e sexual dentro da sociedade onde está inserida.

Os romances analisados da escritora portuguesa Sarah Beirão apresentam rupturas e questionamentos ainda não muito explorados considerando o período em que foram escritos, porém possibilitam entender, ainda que de forma limitada, a mensagem presente na obra: romper com o tradicionalismo da época.

## 2 SARAH BEIRÃO: UM DESPERTAR PELA BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO

*O Feminismo é mais alguma coisa de grande e sublime, é a dignificação da mulher, é a consequência de uma evolução e, por isso mesmo, precisamos de vencer alguns prejuízos que entolham o nosso caminho.*

Maria Regina Tavares da Silva

### 2.1 Notas sobre os períodos republicano e salazarista acerca das condições impostas ao sexo feminino

O presente capítulo foi desenvolvido a partir da realização de um estudo referente à escritora Sarah Beirão, em razão da sua importância na literatura de Portugal e da sua contribuição no âmbito literário e político, em busca de liberdade, igualdade feminina. Para iniciar a discussão, faz-se necessário apresentar um breve contexto histórico da época, momento marcado pela opressão sofrida pelas mulheres. Busca-se, então, aludir, de forma rápida, os períodos republicano e salazarista, situando, no interior deles, o movimento feminista, com ênfase nas lutas e conquistas na História da mulher.

Antes de falarmos sobre o salazarismo, faz-se necessário discutir os períodos que o antecederam e que são marcados por diversas transformações políticas, sociais e culturais. Conforme aponta Cabral *et al.* (2008), o movimento português pró-república iniciou-se em 1820, com o enfraquecimento da hegemonia do pensamento monarquista, devido às Guerras Napoleônicas. Com a vitória dos liberais na guerra civil, ocorrida entre os anos de 1832 e 1834, o tradicionalismo político sofreu nova derrota com a perda de rendimentos da nobreza portuguesa.

Nas décadas seguintes, as ações da monarquia, aliadas à perda de poder pela Igreja Católica e à subjugação do país aos britânicos em suas relações comerciais, foram gerando descontentamento da população para com o regime, ainda mais quando a imprensa noticiava os gastos exorbitantes da família real em meio à crise econômica por que o país passava (CABRAL *et al.*, 2008).

Cabe aqui destacar que, paralelo ao crescente descontentamento da sociedade, as mulheres também foram buscando ganhar voz e expor as suas insatisfações com a monarquia.

Em 1868, é criada *A Voz Feminina*, uma revista declaradamente feminista, buscando chamar a atenção para a situação das mulheres, que eram tratadas com inferioridade, seja no âmbito social, político ou cultural (SILVA, 1983). De acordo com Maria Regina Tavares da Silva (1983), em seu artigo intitulado *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*,

Em Portugal, a preocupação pela situação das mulheres e defesa dos seus direitos e das suas qualidades e feitos, não obstante a efetiva situação de subalternidade contra a qual se insurge a corrente feminista, era latente e esporadicamente manifesta, em várias épocas e de várias maneiras. (SILVA, 1983, p. 875).

É notável a inquietação das mulheres nesse momento da História. A busca efervescente por direitos ressalta uma corrente de ideais femininos que priorizam o engajamento social de forma mais igualitária em relação ao homem e à mulher, correspondendo a movimentos em prol da igualdade. Esses movimentos vividos em Portugal, que giram em torno da valorização da mulher, incluem-se no contexto do primeiro momento do feminismo, ocorrido durante o final do século XIX até a metade do século XX. Essa onda é caracterizada por uma grande atividade feminista em vários países, com destaque para os Estados Unidos e o Reino Unido (PINTO, 2010). Conforme Céli Regina Jardim Pinto, no artigo *Feminismo, história e poder*:

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode-se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. (PINTO, 2010, p. 15).

Essas duas vertentes do movimento apresentavam a determinação de mulheres que se dedicaram à luta por seus direitos. Um exemplo dessa dedicação é Ana de Castro Osório, importante ativista e militante em favor dos direitos da mulher que, em sua obra intitulada *As Mulheres Portuguesas*, de 1905, cita o seguinte trecho que exprime como o conceito de feminismo era tratado na época:

Feminismo: É ainda em Portugal uma palavra de que os homens se riem ou se indignam, consoante o temperamento, e que a maioria das próprias mulheres coram, coitadas, de falta grave cometida por alguns colegas, mas de que elas não são responsáveis, louvado Deus! (SILVA, 1983, p. 881, *apud* OSÓRIO, 1905, p. 11).

O trecho acima demonstra como o movimento era visto nos primeiros anos do século XX: com desdenho e indignação por parte dos homens e motivo de vergonha para as mulheres. Esses sentimentos são fruto da cultura machista que se enraizou na sociedade, advinda de séculos anteriores, e que precisou ser desconstruída, porque sempre limitou o sexo feminino em todos os âmbitos da sociedade. Assim, percebe-se que qualquer ato que envolva mulheres é desvalorizado, visto ser considerado contra os padrões estereotipados da época.

Tavares (2008), em sua tese *Feminismos em Portugal (1947-2007)*, comenta que foi na primeira década do século XX que o feminismo português amadureceu, tendo como expoente dessa sistematização o Congresso Nacional do Livre Pensamento (CNLP). A partir de 1907, através da inquietação de mulheres pela busca de um espaço e de respeito em meio aos padrões dominantes, foi criado o Grupo Português dos Estudos Feministas. Seu objetivo foi de fundar uma biblioteca voltada para questões relativas ao tema, a partir da necessidade de se quebrar com o tradicionalismo que enquadrava a mulher no ambiente doméstico, no qual era instruída para servir e obedecer ao sexo masculino. De acordo com João Esteves, em seu artigo: *Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX*,

O grupo Português de Estudos Feministas surgiu em 1907, num momento de intensa discussão, e constituiu um marco ao tornar-se a primeira agremiação que assumiu a palavra feminista na sua designação, o que já não se repetirá no ano seguinte, com a constituição da LRMP. (ESTEVEES, 2001, p. 98).

Depois do surgimento do Grupo Português, em meio à atmosfera revolucionária e à organização do movimento feminista em todo o mundo, vibravam as instituições e grupos que abarcavam a valorização da mulher portuguesa, resultando na criação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), em 1909. O surgimento da liga foi um passo notável na História de Portugal, pois a agremiação possuía profunda familiaridade com o Partido Republicano, bem como com suas ações para o fim da monarquia em Portugal, e tinha como mote a inclusão das mulheres portuguesas nos princípios democráticos de autonomia e consciência:

Criada em 1909, os objetivos da Liga, que os estatutos consignavam, eram, entre outros, os de orientar, educar e instruir, nos princípios democráticos, a mulher portuguesa [...] tornando-a um indivíduo autónomo e consciente;

fazer propaganda cívica, inspirando-se no ideal republicano e democrático; promover a revisão das leis na parte que interessa especialmente a mulheres e a crianças<sup>7</sup> (SILVA, 1983, p. 877).

Com a criação da Liga, cujo conjunto de princípios e exigências permitiam a independência da mulher, essas condições iam contra o que a classe dominante pregava, pois seus objetivos buscavam romper com o tradicional, atravessando o ano de 1909 e reivindicando seus direitos por igualdade, que resultaram em conquistas positivas para o universo feminino. A troca de experiência permitiu a mulher expressar seus desejos em torno da condição que era imposta, criando sustentação do seu ideário.

No ano seguinte, em meio a um cenário de insatisfação, em 5 de outubro de 1910, membros do Partido Republicano Português proclamaram a república. Tem-se início aí a Primeira República Portuguesa, que durou pouco menos de 16 anos (1910-1926), ruindo com a instituição do golpe militar que deu início ao salazarismo. A Primeira República buscou, ao contrário dos princípios liberalistas que permeavam a política no final do século XIX, um discurso e práticas ditas populistas para atender às classes que os fizeram alcançar o poder, principalmente as classes média-baixas urbanas. Antonio Candeias (2003, p. 161-162) entende “a Primeira República como um episódio histórico com características de ruptura face ao Constitucionalismo Monárquico, sobretudo nos campos políticos, sociais, culturais e pedagógicos”.

Desse modo, é possível dizer que a queda da monarquia e a instauração de um regime republicano contribuíram para a consolidação do feminismo português, praticado principalmente pela elite feminina do país, incluindo médicas, educadoras, farmacêuticas, entre outras. Seu esboço remonta aos anos finais do século XIX (ESTEVES, 2014). Quanto ao contexto das lutas feministas em Portugal, à época, Esteves (2014) comenta, em seu artigo *Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio feminino na revolução republicana portuguesa de 1910*, que

Foi durante as primeiras três décadas do século XX que se consolidou a contaminação do espaço público por uma elite feminina devido, em grande parte, ao contributo discursivo, argumentativo e organizativo de feministas e republicanas. Quando a revolução republicana triunfou a 5 de outubro de 1910, havia já alguns anos de movimentações de mulheres esclarecidas que lutavam pelo reconhecimento dos seus direitos e cujas reivindicações se impuseram durante a I República (ESTEVES, 2014, p. 472).

---

<sup>7</sup> Estatutos da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, in *A Mulher e a Criança*, nº 15, de agosto de 1910.

Dentre tais lutas, demarcadoras desse fenômeno, destaca-se o direito ao sufrágio. De acordo com Miriam Halpern Pereira (2014, p. 510), “a história do sufrágio universal confunde-se com o percurso do conceito de igualdade”. Desde a Proclamação da República Portuguesa até a queda desse regime político, houve uma intensa discussão em torno do direito das mulheres ao voto, no país, envolvendo diversos agentes, como a imprensa, políticos, juízes, tribunais e, principalmente, movimentos feministas (PEREIRA, 2014).

Quanto a essa questão, Silva (1983) comenta que, no âmbito dos direitos políticos, o sufrágio surge sempre como uma reivindicação fundamental dos indivíduos. A luta por esse direito representa uma característica da Primeira Onda do Feminismo, que buscou um novo estatuto legal para a mulher, contribuindo para a sustentação dos seus direitos. As conquistas somente foram possíveis em função da criação de instituições femininas que lutaram pelos direitos da mulher, resultando em um reconhecimento social positivo da sociedade de que é integrante.

Assim, a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas tem importante ação durante o período posterior à instauração da República, na busca pelo direito ao voto e pela igualdade de direitos entre cônjuges e civis. Após intensas discussões sobre a questão, em 14 de março de 1911, é publicada a primeira lei eleitoral da República de Portugal, que não negava expressamente o voto feminino, considerando eleitores aqueles que:

[...] tivessem mais de 21 anos à data de 1 de maio e soubessem ler e escrever ou fossem chefes de família, considerados como tais os que vivessem em comum há mais de um ano com qualquer ascendente ou descendente e provessem aos seus encargos (ESTEVES, 2014, p. 479).

Os requisitos estipulados pela lei abriram espaço para se considerar que não apenas homens, mas também as mulheres que os cumprissem poderiam votar, dando início a um intenso debate jurídico. Em meio a esse cenário, surge uma figura importante para a história do feminismo em Portugal: a médica, republicana e sufragista Carolina Beatriz Ângelo. A referida personalidade feminista esteve envolvida na criação e direção dos mais importantes movimentos feministas da época. Fundou, juntamente com Ana de Castro Osório, em 1911, a Associação de Propaganda Feminista, conforme destaca Miriam Halpern Pereira,

A Primeira República ficou para história como um caso de persistente distanciação entre a legitimação teórica e a prática política. Só meio século decorrido, mulheres e homens, sem distinção, adquiriram de facto o direito de voto: o dia de eleições tornou-se um dia de festa, durante anos a fio. Festejava-se também o fim da guerra colonial, as novas condições de vida, a

democratização do acesso ao ensino e à segurança social. (PEREIRA, 2014, p. 524)

Aproveitando-se da ambiguidade jurídica produzida pela lei eleitoral, Carolina Beatriz Ângelo iniciou uma intensa batalha jurídica pelo sufrágio, que culminou no deferimento do seu direito, tornando-se, assim, em 28 de maio de 1911, a primeira mulher a votar em Portugal e em toda a Europa do Sul, ato considerado por muitos como a primeira grande conquista do movimento feminista português.

Entretanto, posteriormente a esse fato histórico, a lei foi alterada rapidamente, para evitar possíveis interpretações nesse sentido e tornar expressa a discriminação. Ainda em conformidade com Silva (1983), “foi uma longa luta, progressivamente vencida em 1931, em 1946, em 1968 e, de modo total, só bem perto dos nossos dias”. (SILVA, 1983, p. 892)

Acerca do percurso feminista em terras lusitanas, Tavares (2008) informa que foi na década de 20 que o movimento se destacou, principalmente pelos dois congressos feministas que ocorreram, um em 1924 e outro em 1928. Os dois encontros propiciaram a adesão da nova geração de mulheres às lutas pela igualdade de gênero, além da consolidação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), criado em 1914, por Adelaide Cabete. Esse momento de relevância do feminismo português, conforme Tavares (2008), correspondeu também a um período de progresso do movimento feminista em nível internacional. Ainda, em relação ao CNMP, Isabel Lousada (2009) enfatiza, em seu artigo *International Expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP*, o seguinte:

Em 1914 foi fundado o “*Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*”, o ministério português aprovou os estatutos do Conselho e, no mesmo ano, teve lugar a reunião quinquenal em Roma tendo o CNMP sido admitido no Conselho Internacional. (LOUSADA, 2009, p. 18).

Nesse sentido, o CNMP teve nítido enfoque nos movimentos feministas, passando a ser conhecido em contexto nacional e internacional por apresentar fortes manifestações em favor dos direitos das mulheres. Sobre o assunto, Amâncio et al. (2007) comentam que o Congresso feminista de 1924 foi um marco histórico do movimento feminista português. De acordo com os autores,

[...] Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, fundado em 1914, (...) visibilizou as principais reivindicações das portuguesas daquele tempo: a obtenção do direito de voto (concedido de forma plena em (1974), dos direitos sociais e jurídicos. A leitura dos textos que o integram permite identificar algumas iniciativas feministas existentes desde o início do século XX, tais como a criação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas



como uma associação assumidamente feminista, a organização do I Congresso, a fundação da Associação das Mulheres Universitárias de Portugal, as lutas em favor da coeducação, da ampliação dos direitos políticos, entre outras. (AMÂNCIO et al, 2007, p. 840)

O ponto forte foi a maneira como um grupo composto por mulheres, que reivindicavam seus direitos, conscientizou as demais sobre sua condição social quanto à liberdade e à autonomia. O conselho se fortaleceu durante o período republicano, mas em 28 de maio de 1926, um golpe militar deu fim à Primeira República portuguesa e aos seus 16 anos de existência, dando lugar ao regime ditatorial conhecido com Salazarismo, período que durou 41 anos, indo até 1974, ano da Revolução dos Cravos. A ascensão do autoritarismo em Portugal, tendo o seu ápice na instauração do Estado Novo (como também é conhecido o Salazarismo), marca o início da perseguição do movimento em prol dos direitos da mulher:

O regime voltou a impor um discurso de domesticidade e docilidade para as mulheres, que deveriam regressar à casa, devolver os postos de trabalho aos homens e dedicar-se ao universo privado e à educação dos filhos, como verdadeiras guardiãs da moral. (ALMEIDA, 2011, p. 01-02)

É necessário comentar o contexto vivido pelo feminismo no mundo, no início do Estado Novo. Essa condição dada à mulher, expressa por Almeida, é um padrão dos costumes patriarcais que se encontram em período ditatorial, no qual a mulher é colocada em um patamar de inferioridade. De acordo com Anne Cova e António Costa Pinto (1997), cabe salientar que, apesar do regime de Salazar ter influenciado fortemente o fim das organizações feministas em Portugal, internacionalmente também houve um enfraquecimento de tais movimentos na década de 40, muito devido à desarticulação causada pelo advento da Segunda Guerra Mundial. A permanência de padrões ditatoriais que aprisionavam a mulher, segundo as condições da natureza, limitavam-nas aos afazeres domésticos, enquanto os homens eram direcionados às tarefas intelectuais e públicas. Cova e Pinto afirmam que “O salazarismo permaneceu profundamente enraizado na ideia tradicional de que as mulheres se situam do lado da natureza e os homens implicitamente, do lado da cultura”. (1997, p. 72)

Com a chegada dos anos 50, é iniciada a Segunda Onda do Feminismo em todo o mundo, centrada na desconstrução dos estereótipos sobre o sujeito feminino no que tange a sua relação com a profissão e a sexualidade. Esse movimento pretende redefinir as diferenças que nascem dos modos de expressão do feminino, defendendo que o processo de leitura e escrita das mulheres são diferentes dos do homem. Assim, “os estereótipos, por sua vez, são legitimados pelas diferenças sexuais, tomando como referência o masculino” (JESUS;

SACRAMENTO, 2014, p. 189). Sobre o assunto, Hélène Cixous, em sua obra *La risa de La medusa*, discute sobre a escrita feminina, entendendo que:

Escrever, então, seria um ato que não somente oportunizaria a relação descensurada da mulher com sua sexualidade, com seu ser-mulher; mas, antes de mais nada, devolver-lhe-ia o acesso às suas próprias forças, restaurando-lhe seus bens, seus prazeres, seus órgãos, seus imensos territórios corporais fechados e selados. (CIXOUS, 2001, p. 6).

Assim, a mulher conseguiu, através da escrita, apresentar seu universo, que antes estava silenciado sob o domínio masculino, compondo uma escrita sensível às classes ditas marginalizadas, mostrando sua força, com o objetivo de restaurar sua condição de valor em meio a tantos padrões preestabelecidos. A partir desse momento, Duarte (2019) aponta o aumento de números de jornais e revistas escritos por mulheres, sobre sua condição social, dando margem para a desconstrução dos padrões tradicionais.

Esse pensamento de desconstrução vai de encontro à ideologia do período ditatorial, que pregava o controle sobre a sexualidade, principalmente na sua função reprodutora, já que o ato sexual por prazer era, e ainda é considerado pelo tradicionalismo uma atitude desonrosa para a mulher.

Zolin (2005) comenta que a Segunda Onda do Feminismo, nos anos 60, promoveu grandes ganhos na direção da igualdade de gênero, impulsionado pela solidificação dos regimes democráticos com viés liberal. Em Portugal, especificamente, os movimentos feministas também ganharam força, mesmo sendo mais brandos devido ao regime ditatorial ainda vigente. Complementando, é possível dizer que a Segunda Onda do Feminismo objetiva "[...] romper com os discursos sacralizados pela tradição, nos quais a mulher ocupa, à sua revelia, um lugar secundário em relação ao lugar ocupado pelo homem, marcado pela marginalidade, pela submissão e pela resignação". (ZOLIN, 2005, p. 208)

As principais mudanças foram ocorrer apenas na década de 70, com o enfraquecimento e a queda do salazarismo. O primeiro grande marco da insurgência feminista na década de 70 foi a publicação, em 1972, de *Novas Cartas Portuguesas*, de autoria de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. O livro trazia, em seu texto, de acordo com Nascimento (2016), uma leitura

[...] pautada nas escritas de si, como também pautada na reivindicação e denúncia femininas, denúncia do corpo – pois pode ser considerada uma das primeiras vozes femininas em Portugal a manifestar o erotismo feminino – e denúncia do sujeito feminino, enquanto mulher. (NASCIMENTO, 2016, p. 14)

Da proibição e julgamento das três escritoras, surge o Movimento de Libertação das Mulheres (MLM) que, segundo Tavares, formava

[...] uma corrente do feminismo radical com origem no que designavam por nova esquerda, com forte influência dos movimentos de libertação de mulheres, em França, saídos do maio de 1968. Com alguns anos de atraso e por via de um conjunto de mulheres intelectuais, os ventos de uma mudança feminista chegavam finalmente a Portugal. (TAVARES, 2008, p. 263)

Esses ventos pontuados por Tavares (2008) se valiam do fim do salazarismo, em 1974, já muito enfraquecido economicamente devido às guerras coloniais, bem como ideologicamente com a morte de Salazar, em 1970, provocando o descontentamento da população e das forças armadas com o regime. Assim, em 25 de abril de 1974, ocorre a Revolução dos Cravos, uma ação militar que derrubou a ditadura fascista, cujo nome remete ao ato da população em oferecer cravos vermelhos aos soldados que participaram do movimento. (SECCO, 2004)

O fim da ditadura, principalmente para os movimentos em favor dos direitos femininos, é de grande importância, uma vez que finda um período de repressão e opressão por parte do governo. Entretanto, o preconceito e a misoginia enraizados na sociedade ainda persistiram. Esse sentimento misto de alívio e preocupação pode ser lido na fala de Madalena Barbosa, uma das dirigentes do Movimento de Libertação das Mulheres (MLM), em discurso após a queda do Estado Novo:

Parece-nos que seria importante considerar o fato da maioria dos movimentos de mulheres terem aparecido em países de capitalismo avançado, altamente industrializados. (...). Por outro lado, 48 anos de salazarismo significaram 48 anos de doutrinação das mulheres com o mito da alta-sacrificada maternidade, da esposa dedicada e da virgem incorrupta (homenagem das mães agradecidas a Salazar, enquanto que a censura nos impedia de conhecer toda a realidade das lutas das mulheres em todas as partes do mundo. (...) O feminismo tornou-se, assim, um termo de conotações negativas, risível, para as mulheres portuguesas que, na sua maioria, ainda hoje, não conhecem o real significado político das lutas das mulheres. (...) Em Portugal, as condições materiais diferentes não se apresentam, ainda hoje e apesar do 25 de Abril, propícias a um crescimento rápido de um movimento de mulheres, como nós desejaríamos, e que o tipo de ação que escolhermos fazer tem de ter tudo isto em consideração. Aqui, os grupos de mulheres não vão crescer como cogumelos.<sup>8</sup> (BARBOSA *apud* TAVARES, 2008, p. 54)

---

<sup>8</sup> BARBOSA, Madalena (1978), “Balanço do MLM – linhas gerais para o começo de uma discussão”, texto policopiado assinado por Milena (Madalena Barbosa), Ana D’Ory e Isabel Santos, arquivado na UMAR, no Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.

Tavares (2008) comenta, ainda, que a queda da ditadura foi vista pelas feministas como uma possível transformação na sociedade. Contudo, ocorreu um processo de silenciamento, resultado de uma baixa participação das mulheres na política e do pouco acesso à direção de sindicatos. Desse modo, percebe-se que o feminismo se embasa em uma luta constante e, embora tenha garantido alguns direitos, tal luta está longe de ter um fim. O feminismo em Portugal, desde o fim da monarquia até a queda do regime ditatorial, passa por diversas etapas, com altos e baixos, conquistas e regressos, mas sempre presente, tentando garantir seu espaço na sociedade.

Assim, é possível perceber a força que o movimento vem ganhando ao longo da História, bem como o aumento da sua aceitação nos mais diversos meios sociais, até chegar aos dias atuais. É difícil falar sobre esses momentos importantes da História e não se lembrar dos inúmeros nomes que contribuíram para a sua consolidação, sobretudo nos ganhos quanto à função social da mulher, que passa a ocupar novos lugares.

A partir disso, pode-se dizer que, cada vez mais, a mulher está conseguindo conquistar seus ideais e quebrar com os estereótipos que a limitam, saindo do lugar de submissão e alcançando um status de reconhecimento em meio a uma sociedade que ainda sofre com os padrões enraizados do patriarcalismo. Considerando o exposto, no próximo tópico apresentamos uma mulher que deixou sua marca na História de Portugal, devido à luta empreendida pela igualdade. Falamos da escritora e ativista Sarah Beirão.

É importante ressaltar que, antes de Sarah Beirão, outras muitas mulheres contribuíram para as conquistas femininas, utilizando seus escritos para romper com o tradicionalismo que resultava no cerceamento da liberdade feminina. Ao longo da nossa História, encontramos grandes nomes de freiras, marquesas, princesas, condessas, duquesas, que utilizaram a escrita para expor seus sentimentos, desejos e vontades. Assim, dentre muitas, podemos destacar, em especial, Leonor de Almeida Portugal, mais conhecida como a Marquesa de Alorna; Florbela Espanca, uma das primeiras mulheres em Portugal a frequentar o Liceu Nacional de Évora e que, ultrapassando as barreiras da intolerância, transformou em poesia toda a sua vivência, marcada pela desaceitação feminina.

Com a implantação da República em Portugal, momento relevante para a desconstrução dos laços de desigualdade, o sexo feminino ganhou outros importantes nomes: Maria Lamas, Maria O' Neill, Maria Veleza, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho, Virgínia da Fonseca, Elina Guimarães. Entre tantos nomes femininos, neste trabalho

destacamos o de Sarah Beirão, que se evidenciou, ao se erguer contra os ideais misóginos apresentados em sua época.

## **2.2 A militância de Sarah Beirão contra um sistema repressivo misógino**

O combate contra a repressão e a misoginia sempre esteve presente na história das mulheres, sendo possível encontrar marcas desse sistema até mesmo nos dias atuais. Observa-se, com isso, a importância de estudar a militância da mulher ao longo da História.

Nas palavras de Andradina Oliveira (2007, p.64), “para o homem todos os direitos, todas as liberdades; para a mulher só deveres e escravidões”. Assim, vamos percebendo que a mulher sempre ocupou um lugar de inferioridade em relação aos homens, no decorrer dos séculos. A ela restou a escravidão e a servidão do seu lar, das tarefas domésticas e da reprodução em meio a um mundo dominado pelos machos.

De acordo com Beauvoir (2016, p. 95), “o mundo sempre pertenceu aos machos”, sendo que esse pertencimento ao sexo masculino foi o que colocou as mulheres em uma condição subalterna. Complementando, Bourdieu (2012, p. 41) afirma que “elas estão condenadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada”.

A referida hegemonia sempre esteve presente nas classes dominantes, onde o macho estava associado ao poder e à força, que determina o destino da fêmea submissa. Conforme mostrado anteriormente em Beauvoir (2016), o lugar de fala e de ação das mulheres sempre foi escolhido pelos homens, deixando-as no papel apenas de observadoras das leis impostas pelo outro sexo. Foi a partir desse pensamento conservador/dominador, concedido ao sexo masculino, que se iniciou uma mobilização entre as mulheres, discutindo as condições que lhes eram impostas, em busca da sua liberdade:

Mas a culpa da nossa ignorância, do nosso atraso, não nos cabe, a nós, mulheres! Deu-nos a natureza todos os dons, inteligência, bondade, coragem, deu-nos tudo! E para provar o valor intelectual e moral da mulher brasileira (*portuguesa*), temos milhares de belíssimos exemplos! Não fossem as injustiças dos códigos, não fossem as leis tiranas que nos esmagam, não fossem os preconceitos acanhados, rotineiros, a ingratidão dos homens, o esquecimento de nossos governos, e outra seria a situação da mulher. (OLIVEIRA, 2007, p.112, grifo nosso).

As inúmeras injustiças em torno do sexo feminino acabaram por despertar a insatisfação geradora de ações de algumas defensoras das causas da igualdade, fazendo com

que a mulher começasse a conquistar sua liberdade. Nesse contexto, dentre os principais nomes do feminismo, surge Sarah de Vasconcelos Carvalho Beirão, mais conhecida por Sarah Beirão, nascida em 1880, na cidade portuguesa de Tábua, no final do século XIX, período marcado pela procura da emancipação feminina. Em relação a essa busca por liberdade, Beauvoir (2016) aponta:

Por sua vez a mulher durante o século XIX liberta-se da natureza: torna-se senhora de seu corpo. Livre em grande parte das servidões da reprodução, pode desempenhar o papel econômico que se lhe propõe e lhe assegurará a conquista total da sua pessoa. (BEAUVOIR, 2016, p. 175)

Como já pontuado, o papel da mulher era obedecer, ou seja, seguir com os padrões patriarcais e se dedicar inteiramente às atividades do lar e à maternidade. Assim, com os avanços dos movimentos, essa realidade passou a ser desconsiderada, deixando para trás toda a servidão vivida sob a opressão do sexo masculino. Essa realidade foi ganhando novos significados por meio dos movimentos e das lutas em favor da igualdade, o que, na opinião de Constância Lima Duarte (2019, p. 27), teve como principal objetivo “romper com as barreiras da intolerância, abrindo novos espaços”. Com isso, no decorrer da História, as mulheres começaram a transcender perante as inquietudes sobre seu papel na sociedade, iniciando um dos maiores movimentos entre as mulheres: o Feminismo. Sarah Beirão nasceu em um momento de glória para a categoria feminina, mesmo que à custa de inúmeras lutas e conquistas em favor da igualdade dos sexos.

De acordo com Duarte (2019, p. 25), “o feminismo é um movimento legítimo que atravessou várias décadas e transformou as relações entre homens e mulheres”, buscando refletir sobre as relações de gênero. A sede de mudanças e as reivindicações sobre seus direitos despertou o ódio nas classes intituladas dominantes, por se tratar de ações que iam contra os padrões vigentes da época.

Aos 12 anos, Sarah Beirão ingressou no Colégio do Porto, quando seu primeiro contato com as práticas educacionais foi voltado para uma educação estabelecida pelas classes dominantes que direcionavam estudos “próprios para mulheres”. De acordo com Pais (2012, p. 01), obteve “uma educação escolar que poucas mulheres conseguem obter nessa época”, o que exprime a dificuldade em conseguir uma educação de qualidade diante das limitações que rodeavam o sexo feminino. As poucas mulheres que alcançavam uma educação escolar nessa época, tinham que se contentar com um conteúdo voltado para a sua doutrinação. Sobre o assunto, Michelle Perrot (2008) elucida que:

[...] instruí-las apenas no que é necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona-de-casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos e economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas. (PERROT, 2008, p. 93)

Essas virtudes apontadas por Perrot (2008) aprisionavam a mulher nos padrões dominantes, limitando-lhes às atividades domésticas. Com os avanços na busca pelos direitos femininos, esse cenário foi ganhando novos caminhos ao longo do tempo, com práticas educacionais igualitárias, o que possibilitou a participação da mulher no mercado de trabalho, na política e em outras camadas sociais.

Embora o ambiente educacional não a tenha incentivado, o interesse de Sarah Beirão pela literatura despertou muito cedo, sobretudo em sua vontade de desenvolver ensaios, pois era uma forma de apresentar ao mundo os seus posicionamentos sobre os mais diversos temas, em especial no que diz respeito à mulher. Assim, sua carreira de escritora iniciou com algumas publicações em jornais e revistas locais, acompanhando o movimento de transição da mulher leitora para a mulher escritora:

Não estranharemos, portanto, a imersão num banho cultural mais propício à vontade de as mulheres passarem da leitura à escrita, tornando-se tradutoras seletivas e exímias autoras, pois já leitoras atentas. Subliminarmente, terá sido o desejo de ultrapassar fronteiras, até ali intransponíveis, a movê-las. (LOUSADA, 2012, p. 58)

Esse desejo de ultrapassar fronteiras foi o que fez nossa romancista iniciar sua trajetória de escritora nos veículos de comunicação da época. Fátima Pais (2012) destaca que a escritora utilizava seu espaço em tais meios com o único objetivo de romper com o tradicionalismo que colocava a mulher em um lugar de inferioridade. Com sua participação no mundo intelectual, mostrou à classe dominante que a mulher também tinha capacidade para desenvolver tais atividades. Entre os vários jornais e revistas da época, de que participou, destacam-se:

O Tabuense, Humanidade, Eva, Diário de Notícias, Jornal da Mulher, Portugal Feminino, Modas e Bordados, Ilustração, O Século, Século Ilustrado, Diário de Lisboa, Comércio do Porto, Jornal de Notícias, Diário de Coimbra, Figueirense, Diário Português, Vida Carioca, O Primeiro de Janeiro e Alma Feminina. (PAIS, 2012, p. 01)

O envolvimento com a imprensa local fez a escritora perceber o quanto a mulher estava submissa e que a sua história como ser intelectual ficou esquecida durante um longo

período. Mesmo em uma situação de inferioridade, “as mulheres escreviam, sempre escreveram, mesmo que em menor proporção que os homens, devido às questões históricas e político-sociais relativas ao gênero” (NASCIMENTO, 2015, p. 285). Nesse contexto, torna-se importante o dizer de Isabel Lousada (2012), sobre a importância da entrada da mulher na imprensa local:

A entrada da mulher com presença assídua na imprensa diária permitiu uma divulgação mais direcionada para um público-alvo, diferenciado daquele que marcava presença nas colunas de periódicos especificamente femininos. O que se entende, até pela natureza dos mesmos, pois tinham um público restrito bem identificado: eram publicações dirigidas por mulheres para serem lidas por mulheres. (LOUSADA, 2012, p. 59)

Mulheres como Sarah Beirão utilizaram a imprensa para apresentar seus valores, por meio dos seus escritos, a fim de promover mudanças sociais, culturais e políticas na sociedade. Conforme dito anteriormente, mesmo conseguindo participar da imprensa local, nos primeiros anos de colaboração com as revistas e jornais, a escritora escondia sua verdadeira identidade, já que, enquanto mulher, sua opinião seria desconsiderada por grande parte do público leitor da época. Diante dessa situação, ela optou por usar seu pseudônimo, Álvaro de Vasconcelos, a exemplo de outras mulheres que usaram pseudônimos masculinos para poder publicar seus escritos. Na concepção de Zolin (2009, p. 221), essa utilização do pseudônimo foi a única forma de elas conseguirem publicar e se inserir no mundo dos homens letrados:

[...] muitas mulheres tornaram-se escritoras, profissão até então eminentemente masculina; mesmo que para isso tenham tido que se valer de pseudônimos masculinos para escapar às prováveis retaliações a seus romances, motivadas por esse “detalhe” referente à autoria. (ZOLIN, 2009, p. 221)

A identidade da mulher-escritora ficou muito tempo invisibilizada na história dos letrados; entretanto, com os progressos e conquistas, aos 26 anos, Sarah Beirão conseguiu publicar utilizando seu próprio nome. Segundo Fátima Pais, a apresentação do verdadeiro nome da escritora causou grande impacto à época, sobretudo porque junto a escrita de romances visibilizou-se também a jornalista e ativista:

Para além da literatura, Sarah Beirão dedicou-se também a outras causas, pertencendo à Liga Portuguesa Feminina para a Paz. Foi eleita, a 17 de abril de 1938, Presidente da Direção da Liga Nacional da Defesa dos Animais. A 2 de agosto de 1945, tomou posse, por unanimidade, do cargo de vice-presidente da direção do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas para



o ano de 1945/46 e foi presidente de mesa da assembleia, dirigindo a revista *Alma Feminina*. (PAIS, 2012, p. 02).

A militância de Sarah Beirão e o seu desejo de romper com o tradicionalismo foi o que a tornou uma mulher de inúmeras qualidades: jornalista, romancista e ativista dos direitos da mulher. Sua participação na Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas a tornou uma mulher influente, que marcou a História de Portugal, juntamente com Maria Lamas e Elina Guimarães, consolidando sua participação nos protestos e em movimentos em favor dos direitos da mulher portuguesa. Conforme Anne Cova, pesquisadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,

Sem entrar em pormenores sobre o período a seguir a República, convém referir que na segunda metade dos anos trinta (1936-1941), *Sarah Beirão ficou à frente do Conselho, seguido do último período dos anos quarenta com as presidências de Isabel Cohen Von Bonhorst (1942-1944) e de Maria Lamas (1945-1947)*. É de notar em 1928, num contexto ditatorial, o discurso progressista de algumas temáticas como a de coeducação, do voto das mulheres e das reivindicações feministas em geral. O tema da coeducação tinha já mobilizado o CNMP, em 1927, quando, através da sua secretária-geral, Elina Guimarães, tinha enviado ao Ministro da Instrução uma representação contra a supressão da coeducação no ensino primário. Nos anos vinte, o Conselho português conseguiu manter as suas ligações internacionais, participando nos congressos do ICW e continuou a publicar o seu órgão de propaganda apesar da censura. (COVA, 2010, p. 17, grifo nosso)

Transcendendo a diminuição da condição da mulher da época por meio das reivindicações pelos seus direitos, Sarah Beirão era a voz ativa da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas em comícios, palestras, exposições, reuniões e entrevistas, com uma fala sempre voltada para as reivindicações das minorias, sobretudo das mulheres, como indica Anne Cova (2010). Mesmo sabendo que não seria fácil mudar esse cenário que se apresentava, não recuou e aliou-se a outras mulheres, como jornalistas, médicas e ativistas simpatizantes dos mesmos pensamentos. Entre aquelas pessoas silenciadas pela opressão, existiam mulheres como Sarah Beirão que, apesar das limitações que o Estado impunha, conseguiam ultrapassar as barreiras demarcadas por uma elite dominante.

Assim, é possível afirmar que a necessidade de romper com os costumes enraizados na época foram a força motivadora desses movimentos, importantes para dar início a um novo olhar sobre as mulheres, começando, assim, a desestabilizar o patriarcalismo. Nesse momento, as pessoas que fazem parte de tais movimentos começam a perceber que somente através de ações articuladas era possível alcançar um maior espaço para a mulher na sociedade.

Devido ao desejo de mudança e à audácia do sexo feminino, essa aliança entre mulheres obteve inúmeras conquistas, com a participação ativa de Sarah Beirão, que esteve sempre disposta a ajudar e reivindicar pelos excluídos, uma verdadeira mediadora que buscava melhores qualidades no que diz respeito ao papel social imposto à mulher. Aqui é necessário salientar a importância da participação das vozes femininas no mundo da imprensa pública, academias, revistas e editoras, para se chegar à mudança de paradigma.

Existem inúmeras obras importantes, publicadas por mulheres portuguesas nessa época, a exemplo de produções literárias voltadas para a igualdade de gênero, apresentando o porquê de tantas lutas e tornando visível para o público leitor as questões que envolvem o espaço da mulher em face da lei, que a restringia.

As atividades desenvolvidas pelo sexo feminino vêm se tornando relevantes nas últimas décadas. Nos séculos XIX e XX, as mulheres vislumbravam as suas participações em várias atividades, obtendo, através de lutas constantes, algumas conquistas. Um ponto chave nesses movimentos foi a inserção da mulher na imprensa, ainda em meados do século XIX. Porém, apenas no século XX houve maior liberdade no desenvolvimento de tais atividades. É possível encontrar no século XIX diversos periódicos voltados para temáticas femininas:

Uma das razões para a criação dos periódicos de mulheres no século XIX partiu da necessidade de conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto. Quando falamos dos periódicos do século XIX, há que se destacar, pois, essas grandes linhas de luta. O direito à educação era, primordialmente, para o casamento, para melhor educar os filhos, mas deveria incluir também o direito de frequentar escolas, daí decorrendo o direito à profissão. E mais para o final do século, inicia-se a luta pelo voto. O sufrágismo foi o mote de luta do feminismo, como todos sabem, e foi também a primeira estratégia formal e ampla para a política das mulheres. (MUZART, 2003, p. 226)

A partir dos avanços citados, mulheres militantes, como Sarah Beirão, conseguiram espaço para publicar seus periódicos, conquistando e conhecendo direitos que antes eram vedados às mulheres. De fato, esses acontecimentos marcaram a vida de muitas mulheres da época e, no caso de Sarah Beirão, um marco relevante no seu percurso foi a sua contribuição na produção de periódicos para compor a *Revista Nova Aurora* (1901), por meio dos quais, hoje, é possível revirar e conhecer as histórias de mulheres fascinantes que desempenharam um papel importante em décadas passadas.

Os periódicos que davam voz às mulheres, muitas vezes, foram censurados pelo regime ditatorial salazarista, período marcado por grande repressão no âmbito da imprensa e em outros, que questionavam a sua governança. Nas palavras de Kenneth Maxwell, no seu

livro *A Construção da Democracia em Portugal*, “o regime de Salazar era também dotado de fortes meios de repressão” (1999, p. 31). Nesse período, encontra-se uma grande produção de textos da escritora estudada que, mesmo em meio às limitações, encontrou nos periódicos uma oportunidade de instituir laços com as práticas letradas.

Sarah Beirão surge como escritora e jornalista de mérito nos séculos mencionados, realizando sua militância mesmo sob perseguição do governo da época. Com os avanços dos periódicos voltados para a temática da emancipação feminina, só aumentava a esperança de mudanças no que diz respeito ao tradicionalismo vigente. Ainda que muitas vezes sendo censurados, eles constituíam o espaço para apresentarem suas histórias de vida, seus desejos e vontade de alcançar a liberdade.

A representação da mulher nesse espaço permitiu ultrapassar os limites impostos por uma sociedade hegemônica, que não acreditava na capacidade intelectual da mulher em desenvolver tais atividades. A relação com o mundo intelectual afirmou mais uma vez a capacidade da mulher de ocupar diversos espaços, onde cada desafio era enfrentado com muita audácia e coragem de lutar, em uma busca incansável pela liberdade, expondo seus ideais de uma forma muito mais livre. A partir de cada publicação nos periódicos da época, criava-se uma motivação para propagar ainda mais os temas relativos ao melhoramento social feminino. As contribuições dos movimentos pela emancipação feminina construíram uma nova história sobre a mulher, embora na atualidade ainda se perceba a necessidade de buscar mais espaços e conquistas.

Os posicionamentos firmados pelos movimentos fizeram o sexo feminino ser mais aceito, mudando sua condição na época e em diversos âmbitos da sociedade, inclusive em relação ao próprio corpo. Na sequência, o próximo tópico discutirá a condição de Sarah Beirão como romancista.

### **2.3 Mulher e literatura: a escrita romanesca de Sarah Beirão**

Com o efeito dos avanços provenientes dos movimentos feministas pela igualdade, a mulher começou a assumir espaços que só podiam ser ocupados pelos homens. Sendo assim, é possível perceber a evolução durante a história da presença da mulher na literatura, iniciando como leitoras, até se tornarem protagonistas e mesmo autoras do romance, apresentando reflexões em torno da sua condição em meio a uma sociedade com costumes ditados pelos homens. Vale salientar que a presença da figura feminina nos romances,

ocupando lugar de personagem protagonista ou secundária, são criações elaboradas por ambos os sexos. Lobo (1998) destaca que

Desde fins do século XIX e principalmente no século XX, a principal transformação por que passou a literatura de autoria feminina é a conscientização da escritora quanto a sua liberdade e autonomia e a possibilidade de trabalhar e criar sua independência financeira – através, basicamente, do trabalho jornalístico, diplomático. (LOBO, 1998, p. 10)

A atuação feminina no mundo das letras só aumentou, ganhando novos impulsos e a consolidação com a chegada dos Estudos Culturais. A partir daí, a mulher começou a ser reconhecida tecnologicamente e os padrões enraizados nos grandes centros educacionais passaram a se diluir.

De acordo com Maria Elisa Cevasco (2009, p. 320), “os estudantes buscavam nos fenômenos culturais uma forma de entender o mundo que os rodeava”. Tais fenômenos giravam em torno da condição social, cultural, religiosa, educacional e psicológica das minorias, sendo que as formas de opressão e silenciamento dessas classes só começaram a ganhar voz com a chegada dos Estudos Culturais.

Tais estudos surgem como uma voz de defesa que enaltece e valoriza as classes minoritárias, com destaque para a feminina que, ao longo da história da humanidade, teve seus valores e crenças desfavorecidas no exercício de produção intelectual. Acerca do assunto, Zolin (2009) enfatiza que

A intenção é promover a visibilidade da mulher como produtora de um discurso que se quer novo, um discurso dissonante em relação àquele arraigado milenarmente à consciência e no inconsciente coletivo, inserindo-a na historiografia literária. (ZOLIN, 2009, p. 328)

Com o advento dos Estudos Culturais, a participação da mulher no mundo das letras, que era antes negada, ganhou destaque de forma significativa, fortalecendo a condição da mulher no espaço intelectual, promovendo reflexões em torno da sua condição social, cultural e psicológica na sociedade, por meio de suas produções. Assim, é possível afirmar que os Estudos Culturais foram (e são) fundamentais para a desconstrução de uma sociedade que inferiorizava a mulher, tanto física quanto tecnologicamente, designando-a como um sujeito com utilidade restrita às atividades domésticas. Para melhor compreensão do que acabou de ser exposto, torna-se importante introduzir uma reflexão crítica proposta por Filho e Santos (2015), em seu estudo intitulado “Perspectivas para pensar os estudos de recepção e a masculinidade a partir dos Estudos Culturais e de gênero”, onde afirmam que:

Os Estudos Culturais a partir da vertente feminista introduzem novas variáveis referentes ao debate acerca da formação das identidades. Questionam-se os aspectos da cotidianidade dos sujeitos, até então, aparentemente, ancoradas com bases sólidas e padronizadas. (FILHO; SANTOS, 2015, p. 237)

O cenário em questão possibilitou novos caminhos para a produção literária das mulheres, rompendo com os padrões vigentes na época. Nesse momento da História, é possível encontrar uma vasta produção de escritoras que apresentam os novos conceitos de cultura e de se fazer cultura. Quanto às contribuições dos Estudos Culturais para a valorização das obras escritas por mulheres, Cevasco aponta que “O cânone, lista do que são consideradas grandes obras, é rediscutido e expandido com a redescoberta de obras antes relegadas ao esquecimento, escritas por mulheres, negros, homossexuais e outros”. (2009, p. 323)

A referida redescoberta encorajou muitas mulheres a lutarem por seu reconhecimento como mulher-escritora, conquistando um espaço no cânone que era negado pelo descrédito ao seu potencial intelectual, uma vez que se encontrava inserida em uma sociedade que duvidava de suas virtudes como escritora. Diante desses avanços, os estudos culturais, interligados com os estudos feministas, “começaram a resgatar e a reinterpretar a produção literária de autoria feminina” (ZOLIN, 2009, p. 327). Hoje é possível compreender esses avanços e conhecer as escritoras que lutaram para serem reconhecidas e fazerem parte do cânone, mesmo que várias não tenham recebido, no seu tempo, o devido reconhecimento.

É interessante observar que é na produção literária, tanto no gênero de ficção quanto no autobiográfico, que a mulher se fixa e se encontra em uma forma de conduzir suas reflexões e de tentar conscientizar a sociedade sobre a necessidade de lutar por igualdade entre os sexos. Em concordância, Cevasco (2009) entende que o maior objetivo dos Estudos Culturais é priorizar um mundo mais justo, um mundo com igualdade entre os gêneros e as classes, que aceite a cultura do outro, sem exclusões. Assim, esses estudos conservam as aspirações que impulsionam o mundo a valorizar o outro e suas práticas no âmbito cultural, educacional, social ou político, independentemente de ser mulher, negro, homossexual, entre outros.

No viés do reconhecimento de obras de autoria feminina, focaliza-se a pesquisa em torno de uma escritora portuguesa que contribuiu na produção intelectual no século XX e que precisou utilizar o pseudônimo “Álvaro de Vasconcelos” para efetivar as suas publicações. A esse respeito, Constância Lima Duarte alega que,

Se conhecemos um pouco desta história, não podemos nos admirar da ausência de uma literatura feminina nesta época. A surpresa fica mais por conta das que, apesar de tudo e todos, superaram os obstáculos e desafiaram a ordem patriarcal que as restringia à esfera privada, publicando textos ainda que anonimamente ou sob pseudônimos masculinos, como estratégia de contornar os preconceitos sexistas no campo da recepção e da crítica literária. (DUARTE, 1987, p. 19)

Não há nada mais subversivo para escapar dos padrões excludentes da época que utilizar um pseudônimo, conseguindo mostrar que, mesmo sendo mulher e vivendo em um período em que a produção intelectual estava direcionada para o sexo masculino, era possível produzir e publicar seus escritos através do empréstimo de um nome. “A literatura produzida por mulheres identifica-se à literatura marginal na medida em que ambas se constituem em expressão artística de minorias, em oposição à arte canônica reconhecida pela classe dominante”. (ZINANI, 2014, p. 183)

O rótulo de inferiores, atribuído às obras artísticas de autoria feminina foi uma estratégia da classe dominante que, ao perceber as potencialidades latentes nas produções literárias de mulheres, temia que entrassem no mundo dos letrados:

[...] por não considerar que as demais escritoras da época tenham participação na formação da identidade nacional ou, simplesmente, por considerar suas obras inferiores em relação àquelas modelares dos homens letrados. (ZOLIN, 2009, p. 328)

A predominância de obras de autoria masculina era o que se destacava na época, e a chegada das produções femininas causariam grande impacto, alicerçando-as como seres pensantes, capazes de demonstrar seus desejos e autonomias. Sobre essa questão, é necessário dizer que não se trata apenas de definir padrões ou de conseguir um espaço valorizado no cânone, pois vai muito além desses questionamentos.

A mulher é um ser que tem suas potências e, por meio dos seus escritos, destaca-se no mundo intelectual com o objetivo de conseguir mudar, ainda que muito pouco, o que se enraizou sob sua condição durante os séculos. Em concordância, Elódia Xavier (1991, p. 13) comenta sobre a importância de conhecer obras escritas por mulheres, enfatizando que “[...] quando uma mulher articula um discurso, este traz a marca de suas experiências, de sua condição; práticas sociais”.

Por serem consideradas seres desprovidos de capacidade tecnológica, sofreram e lutaram através dos movimentos para conseguirem mostrar que a mulher tem sim a capacidade de realizar excelentes reflexões. Em suas produções com personagens femininas, apresentam situações vivenciadas por muitas mulheres e acontecimentos que, muitas vezes,

encontram-se silenciados por medo da reação do seu opressor, chegando às mãos de outras mulheres como forma de consolo e esperança de dias melhores.

Desde então, as produções citadas só aumentaram, impulsionando várias mulheres a saírem da condição de inferioridade e apresentarem suas qualidades ao mundo intelectual. Os textos em questão causaram muitas inquietações nesse grupo e em outros, como os negros, LGBTQIA+, os quais também foram (e são) oprimidos e limitados no decorrer dos séculos. Nesse aspecto, torna-se importante ressaltar mais uma vez a influência dos Estudos Culturais para os movimentos em favor da igualdade entre os sexos:

A abertura para novas práticas culturais, bem como o questionamento das relações entre cultura, história e sociedade, que se originou a partir da instituição dos Estudos Culturais, em meados do século XX, impôs a necessidade de repensar, entre outros aspectos, os referenciais que balizavam o sistema literário. Essa modalidade de estudo ampliou a abordagem de temas vinculados às culturas populares, aos meios de comunicação de massa, às identidades de gênero, sexo, classe, etnia, geração, ou seja, colocou em evidência uma produção marginalizada, oportunizando a redução da invisibilidade a que uma significativa parcela de autoras estava relegada. (ZINANI, 2014, p. 186)

As escritoras desempenharam um papel relevante frente à luta pela valorização intelectual da mulher, buscando, com muita perseverança, um lugar de reconhecimento e de respeito, não só para as mulheres escritoras, mas para todas as que eram oprimidas e maltratadas. Ao lermos essas obras, torna-se evidente que foram escritas como forma de resistir a um padrão estabelecido na época, apresentando a mulher como um ser essencial, de qualidades ativas. Sarah Beirão e outros nomes, portanto,

Trata-se de escritoras que, tendo em vista a mudança de mentalidade descortinada pelo feminismo em relação à condição social da mulher, lançam-se no mundo da ficção, até então genuinamente masculino, engendrando narrativas povoadas de personagens femininas conscientes do estado de dependência e submissão a que a ideologia patriarcal relegou a mulher. (ZOLIN, 2009, p. 329)

Embora a trajetória de Sarah Beirão como escritora tenha começado muito cedo, somente aos 49 anos conseguiu publicar seu primeiro livro, passando agora da condição de escritora de periódicos para escritora de livro de contos, romances e literatura infantil, um passo significativo na sua trajetória.

Foi no ano de 1929 que publicou sua primeira obra: um livro de contos intitulado *Serões da Beira*, reunindo 23 contos: “O Faroleiro”, “Almas do Outro Mundo”, “Dois Corações”, “Pena de Talião”, “O brilhante da Duquesa”, “O Alferes de Palma”, “Saudade”,

“A última vontade”, “Hora bendita”, “O marulhar das vagas”, “Último pensamento”, “Sempre noiva”, “Caprichos do destino”, “Feliz engano”, “Só no Mundo”, “As pegas do Buçaco”, “O mistério”, “Vingança”, “As duas perdas”, “A primeira rosa”, “Sofra quem penas tem”, “Amor e reino” e “Um mau bocado”. Dedicou esses contos às lembranças do seu pai, Dr. Francisco de Vasconcelos de Carvalho, como uma forma de ficar sempre viva nas suas memórias os momentos inesquecíveis da trajetória da sua vida.

No ano seguinte, em 1930, voltou a publicar outro livro de contos (12 textos) e teatro (2 peças), nomeado *Cenas Portuguesas*: “O milagre”, “O herdeiro”, “Um fanfarrão”, “Mais vale só que mal acompanhado” (teatro), “Noivado trágico”, “O rapto da Ribeirinha”, “Uma dívida”, “Uma decepção”, “A rival”, “Sonho desfeito”, “Um roubo em 1840”, “Mefistofiles no campo”, “A peste” e “Bem ama quem nunca esquece” (teatro). O livro foi direcionado a sua mãe, Maria José Matias, lembrada nas páginas iniciais do livro, com a seguinte dedicatória: “A quem devo, além da vida, os ensinamentos que me têm servido de amparo e guia”.

Assim, percebe-se o vínculo afetivo entre mãe e filha, uma relação cheia de sentimentos e um amor que vai além da vida. Nesse mesmo gênero, Sarah Beirão também contribuiu para a literatura infanto-juvenil, escrevendo dois livros de contos: *Raul*, publicado em 1934, constituído por 23 contos, e *Manuel vai correr mundo*, anunciado em 1955.

Foi no ano de 1930 que a escritora se destacou como romancista, permitindo-se mergulhar ainda mais no mundo da ficção, com a publicação do seu primeiro romance, *Amores no Campo*. Dona de uma escrita permeada por emoções, o bucolismo é uma marca na obra citada, pela forma de a escritora valorizar a vida tranquila e serena que o campo proporciona a seus moradores, pessoas simples e de alma pura, sem maldades.

As qualidades citadas estão destacadas nos personagens desde seu primeiro romance, utilizando-se da ficção para apresentar as condições da mulher na época, como forma de firmar ainda mais seus pensamentos que a elevam a uma condição de valorização, a fim de romper com o tradicionalismo da época, discordando dos padrões que lhe eram destinados.

Sua produção intelectual só aumentou no decorrer dos anos, dedicando seus escritos para expressar suas vontades e desejos. Foi por meio da literatura feminina que encontrou inúmeras possibilidades para refletir suas vivências, criando um espaço próprio para valorizar suas causas. Com relação a essas discussões, Lobo (1998) salienta que,

Do ponto de vista teórico, a literatura de autoria feminina precisa criar, politicamente, um espaço próprio dentro do universo da literatura mundial mais ampla, em que a mulher expresse a sua sensibilidade a partir de um



ponto de vista e de um sujeito de representação próprios, que sempre constituem um olhar da diferença. A temática que daí surge será tanto mais afetiva, delicada, sutil, reservada, frágil ou doméstica quanto retratará as vivências da mulher no seu dia-a-dia, se for esta sua vivência. Mas o cânone da literatura de autoria feminina se modificará muito se a mulher retratar vivências resultantes não de reclusão ou repressão, mas sim a partir de uma vida de sua livre escolha, com uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas "domésticas" e "femininas" e ainda de outros estereótipos do "feminino" herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje. (LOBO, 1998, p. 03)

Dessa maneira, escritoras como Sarah Beirão expõem as vivências da mulher contemporânea em suas obras. Dentre as publicações da autora no gênero romance, que iniciaram nos anos de 1930 até 1955, destacam-se: *Os Fidalgos da Torre* (1936), *O Solar da Boa Vista* (1937), *Clara* (1939), *Sozinha* (1940), *Surpresa Bendita* (1941), *Alvorada* (1943), *Prometida* (1944), *A Luta* (1947), *Um Divórcio* (1950), *Triunfo* (1952) e *Destinos* (1955). Por meio de tais textos, é possível conhecer como a mulher era tratada nesse período, o que impulsionou várias leitoras de suas obras a romper com o tradicionalismo da época e sair da condição de inferioridade, valorizando-se e exasperando o sistema dominante da época.

Apresenta seu inconformismo e revolta através de suas personagens de ficção. Assim, demonstra-se a importância de obras de autoria feminina que apresentem uma conscientização social da condição da mulher na época. Como elucida Zolin (2009), a história da mulher escritora estava condicionada ao esquecimento; contudo, a partir do século XX, essa condição alcançou novos espaços, deixando de fazer parte exclusivamente de um grupo dominante. Ainda de acordo com a autora,

[...] pode-se dizer que, se as vozes femininas, assim com as vozes das minorias étnicas e sexuais, estiveram por tanto tempo silenciadas no âmbito social e, conseqüentemente, na literatura, o final do século XX assistiu a uma considerável reviravolta nesses domínios: o reconhecimento institucional da existência de uma literatura escrita por mulheres como objeto legítimo de pesquisa. No entanto, resta ao pesquisador ou professor de literatura fazer com que essas vozes "outras" sejam ouvidas não apenas entre eles próprios, nos limites das reuniões acadêmicas, dos grupos de trabalhos e dos seminários que se debruçam à temática "Mulher e Literatura", mas também em sala de aula, numa atitude de renovação e não de perpetuação de ideologias hegemônicas, como a patriarcal. (ZOLIN, 2009, p. 335)

Nesse sentido, ao nos debruçarmos sobre a temática Mulher e Literatura, os próximos capítulos apresentam dois romances de relevância escritos por Sarah Beirão, que trazem questionamentos e conquistas da mulher em meio a tantas limitações, conseguindo superar os obstáculos presentes em uma sociedade patriarcal. Portanto, nos capítulos seguintes, serão

pontuadas as principais reivindicações e denúncias, mesmo que de forma limitada por ser escrito em um período ditatorial em Portugal. A escritora, de forma simples e clara, consegue transmitir uma mensagem através da sua obra, que transpassa a ordem e rompe com os padrões impostos da época, utilizando-se da representação de suas protagonistas “mulheres” relegadas à classe subalternizada.

### 3 A MULHER EM LUTA PELA AFIRMAÇÃO SOCIAL: *SOZINHA*

*O acesso das mulheres à instrução contribuiu, no entanto, para aumentar a sua capacidade reivindicativa quer no que respeita ao acesso a todos os níveis da instrução, quer quanto a uma participação mais ativa na vida social, política e econômica.*

Irene Vaquinhas

Sarah Beirão tem uma grande influência nas lutas feministas de Portugal, sobretudo por meio de suas obras, que apresentam críticas aos padrões patriarcais da época. Além de seus apontamentos, a escritora busca enaltecer a figura feminina, colocando a educação como principal ferramenta emancipadora do sexo feminino. Sendo assim, o presente capítulo busca evidenciar a importância da instrução para a mulher no romance *Sozinha*, de 1940.

A obra propicia novos registros sobre a posição feminina na década de 40, com uma narrativa que, na época em que foi publicada, contribuiu com as lutas em oposição ao governo salazarista, visando garantir direitos igualitários entre os sexos. Dessa forma, a história demonstra a força de Sarah Beirão, que publicou um romance com críticas à dominação masculina, algo defendido pelo governo de Salazar. Ao analisar o enredo, composto por uma sucessão de fatos e de ações das personagens, narrado em terceira pessoa, temos o primeiro plano da história, a apresentação da família de Júlia: pai e mãe, e, no segundo plano, a trajetória de Júlia e sua independência, conquistada através do estudo. Com a escolha do discurso direto, fica claro o posicionamento da escritora através das opiniões das personagens, que se voltam ao diálogo em torno da valorização da mulher, por meio da educação, ou seja, algo contrário ao que o governo pregava na época.

O romance se passa na região da Beira, uma província de Portugal, e traz as características sociais, morais e sócio-econômicas em que vivem as personagens. Ele conta a história de Pedro e Maria Teresa, personagens secundários, ou seja, com uma participação menor no enredo, um casal de classe média admirado por todos os que ali residiam. Pedro exercia a função de médico naquela região e era considerado um exemplo a ser seguido, já que se tratava de um homem com condições financeiras favoráveis cuja esposa, Maria Teresa, era dedicada às tarefas do lar, em um relacionamento em que o respeito e o amor prevaleciam.

Ao narrar as características que se referem ao modo como o casal levava o matrimônio, a escritora visa enaltecer a reprodução de relações como a de Pedro e Maria Teresa. Aqui cabe destacar a condição da mulher da época dentro de um relacionamento ideal: ao homem cabia prover o sustento, ficando a mulher responsável pelo gerenciamento da casa.

Maria Teresa é apresentada na narrativa como uma mulher forte, sensata, com grande força de vontade, situação pouco comum de se encontrar na época, uma vez que a mulher geralmente ocupava um lugar inferior na relação conjugal e social. Assim, a escritora rompe um estereótipo da época, apresentando uma mulher com liberdade de expressão.

Em meio a essa relação harmoniosa, nasce Júlia, protagonista do romance e primeira e única filha do casal, que apresentava as mesmas qualidades da mãe. Embora fosse uma família feliz, Pedro era assombrado por pensamentos e medos futuros de que essa felicidade acabasse.

Tudo caminhava com a mesma tranquilidade e ternura de sempre naquela família, até que surge, em uma aldeia próxima, o primeiro caso de Tifo<sup>9</sup> e, com as péssimas condições higiênicas da região, a epidemia se alastra de forma rápida. Frente a isso, o medo tomou conta da família Almeida e de todas as que moravam naquela região. Com a chegada da doença, os pressentimentos de Pedro começaram a tomar forma, pois a esposa do médico acaba por ser infectada pela doença, chegando a óbito. Diante do trágico acontecimento, Pedro, que não consegue superar a perda, cai doente, o que culmina também em sua morte.

Com a perda dos pais de forma tão repentina, a pequena Júlia, então com seis anos, torna-se uma preocupação para todos, pois sua mãe não tinha parentes vivos. A única pessoa por quem ela tinha afeto, além de seus falecidos pais, era seu padrinho, Roberto, personagem secundário, com quem foi morar. Casado com Octávia, mulher que não aceitou a vinda de Júlia para sua casa, o padrinho se vê forçado a buscar novo lar para a órfã.

Sem saber da morte de seus pais, a menina crescia sem afeto, o que facilitou sua aceitação para se mudar para um internato escolhido por Roberto, na cidade do Porto. Para ele, o ideal seria dar-lhe uma condição favorável para ter um futuro digno, sem ter que esperar por um casamento, destino da maioria das mulheres da época.

Ao chegar ao colégio, Julia estremeceu, como se fosse entrar numa prisão. Ela e seu padrinho foram recebidos por D. Justina, a diretora do estabelecimento, e Berta, uma aluna do colégio, com quem logo construiu uma relação de amizade. Logo nas primeiras palavras do

---

<sup>9</sup> Tifo é um grupo de doenças infectocontagiosas, cujos sintomas mais comuns são: febre, dores de cabeça e exantema. Geralmente, os sintomas têm início uma a duas semanas após a infecção. É conhecida também como febre tifoide.

padrinho, surge a surpresa sobre ele concordar com o interesse feminino pelo estudo, uma crítica pertinente que será discutida nos próximos subtópicos deste capítulo.

Os primeiros dias de adaptação não foram fáceis, pois a saudade do padrinho e o medo do desconhecido tomavam conta da jovem naquele colégio. Contudo, ao iniciar as primeiras aulas, Júlia rapidamente se adaptou àquela instituição, conquistando a simpatia dos mestres. Com o tempo, a sua dedicação aos estudos só aumentava, resultando em excelentes progressos, o que lhe rendeu antipatias por parte das outras alunas. Entretanto, com calma e perseverança, vencida todas as dificuldades.

Aos sábados, dia destinado à visita dos familiares, Júlia se via sozinha no colégio. Dedicada como sempre, voltava-se à revisão e à organização das lições. Contudo, é nesse dia da semana que a narradora revela ao público leitor uma das características que marcarão a vida da protagonista: a busca por independência financeira. Ao acompanhar sua amiga Berta em visita à família da amiga, Júlia conhece um de seus irmãos, Luís, que, com o passar dos dias, pede-a em casamento. Ela nega, explicando que seu foco maior é sua independência. Nesse trecho é possível observar mais uma crítica à condição da mulher, uma vez que o casamento era visto como a única forma de ela conquistar o seu espaço. Dessa forma, ao recusar o casamento, a protagonista subverte a ordem, rompendo com os padrões sociais vigentes e colocando em primeiro lugar a sua independência.

Depois de anos de dedicação, seu esforço começou a ser recompensado: Júlia foi surpreendida com uma correspondência do Sr. Reitor do Liceu, na qual solicitava a sua presença em um evento do colégio, quando lhe seria entregue o prêmio Magalhães, que laureia a estudante mais distinta com maiores classificações. Depois desse dia memorável, seguiu sua carreira triunfal, concluindo o liceu e entrando na escola superior. Em meio a tantas alegrias e reconhecimento, Júlia se preocupava com as despesas que seu padrinho tinha que assumir, cada vez maiores diante da sua evolução nos estudos.

Frente à situação dada, precisava ganhar dinheiro para ajudar seu responsável, o que a levou a procurar D. Justina, que a ofereceu o cargo de substituta do Sr. Gaspar no colégio. Sendo assim, não precisava pagar sua estadia nem do subsídio do padrinho, conquistando grande independência. Em meio à felicidade, o destino mais uma vez surpreendeu Júlia, com a morte do padrinho Roberto, ficando responsável pela educação de seus filhos, um pedido feito antes de sua morte.

Com o decorrer dos anos, Júlia alcançou o que almejava. Com muita persistência e quebrando com os padrões que colocavam a mulher em condições inferiores, a jovem

preencheu a vaga de um professor, tornando-se a primeira mulher portuguesa a assumir um cargo tão alto. Depois que alcançou seus objetivos e se tornou uma mulher independente, Júlia aceitou o pedido de casamento de Luís, e, alguns meses depois, realizaram a cerimônia.

Os conhecedores da história prestigiavam a órfã que, diante de tantas dificuldades, venceu na vida, com muita luta e persistência, tornando-se uma mulher notável e respeitada pela sociedade. Ao casar-se com Luís, um exemplo de família pouco adotado até então se formou, com uma mulher forte e reconhecida pelo seu trabalho. Assim, o triste passado da jovem resultou em um futuro brilhante que, em meio aos impasses da vida, sozinha, conseguiu triunfar, o que foi possível apenas pela dedicação ao estudo.

Ao folhear as páginas do romance em análise, é possível encontrar inúmeras reivindicações em relação à condição da mulher, considerando as restrições da época em que foi escrito. Durante a leitura, percebe-se uma escrita voltada aos direitos das mulheres, apresentando índices de lutas em busca do seu lugar de valor na sociedade. Dentro de tal perspectiva, os próximos subtópicos focam na principal questão do romance: o envolvimento da mulher com as práticas educacionais e a importância para sua afirmação social e para sua emancipação.

### **3.1 Panorama histórico da educação da mulher portuguesa: do final do século XIX até meados do século XX**

Conforme apresentado, os romances de Sarah Beirão têm importância para a conscientização da mulher, apresentando a força feminina por meio de suas personagens, em favor de uma sociedade com maior igualdade de gênero. A autora ressalta a educação como relevante ferramenta de transformação social para a mulher, sublinhando que, por meio dela, é possível ocupar os espaços que sempre foram dominados pelos homens, na busca pela conquista da liberdade. Nesse sentido, torna-se relevante entender o contexto histórico da educação da mulher em Portugal na época de suas principais obras, objeto de estudo do presente tópico.

Traçando um paralelo entre a condição da mulher no início do século XX até os dias atuais, são perceptíveis as grandes conquistas femininas quanto aos seus direitos, fruto da reivindicação e da conscientização social sobre a igualdade de gênero. Dentre os diversos espaços conquistados, destaca-se o da educação formal, o qual oferecia grande resistência para a entrada da mulher, então considerada inferior e incapaz pela classe intelectual dominante. Conforme Oliveira,

A união de esforços entre pessoas, entidades e governo, na crença de que a cultura da paz se constrói a partir de lutas individuais representadas nos engajamentos das lutas sociais. O movimento feminino na sociedade contemporânea acredita na igualdade de direitos e de oportunidades que só ultrapassará a barreira da miséria econômica através da educação e da cultura, uma sociedade humanizadora. A contemporaneidade do feminismo é o desdobramento de uma transformação que se sobrepõe ao virtual e não é descartável, é luta contínua. (OLIVEIRA, 2007, p. 10)

A educação é a principal ferramenta para a modificação da sociedade, e é por meio dela que o indivíduo se torna mais consciente de seus direitos e pode contribuir de maneira ativa para a igualdade. Ao obter-se conhecimento, desenvolve-se senso crítico, tornando-se capaz de julgar e exercer a liberdade individual. Assim, a não aceitação da mulher em espaços acadêmicos está diretamente ligada à manutenção de uma sociedade na qual o homem é o gênero dominante, uma vez que é o único que detém conhecimentos e, dessa forma, ocupa local de destaque.

Percebe-se, então, que o distanciamento da mulher em relação à educação vai além da ideia errônea de ser incapaz. Essa premissa de inaptidão era utilizada como ferramenta de controle, uma vez que, ao não ser instruída, restavam poucas possibilidades além do matrimônio e dos serviços domésticos. Em Portugal, assim como no restante da Europa, a educação formal ficou restrita aos homens até metade do século XIX:

A instrução feminina é um tema que suscitou muito pouco interesse em Portugal até meados do século XIX. Apesar da atenção que o assunto merecera de alguns setores ilustrados do século XVIII, a indiferença sobre esta matéria caracteriza toda a primeira metade do século XIX, refletindo-se na pobreza de iniciativas práticas destinadas a promover a instrução feminina. Este desinteresse é, em grande parte, justificado pela instabilidade política decorrente das invasões francesas e lutas liberais, por dificuldades financeiras e, sobretudo, pela ausência de condições estruturais que, nos países mais desenvolvidos, fizeram avançar a instrução feminina: a industrialização e a existência de classe burguesa forte. Além disso, destaca-se os fatores de ordem ideológica, em particular, a permanência de preconceitos pouco favoráveis ao progresso cultural feminino. (VAQUINHAS, 2000, p. 96)

Assim, é possível entender que a falta de iniciativa para a promoção da educação feminina alia o cenário político-econômico à ideologia patriarcal da época:

A organização social é ferocíssima para nós, pobres mulheres! quando tombamos. Fracas pela educação física e moral que recebemos no lar, fracas pela instrução deficiente e estropiada com que nos pretendem adornar o

espírito, fracas pela opressão de mil absurdos preconceitos... e ainda exige-se de nós que vencamos até as leis da natureza. (OLIVEIRA, 2007, p. 51-52)

Sendo assim, até meados do século XIX, a educação das mulheres ocorria unicamente em casa ou em conventos e, nesse último caso, era, por vezes, uma forma de punição à mulher que não seguia os padrões sociais vigentes. Na condição de submissão, a mulher que não acatava as normas tradicionais, ou seja, o casamento que era imposto a todas as outras como forma de enquadrá-las ainda mais em situações de dominação, eram direcionadas para seguir a vida religiosa. Partindo desse ponto de vista, Nunes (2000) comenta que o claustro era a forma de a mulher se redimir de seus pecados. Mesmo em meio à forte ligação do estado com os padrões religiosos, um grupo conhecido como liberais, opositores ferozes do conservadorismo católico, expressa também sua crítica ao ensino ministrado pelos religiosos, ou seja, pelas freiras e padres; mesmo em meio às críticas, os espaços sociais no âmbito educacional multiplicaram e, com tais avanços, a vida religiosa feminina se solidificou, sobretudo, a partir do século XIV.

Partindo desse pensamento, a religião tinha grande influência política e social em Portugal no século XIX e, com a sua ideologia retrógrada no tocante à posição de cada gênero na sociedade, contribuiu diretamente para a ratificação de uma cultura em que a mulher deveria ser submissa ao marido e responsável pela manutenção da família, criando um ambiente onde a instrução de mulheres era vista como desnecessária.

Esse cenário começa a se modificar a partir de 1850, quando o regime monárquico passa a perder força no país, visto as dificuldades que a população enfrentava. Ali, os ideais capitalistas e liberais começaram a ganhar força, e a instrução feminina passou a ser vista como necessária para o crescimento e a modernização do Estado. Em contraponto, a sociedade, sobretudo a alta aristocracia, ainda relutava para aceitar tal cenário, com base nos padrões patriarcais, nos quais a mulher deveria cumprir o seu papel social de esposa e dona de casa:

Com efeito, só a partir dos anos cinquenta do século passado é que a instrução feminina progride. Multiplicam-se as escolas primárias destinadas a este sexo e investe-se, em simultâneo, no nível cultural das “mestras de meninas”, criando-se para o efeito a primeira Escola Normal feminina, inaugurada a 9 de julho de 1862. A necessidade de recuperar o atraso que nos separava dos países mais cultos e civilizados que promoviam a educação da mulher, assim como o reconhecimento de que a instrução feminina era um contributo indispensável ao projeto de modernização do país, fizeram avançar este ramo da instrução, convertendo-o num verdadeiro assunto de Estado. (VAQUINHAS, 2000, p. 97)



Além da criação de escolas primárias para o sexo feminino, outra medida tomada pelo Estado foi a criação de bibliotecas populares, a fim de oferecer às classes mais baixas, inclusive mulheres, a oportunidade de praticar a leitura em suas residências, facilitando o acesso aos livros. Cabe destacar aqui que a instrução feminina ainda possuía um grande viés patriarcal, pois o ensino nas escolas criadas para esse gênero tinha foco na educação para se tornarem boas esposas e mães e para serem capazes de educar seus filhos.

Corroborando essa ideia, Vaquinhas (2000, p. 97) comenta que a educação para a mulher, na época, tinha a função de “preparar as raparigas para a missão de esposa e mãe [...], não estando em causa favorecer a emancipação feminina ou assegurar a esse gênero os meios que lhe permitissem escolher o seu futuro”. Apesar do viés patriarcal da educação feminina do século XIX, é necessário ressaltar que se trata de uma grande conquista para a mulher: o reconhecimento, por parte do Estado, do direito à educação.

Mesmo em um cenário em que a educação feminina era voltada para a vida doméstica, grande parte da sociedade se opunha, já que os padrões conservadores ditavam que o estudo deveria continuar a ser destinado apenas aos homens. Na visão da época, a educação feminina significava a queda dos valores morais, em que a mulher, o “alicerce da família”, deveria ser a dona de casa exemplar, cuidadora de seus filhos e marido, a quem deveria obediência, não lhe cabendo disputar posição com os mesmos:

[...] à imaginação da nossa gente, salta logo a ideia de um enxame de mulheres pedantes, espécie de ratas sábias, que só falarão de ciências e literatices, incapazes de aturar e tratar crianças, que nunca pensarão nas obrigações do lar doméstico, que terão horror a entrar numa cozinha; numa palavra, mulheres sabichonas e ridículas, péssimas esposas, mães detestáveis, filhas delambidas e impossíveis. (VAQUINHAS, 1999, p. 31-32).

A pequena quantidade de escolas destinadas ao público feminino e a grande resistência da sociedade com a instrução das mulheres gerou uma também pequena participação desse público no ensino oficial. Entretanto, no início do século XX, observa-se um aumento da inserção da mulher na educação regular, impulsionado pela queda da monarquia e pela instauração da Primeira República. A educação desse público também foi pauta de discussões de grupos feministas em Portugal desde o final do século XIX, com intensificação em suas reivindicações durante a Primeira República. As principais representantes do movimento de luta são Maria Amália Vaz de Carvalho, Ana de Castro Osório e Alice Pestana. As principais associações femininas, como a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e o Conselho

Nacional das Mulheres Portuguesas, adotavam a educação da mulher como uma de suas principais pautas. No caso do Conselho, a sua presidente,

[...] Adelaide Cabete (1867-1935), médica, professora no Instituto Feminino de Educação e Trabalho e uma das principais militantes feministas, personifica esta ação: em artigos de imprensa, comunicações, teses e na militância ativa defende a educação da mulher e das crianças, a par da sua proteção social, de melhores condições de higiene e do desenvolvimento da saúde pública. (PINTASSILGO; MOGARRO, 2013, p. 1084)

Assim, Adelaide Cabete é referência na História de Portugal como uma das principais militantes em favor das classes marginalizadas. Seu legado impulsionou inúmeras mulheres a desenvolverem suas potencialidades, superando os desafios presentes, seja no âmbito social, cultural, educacional ou religioso. Esse avanço e conquista aconteceram pelo acesso à educação, já que, a partir das práticas educacionais, desenvolveram senso crítico, adquirindo maneiras de exercer seus direitos e suas potencialidades. Desse modo, oferecem, para a sociedade, seus ideários, como forma de esclarecer e apresentar os benefícios dos direitos femininos.

O início do século XX com a criação de liceus femininos e, em 1906, na cidade de Lisboa, surge o primeiro instituto, denominado Liceu D. Maria Pia, representando a primeira escola de ensino secundário público para mulheres, em Portugal. Este e outros liceus criados na época da Primeira República, no Porto e em Coimbra, tinham, em seu início, um currículo híbrido de ensino, uma vez que articulavam a profissionalização da mulher e o ensino de atividades domésticas.

O primeiro Liceu consagra também um perfil de formação virado preferencialmente para a instrução de conhecimentos aprofundados e um currículo bem mais sólido que o dos colégios tradicionais femininos, que continuavam a ser maioritariamente religiosos. Assim, o ensino oficial define uma orientação política que valoriza a instrução nas escolas públicas, mas não esquece (bem pelo contrário) o ensino da economia doméstica, da costura e labores. (PINTASSILGO; MOGARRO, 2013, p. 1084)

Embora estivesse longe de se tornar igualitário em comparação ao que era oferecido aos homens, Pinto (2017) pontua que, na Primeira República, período com maior abertura para a educação feminina, foi permitido à mulher ter acesso aos liceus antes frequentados só pelos homens. Pinto traz como exemplo outra mulher referência na História de Portugal, Florbela Espanca, a poeta alentejana, autora de sonetos e contos importantes na literatura portuguesa e frequentadora do liceu masculino em Évora. É possível encontrar ainda outros nomes de mulheres que frequentaram liceus destinados ao sexo masculino, e a busca pelo

conhecimento feminino possibilitou a criação de instituições de ensino voltadas para esse público, aumentando, gradativamente, a participação da mulher no ensino oficial:

Nas instituições escolares republicanas torna-se, evidente o desenvolvimento do ensino feminino. No início da República, um pouco mais de 30% das 5.552 escolas primárias oficiais eram femininas e quase 10% mistas. O regime de coeducação permitiu aprendizagens conjuntas nas escolas, nos vários graus de ensino. Os liceus, frequentados por um número reduzido de alunos, mas originários de uma burguesia influente, registram um aumento assinalável de alunas, entre as 924 assinaladas em 1910 e as 2.960 inscritas do ano letivo de 1925-1926, a que se podem juntar 789 alunas do ensino particular e doméstico, num universo discente que atingia, em conjunto, quase 21.000 alunos. Nas escolas secundárias técnicas havia 2.262 alunas a frequentar os diversos cursos a que tinham acesso (em 1910 eram 838 alunas), num universo de 13.436 alunos. Falamos de pouco mais de 5.000 jovens que frequentavam o ensino secundário no final do regime, originárias de diferentes estratos burgueses e que representavam uma reduzida faixa da população, situada nos meios urbanos. No país, mais de metade da população em idade escolar não frequentava a escola e, em 1911, 77% das mulheres com dez ou mais anos eram analfabetas; este valor baixou para 69% em 1930. (CANDEIAS, 2004 *apud* PINTASSILGO; MOGARRO, 2013, p. 1085-1086).

Além disso, foram surgindo, no início do século XX, alguns nomes femininos importantes na docência universitária, como Domitila de Carvalho, diretora do Liceu Maria Pia, e Carolina Michaelis, a primeira mulher a ocupar um cargo de docente na Universidade de Coimbra. Também durante a implantação da Primeira República, as instituições particulares de ensino religioso para mulheres sofreram uma redução significativa em sua participação em Portugal, com vários tendo sido transferidos para outros países. Esse movimento ocorreu devido à necessidade de “organizar a República com novos formatos, ideias e propostas de crescimento social. Para a efetivação do projeto, era preciso acabar com as velhas tradições monárquicas, entre elas a dependência que o sistema de governo mantinha com as instituições religiosas”. (MOURA, 2019, p. 4)

Mesmo com a evasão desse formato de escola, a alta aristocracia portuguesa continuará a enviar suas filhas para tais colégios, fora do país, já que corroboravam com a ideia tradicional e patriarcal de mulher “senhora do lar”, foco da formação realizada por essas instituições de cunho religioso. Por outro lado, os colégios do Estado destinados às mulheres, bem como os particulares laicos, eram frequentados por filhas da burguesia, um público progressista e renovador, que tinha desconfiança com os colégios religiosos, ao considerarem que o método de ensino poderia as alunas a seguirem uma vida religiosa.

No período entre 1911 e 1930, a educação feminina passa por um reforço de sua dimensão profissional, mesmo que ainda permanecesse uma ideologia sexista sobre a mulher. As reformas educacionais durante o período em questão entenderam ser necessário preparar e educar os indivíduos do sexo feminino para a vida prática. Assim, diversos colégios destinados às mulheres introduziram um conjunto de inovações pedagógicas, como a criação de cursos de assistentes de escritório e do comércio, empregadas dos correios e telégrafos, auxiliares de química, bem como de artes e ofícios em diversas áreas. (PINTASSILGO, 2007)

Também nesse período houve uma intensificação da participação feminina no ensino primário em Portugal. De acordo com Nóvoa (1987 *apud* PINTO, 2017, p. 84-85), “em 1900 as mulheres representavam 37,2% do corpo docente, em 1910 já tinham ultrapassado os 50%, e o aumento manteve-se na década de 1920, atingindo 71,6% em 1930”. A autora explica que o fenômeno do crescimento se deve a uma tendência de modernização do Estado, em que a prática docente passa a ser considerada uma profissão feminina, tornando aceitável a sua participação. Embora seja um avanço, essa permissão do Estado para a mulher no exercício da docência perpassa pelo custo inferior, já que os salários pagos eram mais baixos em relação aos dos homens.

Com o advento da ditadura militar salazarista, posteriormente transformada no Estado Novo, a instrução feminina sofre novas mudanças e o caráter nacionalista do regime tem a educação como principal ferramenta de imposição de sua ideologia. Nesse novo regime, a escola torna-se uma peça principal para a sua perpetuação, uma vez que visava à transmissão de conhecimentos políticos, sob o seu viés ditatorial, o que pode ser visualizado em medidas como a adoção de um livro único criado pelo governo.

Quanto à questão da educação feminina durante esse período, tem-se um fenômeno interessante: o regime pregava a permanência da mulher no lar, ao mesmo tempo que aumentava a participação das mulheres nas escolas e em funções profissionais. Durante o período, tem-se um aumento significativo de alunas, fazendo com que a desigualdade de escolarização entre sexos diminua, embora ainda apresentasse diferença considerável. Na década de 1930, cerca de 60% das jovens com idade até os 20 anos frequentava o ensino secundário, fato que mostra maior abertura das famílias portuguesas na direção da educação das suas filhas, mesmo que o ensino universitário ainda se mostrasse uma realidade distante para elas. Acompanhando esse ritmo, também houve um grande aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, principalmente em serviços de escritório e vendas.

O número de mulheres casadas e no mercado de trabalho aumentou. A compatibilização do trabalho feminino com a família tornou-se uma preocupação na medida em que os cientistas sociais consideravam o trabalho remunerado essencialmente masculino e que a mulher se vulgarizava ao fazê-lo. É importante referir que a percentagem de mulheres que faziam carreira nas ciências sociais encontra-se em expansão em relação à medicina ou outro domínio profissional. Porém, a voz feminista que procurava ter força nas ciências sociais modernas, era silenciada. (SOUSA, 2019, p. 22-23)

O fenómeno da saída da mulher do ambiente domiciliário, observado em Portugal, acompanha o movimento global de modernização da sociedade, momento em que a figura feminina começa a ganhar cada vez mais espaço, emancipando-se do patriarcado, tendo na educação o principal meio de transformação da sua realidade.

Na visão do Estado Novo, essa maior participação feminina nas atividades sociais, anteriormente destinadas apenas aos homens é vista com grande preocupação, dada a ideologia sexista vigente, em que a mulher deveria permanecer como a senhora do lar e educadora de seus filhos. Portanto, a libertação para exercer atividades se mostra como uma ruptura de seus projetos para a nação, pensamento que esteve presente no período salazarista. Conforme afirma Sousa (2019), a mulher está profundamente enraizada na sociedade e ocupa o lado da natureza, enquanto os homens se encontram do lado da cultura e do poder. Para o regime, mulher deveria ser exclusivamente devota à Pátria e à família.

Nesse sentido, o regime salazarista buscou impor as suas ideias por meio de restrições das atividades passíveis de serem exercidas pelas mulheres, bem como por meio de organizações femininas, como a Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). A exemplo das restrições, as professoras do ensino primário deveriam solicitar autorização ao regime para se casar, a fim de evitar que a professora pudesse se mover socialmente, assim como as enfermeiras de hospitais civis, para as quais o casamento era expressamente proibido.

As organizações femininas de viés educacional foram criadas devido à preocupação do Estado quanto à feminização dos diversos graus de ensino. Assim, tais movimentos buscavam doutrinar jovens e crianças quanto aos limites da sua participação na sociedade, guiando-as para um pensamento voltado à família, como um dever moral da mulher. A OMEN e a MPF são um retrato do pensamento salazarista sobre a educação feminina, com forte teor nacionalista e religioso, notavelmente influenciado pelos regimes extremistas que dominaram alguns países da Europa, à época. Assim, suas ações visavam à preparação das gerações de mulheres para os seus futuros deveres domésticos.

É nesse contexto de reafirmação de padrões patriarcais, ao passo que a mulher portuguesa foi buscando cada vez mais espaço na sociedade, que a escritora Sarah Beirão escreve algumas de suas principais obras, como é o caso do romance *Sozinha*, de 1940. Ciente das imposições do regime salazarista e da sociedade portuguesa sobre o destino das mulheres, Sarah Beirão busca, por meio de suas personagens, retratar a força da mulher e a importância da educação para a sua emancipação, objeto de estudo do tópico a seguir.

### **3.2 A busca pelo saber: uma arma contra os padrões tradicionais**

Após apresentar um panorama histórico da educação da mulher em Portugal até meados do século XX, é possível partir para a análise do romance *Sozinha*, de Sarah Beirão, publicado em 1940, a fim de evidenciar a representação feminina sob o ponto de vista da escritora. Em várias passagens do romance, é perceptível no discurso da protagonista diversas marcas das reivindicações das mulheres na época, que buscavam romper com os padrões sociais vigentes. Assim, com a leitura do romance, apresentamos o percurso da educação feminina, que garantiu à mulher a possibilidade de sua emancipação. Trata-se de um momento que representa um marco na história feminina, quando ocorreu a transição da mulher submissa para a mulher emancipada. Um dos pontos-chave para essa conquista de liberdade foi a educação. Nas palavras da historiadora Michelle Perrot,

A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais e culturais. (PERROT, 2008, p. 15-16)

As condições impostas às mulheres mudaram no decorrer dos séculos, resultado de muitas lutas e reivindicações. Através de escritos como este, que está em estudo, podemos conhecer, mesmo que de forma limitada, o percurso árduo trilhado para conquistar seu espaço de valorização social. Segundo Gomes (2014), por muito tempo, foram os homens que escreveram a História e a apresentaram como universal, colocando as mulheres como submissas, enclausuradas e invisíveis. Diante de tal pensamento, estudamos um romance cujo personagem principal é uma mulher que quebra com as formas distintas, hierarquizadas que resultam na afirmação da desigualdade entre homens e mulheres.

Nesse contexto, é possível compreender o discurso em prol dos direitos da mulher no romance. Tais reflexões serão expostas e debatidas a seguir, a partir das vivências da personagem nascida em um lar diferenciado, em que o relacionamento dos seus pais não era abusivo, visto que a mulher tinha vez e voz. Na família de Júlia, personagem foco da nossa análise, o pai fazia questão de sempre reconhecer as qualidades da esposa e enfatizar sua inteligência:

Não existia para ela obstáculos, e, quando o marido vacilava na marcha, logo ela surgia a desvanecer impressões, a desfazer mal-entendidos, e a vida continuava serenamente. Nasceu-lhes uma filha, Júlia, que era o vivo retrato da mãe. Esperta e linda; tinha grandes olhos negros a iluminar-lhe a fisionomia franca e expressiva. Às vezes o pai discutia o futuro da garota. – Havemos de dar-lhe um curso – dizia o médico, entusiasmado. – Não é feia; casará antes de concluir. É quase sempre o destino da mulher. – Ora! O saber não ocupa lugar. Quantas mulheres há que tiram cursos e casam sem prejuízos do lar... Madame Curie. – Excepções. É difícil e exaustiva a missão da mulher. Complexos os trabalhos e inglórios. Tu bem vês como a nossa pequenina casa me absorve; e, todavia, não desempenho o meu papel como desejaria. - És a melhor, mais diligente e bela das esposas. (BEIRÃO, 1940, p. 6-7)

No breve diálogo entre o pai e a mãe de Júlia, é possível observar uma mentalidade diferente em relação à condição da mulher na sociedade, o que torna, neste caso, uma qualidade rara no modo de pensar dos homens da época. O pai da protagonista era um indivíduo dotado de sensibilidade, distanciando-se dos padrões masculinos, que geralmente defendiam a ideia de que o homem deveria agir de maneira abusiva, demonstrando superioridade em relação à mulher, uma vez que a ela cabia apenas a obediência. Diante desse pensamento, Jacome e Pagoto (2009) afirmam que a condição de submissão revela uma face da história de opressão das mulheres a partir da reprodução das tradições da cultura patriarcal.

Partindo dessa premissa, o romance exclui, em grande parte, a reprodução de padrões encontrados na sociedade patriarcal. Em conformidade com Almeida (2000), as mulheres sempre lutaram por direitos que lhes foram negados em um mundo construído sob a autoridade masculina. É diante desse discurso de ruptura que apresentamos a protagonista do romance estudado, uma mulher jovem, que cresceu em um lar onde a mulher era aceita, tendo as suas opiniões ouvidas e respeitadas. Esse fato fez com que Júlia se tornasse uma moça diferente das outras, cheia de sonhos e autonomia em suas atitudes, mesmo que sua vida tenha sido marcada por episódios cruéis.

Mesmo com tais adversidades, é possível perceber na personagem uma capacidade de lidar com os problemas, adaptando-se às mudanças, superando obstáculos e resistindo à

opressão ocasionada por situações difíceis. Diante da situação inesperada, “A pequena era a preocupação de todos, mas ninguém sentia coragem para tomar sobre os ombros tão pesado encargo. Era uma responsabilidade... e... uma maçada” (BEIRÃO, 1940, p. 23). Assim, a única pessoa que lhe restava era seu padrinho, conforme fica claro no fragmento abaixo:

Júlia permanecia, desde a doença da mãe em casa dos padrinhos, mas era difícil poder continuar ali. Aqueles não eram ricos; tinham filhos e, além disso, Octávia, bastante desabrida, era dotada de um gênio irascível, sem nenhuma contemplação pelos desastres alheios. Roberto não tinha dúvidas a esse respeito. Depois, era ciumenta, impetuosa e de uma ganância que não conseguia esconder. A hospedagem da afilhada, quando o pai desapareceu, tornou-se-lhe insuportável. Além da canseira, havia a despesa, o que para ela era muito importante... A pequena era, para ele, um tormento, apesar do muito que a queria... Júlia, com seus poucos anos, inteligente, adivinhara toda a verdade. Adorava o padrinho, tinha nele uma fé absoluta, mas pressentia que estava em terreno movediço. (BEIRÃO, 1940, p. 24-25)

Assim, Júlia era constantemente vítima de abusos por parte da esposa do padrinho, “condenada a viver sem afetos... Nem o padrinho, o seu grande amigo, lhe ficava...” (BEIRÃO, 1940, p. 27). É algo que chama atenção no romance em estudo, pois o esperado era a figura da mulher como protetora. Toda essa situação causava bastante aflição, pois a única pessoa em que encontrava um pouco de paz e tranquilidade era em seu padrinho Roberto. Observamos que há aqui uma situação que ainda visualiza a figura masculina como de proteção:

Só o padrinho tinha, para ela, palavras afáveis, sorrisos bons, mas logo que Octávia entrava mudava imediatamente de expressão. À Júlia não escapavam estes pormenores e sofria profundamente... Roberto compreendia os delicadíssimos sentimentos daquela criança meiga, mas via, também, claro, que estava em jogo a tranquilidade do seu lar. Não podia hesitar. Era forçoso interná-la, custasse o que custasse. A mudança para o Porto não podia fazer-se sem ter ali, certa, uma situação. (BEIRÃO, 1940, p. 29)

O relacionamento conturbado com Octávia, por implicância dela, gerou uma consequência que foi inicialmente uma penalidade para Júlia, mas acabou por abrir-lhe um novo destino:

Informou-se do melhor colégio, foi ver a instalação, falou com a diretora e combinou que a afilhada viria nas condições em que estavam todas, mas era indispensável dizer que estava e graça. Tinha de ser assim para que Octávia o não flagelasse continuamente... Roberto preparou a pequena com mil delicadeza, numa ida ao sapateiro, que a mulher não consentia que fosse o mesmo dos filhos. – Tens de te separar de nós. Júlia empalideceu, mas não disse uma palavra. – Precisas educar-te, para seres uma mulher



independente, para poderes ganhar a tua vida. Bem vês que pouco tenho, e esse pouco, que de boamente repartiria contigo, não o posso fazer; o teu critério já adivinhou porquê e também é tão insignificante que não te garantiria o futuro... Júlia compreendia perfeitamente que o padrinho era obrigado por Octávia a proceder assim. Era ela, sempre ela, com aquele ódio que não podia e que não sabia explicar, quem manobrava na sombra para afastar de casa. (BEIRÃO, 1940, p. 30-31)

O realce dado ao colégio enquanto referência no ensino para mulheres chamou a atenção do padrinho de Júlia que, diante da infeliz situação, resolveu matricular a afilhada, como forma de amenizar os conflitos familiares. Com muito cuidado, preparou a jovem para sua nova realidade, mostrando que uma instituição de ensino de qualidade era o caminho para ela conquistar seus objetivos, e que o sucesso dependia da sua dedicação com as práticas educacionais presentes naquele lugar.

A partir desse momento, a protagonista foi levada para a escola, onde a sua vida começou a ter outro sentido. A insegurança era o sentimento que envolvia Júlia, seja pela falta de experiência ou pelo medo do novo, despertando-lhe inquietações:

Chegaram finalmente ao colégio, situado numa avenida espaçosa, alegre e moderna. – É aqui – indicou o médico, apontando-lhe um belo edifício de linhas sóbrias e aspectos grandiosos. A pequena estremeceu como se fosse entrar numa prisão. As lágrimas bailavam-lhe inquietas nos olhos. Foi preciso um grande esforço para as reter. (BEIRÃO, 1940, p. 33-34)

As inúmeras dúvidas cercavam o pensamento da jovem: “A pequena escalpelizava tudo, preocupadíssima e curiosa. Como poderia suportar aquela clausura, sem ninguém conhecido?” (BEIRÃO, 1940, p. 35). Essa mudança fez a protagonista ter sensações que a perturbavam: primeiro perdeu os pais, uma fatalidade que gerou atribulações. Na chegada ao colégio, “Júlia teve um mau pressentimento. Sentiu um terror indescritível, sem saber explicar o porquê. O que a esperaria?” (BEIRÃO, 1940, p. 36)

As incertezas que se faziam presentes no pensamento de Júlia a deixavam muito perturbada. Com esse espírito, na sala da diretora, foi apresentada à Berta, sem imaginar que seriam grandes amigas no futuro: “– Anda cá, Berta, quero apresentar-te Júlia de Almeida. Espero que a guies nos primeiros passos e que sejam muito amigas” (BEIRÃO, 1940, p. 37). A jovem nem imaginava que sua ida àquela escola, que tanto a fazia sentir medo, era o lugar que iria proporcionar à jovem um futuro brilhante, cheio de conquistas. Mesmo diante das muitas lutas que iria enfrentar naquele lugar, era o único que poderia lhe proporcionar a emancipação na condição de mulher. Em conformidade com Almeida (2000), o acesso ao letramento e ao conhecimento era o caminho mais direto para a liberação feminina das

limitações a que estavam sujeitas, considerando que a educação e a instrução promoveriam avanços significativos na existência feminina.

Foram tais avanços significativos que levaram a personagem a conquistar espaços antes negados à mulher. A partir desse primeiro momento, ainda muito incerto para a jovem, é que começamos a encontrar vários fragmentos que chamam a atenção para as rupturas feitas pela protagonista, construindo o seu próprio destino, somente possível pelo seu envolvimento com a educação. Naquele colégio, que de início causou bastante angústia, conheceu as potencialidades possibilitadoras de percorrer caminhos os quais marcaram a sua evolução no romance. Também é demonstrado em uma conversa com a diretora do colégio, um diálogo em que fica perceptível os moldes patriarcais da época:

– Pensei que havia pouco interesse pelo estudo no sexo feminino. – Enganase, Doutor; noto, nos últimos tempos, um movimento curioso...Uma grande sede de saber, um acordar, significativo, da mulher para abrir caminhos novos. Uma enorme ânsia de independência, de se instruir, que não existia no meu tempo de menina. – Oxalá a minha afilhada dê o resultado que ambiciono. Precisa ganhar a sua vida, de ser alguém. Desejo que tire um curso e nesse sentido tem de ser orientada a sua educação. (BEIRÃO, 1940, p. 37-38)

A surpresa do padrinho ao descobrir o desejo do sexo feminino pelo estudo demonstra a evolução da mulher no sentido de buscar a sua independência. A autora realiza uma comparação entre gerações, no intuito de retratar a quebra dos padrões patriarcais no interior do romance, a partir da evolução da protagonista Júlia de Almeida. De acordo com Almeida (2000),

As feministas consideravam que somente através da conscientização, proporcionada pelo conhecimento da opressão e dominação a que eram submetidas, poderiam organizar-se, resistir e lutar para escaparem do jugo masculino e das regras sociais injustas. Essa conscientização era, pois, um avanço significativo se compararmos com o silêncio e rigor das épocas anteriores, em que raras mulheres conseguiam romper as barreiras impostas ao seu sexo, sendo marginalizadas e ridicularizadas quando se expunham no espaço público e pretendiam se fazer ouvir. (ALMEIDA, 2000, p. 06)

É essa conscientização que a protagonista do romance apresenta. Mesmo de forma limitada, em consequência do período em que o romance foi escrito, percebemos, no trecho destacado, que o conhecimento era a única forma de resistir ao “jugo masculino”. Júlia, aos poucos, foi conquistando seu espaço no colégio: “Rapidamente conquistou a simpatia dos mestres. Cumpria a rigor as ordens; estudava imenso; compreendia bem e tinha uma excelente memória. Fazia progressos extraordinários” (BEIRÃO, 1940, p. 66).

Dentre aqueles que lhe tinham apreço, destacamos o Sr. Teles, um professor muito respeitado na instituição. Novamente aqui temos a figura masculina em uma situação de proteção, ainda que fosse uma situação indireta. Isso poderia estar relacionado a um dado biográfico: o fato de Sarah Beirão ter tido amplo apoio do pai e do marido em sua vida e carreira de escritora. Esse cuidado do Sr. Teles é apresentado na citação a seguir:

– A mim dá-me a impressão que ela caiu em graça ao sr. Teles... Sempre está um velho tonto... – O que ele está é incapaz de ensinar em termos... Devia pedir a aposentação!... Júlia não ouvia estes comentários e, mesmo que os ouvisse, não dava por eles. Havia muito que se afizera a estas e outras apreciações, que eram ditas em voz alta e com um único propósito: de a ofender e magoar. Era como se soprasse um vento forte. Resguardava a cabeça... e avançava sem receio. (BEIRÃO, 1940, p. 71-72)

Os dias vivenciados pela personagem naquela instituição eram voltados a um único interesse: estudar e estudar. Júlia sempre evitava qualquer coisa que viesse a tirar o seu foco dos estudos, já que não tinha apoio de ninguém e era sustentada por seu padrinho, fazendo com que despertasse um sentimento de dever. Nesse contexto, a protagonista passou a se dedicar aos estudos em busca de uma vida melhor, mesmo em uma época difícil para as mulheres. Conforme destaca Simone de Beauvoir, “porque é pelo trabalho que a mulher conquista sua dignidade de ser humano; mas foi uma conquista singularmente árdua e lenta” (BEAUVOIR, 2016, p. 166). Nesse caso, foi o acesso à educação que a fez conquistar sua dignidade, tornando-se uma aluna diferente das demais daquela instituição, onde conheceu sua única amiga mais próxima, Berta, uma jovem de família com renome que sempre a convidava para os fins de semana em sua casa:

– Não é possível, Berta... Tu bem sabes que a minha vida tem de ser diferente da das outras raparigas da minha idade. Tenho de estudar seriamente, não para se dizer que estive tantos anos num colégio de primeira ordem, mas para tirar o proveito devido, para poder ganhar a vida com o produto do meu trabalho. Agradeço-te muito, mais não aceito, não quero habituar-me a passeios. (BEIRÃO, 1940, p. 76)

Como vemos, sua vida restringia-se às práticas educacionais propostas por aquela instituição, o que fazia a jovem esquecer um pouco seu passado: “Sem se explicarem, ambas conheciam a razão. As companheiras do colégio, quando se referiam à Júlia, diziam sempre: “a ursa” (BEIRÃO, 1940, p. 83). Era assim reconhecida, como *Ursa*, remetendo a sua dedicação às atividades educacionais, demonstrando que o seu esforço era nítido nas suas atitudes:

– Já tenho o meu plano. Estudo muito; faço o liceu rapidamente e, quando estiver bem adiantada, começo a lecionar e assim ganharei alguma coisa, aliviando o padrinho. Se a D. Justina quiser que eu ensine lá, muito bem; se não, lecionarei fora... – Tenho sofrido grandes amarguras. Mas a vida é assim!... (BEIRÃO, 1940, p. 90)

As amarguras de seu passado sempre estiveram presente em sua fala, e seu objetivo de alcançar reconhecimento por meio dos estudos refletia uma vida que nunca lhe foi generosa. Na condição de mulher e órfã, era sempre colocada em situações subalternas, utilizadas, entretanto, como elemento motivador.

Um momento muito importante na narrativa são os exames que avaliavam a competência intelectual de cada jovem daquele lugar: “Chegaram os exames! A filha do médico estudava com ardor. Na aula de português, onde começou a ir como assistente, estava agora no segundo lugar” (BEIRÃO, 1940, p. 93). Por fazer parte de uma classe marginalizada pelo poder do tradicionalismo, a condição de mulher como um sujeito intelectual sempre foi uma questão bastante discutida, mas a protagonista rompe com esses estereótipos, pois “Tinha uma sede insaciável de saber” (BEIRÃO, 1940, p. 94)

Seu empenho com a educação a levou a ser reconhecida por todos que faziam parte da instituição de ensino. Vale lembrar que, de acordo com Jacome e Pagoto (2009), as doutrinas do patriarcalismo eram movidas pelos interesses masculinos de dominar a sociedade e, ou seja, por consequência, a mulher. Até o final do século XIX, à mulher foi negado o direito ao aprendizado escolar, o que implicou, dentre outros, a ausência da escrita e da leitura em sua vida. Mesmo em meio às limitações encontradas no caminho da personagem, ela seguiu lutando por seus objetivos.

Outro fragmento da obra que mostra a evolução da identidade da personagem traz o pedido de casamento feito pelo irmão de sua amiga Berta. Ali, ele afirma que esta seria a maneira mais fácil e rápida de sair daquele colégio interno. Júlia ficou surpresa com tamanha audácia, vivendo em uma época em que “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento” (BEAUVOIR, 2016, p. 185). A protagonista estava se tornando uma mulher independente e o casamento seria um de seus últimos desejos, afinal, ela vinha de uma árdua jornada, carente de afeto, mas, nem por isso, disposta a se aproveitar de qualquer privilégio:

–Mas mesmo a valer... Posso casar contigo. Júlia olhou-o espantada e séria. Nunca lhe tinha passado pela cabeça tal modalidade. Por isso corou imensamente... – Este Luiz é muito atrevido! Que lembrança!... Como se em primeiro lugar não estivesse eu, que sou a mais velho... – retorquiu Álvaro,

muito importante. Berta deu uma gargalhada. – Que tolos... Já as formigas têm catarro!... Francamente para que servem vocês? Júlia não precisa de embaraços na vida!... Casar, para quê? Ela há-de ser médica ou advogada! Uma mulher notável. Vale muito mais que todos os fedelhos somados... A órfã não pôde conter uma gargalhada. – Sempre tens cada lembrança, Berta!... Podias ofender os teus irmãos... – Não ofende, respondeu Luís, importante. Há-de ver o papel que represento no futuro. Serei alguém. É certo que ainda não resolvi; mas posso ser ministro, embaixador e muitas coisas mais... E Júlia, por mais inteligente que seja, não poderá ser nada disso... – Só se ela não quiser! – Teria que ver, uma mulher ministra... – Não tenho grandes aspirações!...Quero, apenas, ganhar o pão para não ser pesada a ninguém. O resto não me interessa!... Não tenho família com quem posso contar. – Contar comigo, incondicionalmente – disse Luís, entusiasmo. – Quando eu for grande a valer caso contigo. (BEIRÃO, 1940, p. 113-114)

No trecho em destaque, é possível perceber o sentimento de desigualdade entre os gêneros através do discurso de Júlia. Destarte, o romance mais uma vez enfatiza a importância da luta da mulher em romper com os paradigmas da época. Em conformidade com Vaquinhas (2000), a função social da mulher era de ser esposa e mãe, e para desempenhá-la necessitava, sobretudo, de valores morais e sentimentais. Sua finalidade era a de criar um ambiente de paz para a sua família, um refúgio onde o seu marido podia se abrigar do mundo atribulado da política e dos negócios. Nessa linha de domesticidade burguesa, o conteúdo intelectual da educação da mulher era escasso, considerando-se que intelectualidade não serviria para a feminilidade. Porém, é através das práticas educacionais que a mulher “adquirirá uma profissão, um meio de vida que lhe garanta a subsistência, que lhe sirva de amparo. E, assim, mais valor terá aos olhos do homem, que nela não enxergará mais o ente parasítico”. (OLIVEIRA, 2007, p. 74)

A mulher, ao romper com esses valores pregados pelos ideários patriarcais, ia em busca do conhecimento que fez o sexo frágil ganhar força para conquistar seu espaço e, assim, a personagem feminina ultrapassa a ordem e se destaca pela sua atividade. Júlia ansiava por liberdade e percebeu que poderia alcançá-la através dos estudos. Por esse motivo, o casamento, para ela, ficava em segundo plano:

– Meu amigo, aconteça o que acontecer, nada me desviará do meu plano que tracei. Se um dia for independente, ganhando o bastante para não ser pesada a ninguém, nessa altura, se o Luís não tiver mudado de ideia, falaremos seriamente. (BEIRÃO, 1940, p. 183)

Levando em consideração que a obra foi escrita em uma época em que a mulher estava sendo preparada para o casamento, Júlia demonstra sua potencialidade individual, ao não aceitar o caminho dito “mais fácil”, o casamento, seguindo seu desejo de buscar a própria

independência. Pode-se afirmar, portanto, que a situação de vulnerabilidade em que o destino a colocou, fê-la pensar de forma diferente e prosseguir seu planejamento sem se desviar:

Entregou-se com o maior afã ao trabalho. Era um ardor, um entusiasmo que surpreendia. Quando as aulas abriram, já ela tinha manuseado os compêndios com enorme atenção, de forma a facilitar-lhe o estudo e não perder a sua posição de urso. Era agora um capricho e a forma de se vingar de tantas arrelias que as companheiras lhe tinham causado. (BEIRÃO, 1940, p. 231)

Devido as suas vivências marcadas pelas injustiças, não acreditava na lealdade das pessoas e, na condição de mulher e órfã, era marginalizada:

Havia um prêmio grande para a estudante mais distinta, para a que tivesse obtido maiores classificações; outros, mais pequenos, para as que não tivessem tantos valores, mas ainda distintas... Era público e notório que as mais altas classificações tinham sido para a Ursa. Apesar disso, todas esperavam. Júlia era a única que não acreditava na possibilidade de ter um prêmio. Contava com as injustiças dos homens, sempre tendentes a proteger os ricos, a deixarem-se vencer pelo empenho. (BEIRÃO, 1940, p. 233)

A conquista desse prêmio lhe fez enxergar-se melhor e acreditar que estava no caminho certo: “Júlia prosseguiu na sua carreira triunfal. Não se estranhavam as distinções; tinham-se como certas, esperavam-se. De tanto se habituarem a elas, as invejosas transigiram”. (BEIRÃO, 1940, p. 243)

Júlia queria alcançar sua independência e sabia que “Ninguém é independente, livre, quando come pela mão de outrem” (OLIVEIRA, 2007, p. 75). Mesmo sendo uma mulher muito inteligente, não lhe surgia uma oportunidade de emprego, já que na época era tudo muito limitado para a mulher, pois, além de não possuir influência, era órfã:

– A minha situação, em vez de melhorar, agrava-se, e eu preciso absolutamente de ganhar dinheiro; não suporto este estado de coisas em que o padrinho tem de pagar tudo. Venho, portanto, propor o seguinte: se a D. Justina concordar, eu leciono algumas matérias, aqui. Se não quiser, não levará a mal que procure alunas fora. Não posso ficar de braços cruzados, sentindo-me válida e robusta. – Tens toda a razão; és sempre a mesma rapariga sensata!... Sim, poderás ter um bom ordenado nesta casa. Está vago o lugar do Sr. Gaspar; vais substituí-lo. Tenho nisso o maior prazer. O assunto ficou logo arrumado. Júlia estava já senhora das suas ações. Frequentava a Academia com o costumado brilho, respeitada e admirada por todos. (BEIRÃO, 1940, p. 244)

Diante dessa situação, Júlia, sem medir esforços e com muita ousadia, foi em busca dos seus objetivos. Assim, encontra-se com D. Justina, que lhe consegue um bom emprego. Podemos enfatizar que essa conquista só foi possível através da sua dedicação com o estudo,

único meio possível de capacitar “a mulher para o trabalho profissional, de modo a poder gerir o próprio destino” (OLIVEIRA, 2007, p. 15). Ao fim, rompendo com os padrões que limitavam a mulher naquela época, sua autonomia e coragem eram-lhe recompensadas. Tornou-se uma excelente educadora e exemplo para muitas mulheres da sua época:

A situação de Júlia mudara. Não tinha de pagar a estadia no colégio, visto que os proventos excediam em muito a mensalidade... Júlia não precisava já do subsídio do padrinho. Era ela, agora, quem oferecia, apesar dos protestos deste, presentes aos filhos dele. Não lhe faltavam disciplinas; a vida sorria-lhe. (BEIRÃO, 1940, p. 249-250)

Observando a longa batalha de Júlia e a época em que o romance foi escrito, concordamos com Oliveira (2007, p.77) e sua afirmação de que “Quando todas as mulheres forem educadas, instruídas e tiverem uma profissão que lhes assegure o pão, o vestuário, o teto, então serão livres, serão fortes, serão iguais ao homem, serão forças conscientes”. Sua realidade mudou, mesmo sendo atacada pelo patriarcado, que constantemente queria colocá-la em lugar de inferioridade em relação aos homens:

Nesse sentido, é interessante para o sistema patriarcal que as mulheres permaneçam em suas casas, cuidando de tarefas domésticas, educando seus filhos, sem interferir na ordem social. Uma das formas de fazer a manutenção desse cenário foi negar a escolarização às mulheres até meados do século XVIII, pois o conhecimento seria a ferramenta para conquistar a liberdade e emancipação. (JACOME; PAGOTO, 2009, p. 11)

Essa é a crítica presente na obra literária escrita na década de 40, na qual a mulher, embora tenha conquistado vários avanços quando comparada à do século passado, ainda necessitava de grande esforço para conquistar sua liberdade. Sobre o assunto, Jacome e Pagoto (2009, p. 11) comentam que “o conhecimento seria a ferramenta para conquistar a liberdade e emancipação”, o que é encontrado na jovem:

O Luís tem até a mania de fazer dela sua esposa. – O destino da mulher é casar!... Deixem-se de lentes. Que dê muitos netos ao Lencastre e está arrumado o assunto. – Bem se vê que os meus amigos não conhecem a psicologia desta rapariga. Júlia de Almeida tem as suas personalidades, as suas justíssimas aspirações. Não se faz um curso, como ela tem feito, para ficar reduzida às funções fisiológicas, como qualquer estúpida... ou qualquer irracional... Pelo facto de casar não impede que prossiga na sua carreira, sem embargo de ser uma exemplar esposa e uma dedicada mãe. (BEIRÃO, 1940, p. 249, 260-261)

O discurso presente nessa citação mostra que Luís, apesar de apaixonado por Júlia, não lhe incentivava. Ela não se rendeu, conseguindo, mais à frente, a sua emancipação e, a

partir de então, nunca permitiria ser submissa aos padrões vigentes, uma vez que o conhecimento abriu sua mente e a fez uma mulher independente. Vaquinhas (2000) afirma que, apesar de tudo, uma conquista fora alcançada: o reconhecimento do direito das mulheres à instrução. É o que podemos perceber no fragmento abaixo do texto literário. Assim, com muito audácia e persistência, rompeu com os moldes do patriarcado e conquistou seu primeiro emprego, uma grande conquista naquele contexto em Portugal:

Foi preencher a vaga de um professor, ainda novo, que a tuberculose vitimara. Nessa altura os jornais relataram o facto espaventosamente! Era a primeira mulher portuguesa que assumia tão alto cargo. Não faltaram encômios. O retrato de Júlia foi publicado em grande formato e a sua vida relatada, pormenorizadamente. Entrevistaram-na; ergueram-na aos carrapitos da lua. (BEIRÃO, 1940, p. 266)

Por fim, o que temos nessa narrativa é uma mulher que conquistou o seu espaço, com muita dificuldade, e passou a desfrutar da liberdade alcançada, o que foi possível graças aos estudos:

Todo o bairro que, havia anos, conhecia a órfã, queria ver, agora, a lente que, heroicamente, subira, indo unir-se, por fim, a uma das famílias mais distintas do Porto... Assim se fundou um novo lar, uma nova família, que havia de ser, no futuro, um exemplo edificante pelo caráter e pela inteligência. E, pela vida fora, Júlia esqueceria todo o seu triste passado, para se lembrar apenas que, *Sozinha*, conseguira triunfar! (BEIRÃO, 1940, p. 275)

Conforme Jacome e Pagoto (2009), é essa questão presente no romance o desestabilizador do esquema de dominação masculina que podava a liberdade que todas as mulheres poderiam alcançar. Essa desconstrução de padrões só foi possível através do movimento feminista:

É de todas as campanhas das sociedades modernas a mais bela, a mais grandiosa. Ele visa a felicidade da mulher. E depois, chegou a hora também de a mulher trabalhar! Pouco fez ainda, quando se pensa no muito que já poderia ter feito. Largos séculos decorreram, vazios para a sua existência. E possibilidades soberbas possui ela. Nada lhe falta para triunfar. Em talento e coragem não lhe ganha o homem. Mas é a rotina que lhe dá só deveres e nenhum direito! Ela precisa, pois, deitar abaixo esta bastilha de ferros, absurdos, vergonhosos preconceitos. E que lhe falta para este gesto de bravura?... Nada. As escolas, as academias, as universidades aí estão, francas. É entrar, é estudar, é iluminar o espírito, é conquistar, é vencer. Longe vai o tempo em que a mulher, só porque era mulher, ficava na ignorância! (OLIVEIRA, 2007, p.75)



Desse modo, os movimentos feministas abriram possibilidades, oportunidades e viabilidades para que a mulher alcançasse um espaço de valorização na sociedade e reconhecimento, rompendo com o preconceito e ignorância que persistiam em fazer parte da sua história. Assim, é possível afirmar que em todo o romance há uma disposição da escritora em apresentar sua protagonista como uma mulher de força e coragem e, assim, dar mais relevância à questão da mulher no período marcado pela opressão. Tais discursos, presentes na obra literária de Sarah Beirão, têm como principal objetivo reivindicar as questões sociais e de gênero, no intuito de conscientizar toda essa sociedade, que ainda apresenta ideais fascistas, acerca da importância do respeito e da igualdade para todos os gêneros.

### **3.3 A educação feminina como instrumento de emancipação em *Sozinha***

A história das mulheres é marcada pela opressão e submissão ao sexo masculino. Como elucidada Gomes (2014, p. 400), “por muito tempo, as mulheres foram retratadas, de modo geral, a uma situação de subordinação e dependência do pai e/ou do marido”. Essa marca sempre esteve presente na história da educação da mulher, tornando-a sujeito subordinado aos costumes vigentes da época. Segundo Rousseau (1995), a educação das mulheres estava vinculada à dos homens. Na condição de mulher que era ensinada para agradar, servir, amar e cuidar do marido e filho, cuidar do lar também era sua obrigação em todos os tempos, e isto é o que, desde sua infância, deveria ser ensinado a elas.

Diante dessa condição imposta, as mulheres começaram a reivindicar novos espaços na sociedade no âmbito educacional, conforme apresentado no tópico anterior. Nessa perspectiva, iniciaram-se discursos em busca da valorização da mulher, reforçando suas potencialidades e alimentando cada vez mais a busca pela liberdade e igualdade. Ao estudar sobre a história do feminismo, percebe-se que a conquista de seus direitos, por mais elementares que sejam, perpassa longas e árduas lutas. O direito à educação se mostra uma das primeiras bandeiras a serem levantadas por tais movimentos, que compreendiam a importância e o poder da instrução e do conhecimento para a libertação feminina:

As mulheres engajadas no movimento, normalmente letradas e bem nascidas, viam a possível saída para romper com os mecanismos de dominação e opressão do seu sexo: a educação e a instrução. Através da educação, alcançariam a liberdade, os direitos sociais e políticos, a profissionalização e até o poder econômico que proporcionaria uma relativa autonomia, dentro dos limites que a vida social urbanizada impunha ao sexo feminino. (ALMEIDA, 2000, p. 07)

A educação que lhes era ofertada, colocava-as ainda mais em um lugar de inferioridade, cenário que foi se alterando a partir das lutas pelo direito a um ensino igualitário, ao se combater a ideologia patriarcal dominante. Almeida (2011) ainda complementa que a educação feminina era uma educação normatizada e controlada pelos homens, de acordo com os seus ideais. Ela beneficiava aqueles que tinham o poder, ou seja, os homens eram dedicados a desempenhar os papéis de valorização nos espaços públicos e na política, enquanto que para a mulher restavam o cuidado com a casa e com os filhos, e a economia doméstica. Historicamente, isso trouxe impactos nas relações entre os sexos, que se traduzem pela subordinação feminina ainda nos tempos atuais e, possivelmente, embora com menor impacto, ainda nos tempos em devir.

A forte repressão da sociedade da época contra a educação feminina mostra o quão obstaculizante esse fator é para a emancipação da mulher. A sociedade patriarcal, sobretudo as forças políticas dominantes, sabiam que, ao oferecer uma educação igualitária para o sexo feminino, perderia seu poder de dominação e, portanto, opunha-se ferozmente, para que as mulheres permanecessem desinstruídas e submissas. Assim, mesmo após a mulher conseguir adentrar o âmbito educacional, a educação que lhes era oferecida era voltada para a sua domesticação:

À medida que a educação das mulheres possibilitou conservar tanto nos lares como nas escolas e na sociedade a hegemonia masculina, esta foi uma faca de dois gumes: detentores do poder econômico e político, os homens também se apropriaram-se do controle educacional e passaram a ditar as regras a normatizar a educação feminina segundo seu modo de agir e pensar. Assim, educadores, intelectuais, governantes e legisladores se encarregaram de elaborar as leis e decretos, criaram os regimentos das escolas normais e liceus femininos, compuseram seus currículos e programas, escreveram a maioria dos livros didáticos e manuais escolares [...]. Assim, as escolas para moças também estariam sob seu domínio, como as demais instâncias da sociedade e se perpetuaria o mesmo estado de coisas. (ALMEIDA, 2000, p. 07)

Dessa maneira, um dos principais avanços na história da garantia dos direitos das mulheres foi a conquista do acesso a uma educação igualitária, uma vez que a educação feminina, em um tempo não muito distante, era voltada para os ensinamentos do espaço doméstico, como uma forma de subjugar-las. Sobre o assunto, Almeida comenta que

A imagética social, ao alocar papéis sexuais diferenciados para homens e mulheres, induz à estereotipia sexual, onde se espera de cada sexo comportamentos pré-determinados e isso se reflete principalmente quando a criança chega à escola. No ambiente escolar, se ensina a ser menino ou

menina, não há escapatória possível: o Estado impõe regras, a Família exige, a Sociedade assim o deseja. (ALMEIDA, 2011, p. 173-174)

Além das concepções machistas da sociedade sobre a educação feminina, é necessário salientar também a influência da religião na consolidação desse pensamento sobre a mulher. Em Portugal, a Igreja Católica foi, até o início do século XX, a principal instituição de ensino para essa parcela da sociedade. Gomes (2014) enfatiza que a Igreja Católica não se dedicou para lutar em prol dos direitos da mulher e mudar a condição social imposta a ela, pois estava intimamente unida aos ideários da sociedade. As mulheres eram visadas, tanto pelo Estado quanto pela Igreja Católica, como veículos difusores de ideias e padrões de comportamento. Esse cenário foi se alterando graças aos avanços conquistados pelos movimentos feministas, em conjunto com a necessidade de modernização do Estado e pela perda de influência da Igreja, possibilitando à mulher conseguir almejar outros espaços na sociedade.

A importância da educação como forma de alcançar a liberdade é representada através da personagem protagonista do romance *Sozinha* que, por meio do estudo, conseguiu romper com o tradicionalismo e alcançar seus objetivos. Para retratar as dificuldades, o romance descreve a vida da protagonista, que, perante sua realidade e o desejo de se tornar livre e dona de seu destino, cria a consciência de que deve lutar por um lugar na sociedade, representando a força e a coragem feminina:

Para as mulheres, educar-se e instruir-se, mais do que nunca, era uma forma de quebrar os grilhões domésticos e de sair para o espaço público, adequando-se às normas sociais e às exigências da vida pessoal. Foi também uma questão crucial a ser enfrentada no novo mundo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados. Possuidores dos saberes privados sobre o mundo dos homens, as mulheres passaram a reivindicar o saber público, mesmo derivado do masculino e referendado com seu selo oficial. (ALMEIDA, 2000, p. 09)

A partir desse momento, a formação educacional surge como a única forma de sair do lugar de submissão onde fora colocada. Essas reviravoltas na vida da jovem fizeram-na tornar-se uma mulher com muita determinação. Entretanto, acabou por enfrentar diversos obstáculos para atingir os seus objetivos por meio dos estudos, dados os padrões sociais da época:

Segundo se pensava, o prosseguimento de uma carreira científica (tal como a carreira política) implicava a masculinização da mulher e a alteração da sua verdadeira natureza... Com base neste tipo de argumentação – científica, cultural ou outra – as raparigas eram desencorajadas a prosseguirem uma instrução para além da escolaridade básica. As taxas de analfabetismo feminino refletem este contexto desfavorável, o qual, embora abrangesse boa

parte da população portuguesa, era mais penalizador para com as mulheres. (VAQUINHAS, 2000, p. 95-96)

Nesse sentido, é possível entender que a busca por uma educação, por parte das mulheres, era desencorajada nos mais diversos aspectos, mas, principalmente, no âmbito familiar, já que a opção de trocar o matrimônio pelos estudos soava como um ultrage. Seguindo tal raciocínio, o principal ponto dessa análise é a busca da protagonista pelo conhecimento, representando a jovem mulher portuguesa. O interesse pelo estudo a fez sair de uma posição de submissão e aceitação, para tornar-se a principal responsável pelo seu destino. Sua busca pela instrução educacional é apresentada como o veículo que a introduz em um novo espaço, surgindo daí novas possibilidades para a sua vida.

É exatamente por esse viés que a protagonista conseguiu avançar com seus ideais. Na condição de mulher e órfã, a sociedade da época a enquadrava como inferior, oprimindo-a e limitando-a, sendo mais uma mulher submissa aos padrões vigentes da época. Ao entender a sua posição, Júlia busca forças e, embora se encontrando em situação de inferioridade, foi resistente aos padrões ao escolher empoderar-se e enfrentar o tradicionalismo que a condicionava como subalterna. Nesse ponto, cabe uma análise sobre a colocação da protagonista como órfã. É possível dizer que, para além do enredo do romance, a situação da protagonista remete a uma posição de fragilidade extrema, em que, em uma sociedade machista que, por essa ótica, pautava seus padrões, uma mulher órfã tem poucas possibilidades de alterar o seu destino.

Ao conseguir mudar sua realidade por meio dos estudos, a protagonista expressa que a sua força de vontade excede qualquer barreira que lhe foi imposta, um verdadeiro exemplo a ser seguido. Em outras palavras, Sarah Beirão procura demonstrar que a mulher, quando motivada, pode enfrentar grandes desafios, mesmo que tudo a desfavoreça.

O caminho natural para a mulher, na época, de acordo com os aspectos culturais vigentes, era o matrimônio. Sendo assim, o romance de Sarah Beirão mostra-se vanguardista, apresentando uma protagonista que, entre os estudos e o casamento, opta pela primeira opção. Sobre o assunto, é possível comentar que

O aspecto mais impressionante na estrutura familiar vigente até poucas décadas foi o aparente conformismo ostentado pela mulher frente à condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes: crescia submissa ao pai e continuava pela vida toda submissa ao marido – Só trocava de senhor – continuando “serva” do marido e dos filhos. Conquanto essa servidão fosse até cumprida com amor, afeto e respeito recíproco, o que fazia com que o fardo não lhe parecesse demasiado pesado; todavia, muitas das vezes havia que ser suportado apenas pela dependência econômica do marido, pois a

mulher era tradicionalmente educada para procriar e obedecer ao esposo-chefe, sem outras pretensões pessoais. (CANEZIN, 2004, p. 06)

Existia um ciclo em que a mulher, ao não ser educada de maneira correta, não tinha outra possibilidade além do matrimônio, ficando submissa e dependente financeiramente de seu esposo, isto é, a falta de instrução feminina corroborava a sua opressão, deixando-a presa em uma vida, sem a possibilidade de modificação. Não há de se culpar as mulheres pela sua aceitação frente a esse cenário, uma vez que a máquina do patriarcado deixava pouco espaço para pensamentos transgressores. Contudo, essa realidade mostra a perspicácia, a coragem e a perseverança daquelas que ousaram criticá-la.

Neste ponto, é necessário ressaltar que a preocupação da classe dominante, a masculina, em relação à instrução feminina não é simplesmente uma questão de abandono do lar, mas está diretamente ligada à perda do controle sobre a mulher, uma vez que elas participavam das atividades econômicas das famílias, sobretudo nos setores menos abastados da sociedade.

A educação, portanto, tem vital importância para a emancipação da mulher, tornando-a autossuficiente e independente, abrindo uma enorme gama de possibilidades e mudando uma realidade existente desde eras remotas. É preciso ressaltar que os padrões patriarcais ditavam a forma como a mulher era vista pela sociedade. Por meio de obras, como a da presente análise, escrita por mulheres, com o objetivo de desmistificar o modelo tradicional da época, cria-se um cenário de modificação, ao apresentar personagens femininas que ousaram descumprir padrões preestabelecidos. Ao homem cabia o poder/autoridade e à mulher, a submissão e obediência a esse poder/autoridade, de forma a rotular como o sexo frágil, dependente do sexo masculino para ser valorizada.

Sendo assim, as obras de autoria feminina têm suma importância para a modificação desse pensamento, colocando a mulher em destaque, como protagonista de sua vida e de seu destino. A partir de uma perspectiva obtida com os estudos de gênero, é possível gerar uma discussão em torno da condição da mulher retratada no romance. Primeiramente, a obra literária apresenta, por meio da personagem principal, as dificuldades femininas em conquistar seu espaço, bem como a coragem necessária para buscar seus objetivos, resultando na sua emancipação, em meio a um período no qual a estética social patriarcal é reforçada. Assim, suas atitudes representavam a necessidade de subverter os moldes impostos na época:

A importância da conscientização feminina sobre a necessidade de subverter os costumes e os mitos tradicionais, tais como as costumeiras inferioridade e subserviência femininas; a discriminação no estabelecimento dos papéis

sociais; o eterno feminino e a tradição tão cara aos românticos referente à idealização da mulher. Dessa forma, ela poderá superar o papel subalterno a que sempre foi condicionada e conquistará, enfim, a tão ambicionada igualdade de oportunidades mantendo, entretanto, a especificidade de seu gênero, o que significa adquirir igualdade, valorizando a diferença. (ZINANI, 2013, p. 22)

A busca pela quebra dos padrões dominantes, que colocavam a mulher em condições de submissão, resultou na conscientização feminina para conseguir sair de um lugar de inferioridade e alcançar um patamar de valorização. Trata-se de um processo que, embora lento, resultou em avanços positivos, rompendo com o conservadorismo. Assim, a obra pode ser vista como um instrumento de valorização da identidade social da mulher.

De fato, as obras literárias de cunho feminista, sobretudo aquelas escritas por mulheres da época, têm grande importância para as transformações sociais empreendidas pela mulher, no sentido de sua valorização. A principal ferramenta para se buscar igualdade entre os gêneros é a conscientização da existência dessas diferenças, uma vez que uma pessoa alienada não pode contribuir para que haja alteração do cenário em questão. Nesse sentido, mulheres escritoras que evidenciam as potencialidades femininas são de suma necessidade.

O fenômeno ganha maior respaldo ao entender que a doutrina do patriarcado submeteu a mulher às atividades de valorização do lar. Canezin (2004) pontua que não reproduzia a vontade das mulheres, pois reproduzia os costumes vigentes à época, segundo os quais, a mulher se encontrava submissa ao regime patriarcal.

Essa reprodução de valores presentes numa conjuntura de desigualdades fez a mulher ocupar, durante muito tempo da História, um lugar que não deveria ter sido seu. O romance em análise apresenta uma mulher na década de 40, escritora e que tece diversas críticas acerca da condição da mulher no período salazarista:

A constituição do sujeito feminino é um processo com raízes históricas que implica transformações relevantes na sociedade, uma vez que a mudança da mulher acarreta modificações nos papéis sociais que deixam de ser fixos e definidos, tornando-se abertos e indeterminados. (ZINANI, 2013, p. 55)

Dessa forma, entende-se que, mesmo a protagonista se encontrando em uma situação que a limitava e a direcionava a seguir os padrões machistas da época, busca romper com tais limitações por meio dos estudos. Ao longo do enredo do romance, surgem dois momentos que marcam a trajetória de vida da protagonista: devido as suas condições, seu destino se encaminhava para seguir os padrões sociais da época, pondo o casamento como a melhor

opção para atingir a liberdade; entretanto, seria realmente uma liberdade? Ou esse caminho iria aprisionar ainda mais a protagonista?

A libertação da mulher envolve um percurso longo e árduo, pois é necessário desconstruir os conceitos tradicionais, redesenhar os papéis de homens e mulheres e prepará-los para assumirem as novas tarefas com igualdade e respeito. (ZINANI, 2013, p. 119)

O romance apresenta a quebra dos padrões difundidos, uma vez que a exclusão da mulher das práticas educacionais a limitava em vários âmbitos, sejam eles sociais, políticos ou culturais. Com isso, a obra literária em análise evidencia que essa realidade pode ser alterada, transformando o universo feminino através da possibilidade de liberdade, conquistada por meio da educação regular e inclusiva.

#### 4 A QUEBRA DOS PADRÕES TRADICIONAIS: *UM DIVÓRCIO*

*Injustamente, não se compreende (e se deveria compreender, e muito melhor até) que a mulher possa ter ideias livres, revoltar-se contra as injustiças sociais e romper com o matrimônio em que naufragaram as suas aspirações de felicidade...*

Andradina de Oliveira

Conforme explicitado anteriormente, a escrita de Sarah Beirão apresenta uma série de reivindicações quanto ao direito à igualdade de gênero, em um período dominado pelo patriarcado, que limitava as possibilidades da mulher de alcançar novos postos sociais. Zahidé Lupinacci Muzart (*apud* OLIVEIRA, 2007) enfatiza que “depois do tema da educação, o do divórcio foi o mais candente no final do século XIX. Isso porque, se a educação tinha seus paladinos entre homens e mulheres, o divórcio contava com mais atacantes que defensores”. O matrimônio era uma das principais ferramentas de dominação feminina, uma vez que era o único caminho possível para o gênero feminino. Em vista disso, escritoras e feministas lutaram em favor da separação oficial dos casais. Havia a separação pelo desquite, mas criava uma situação insustentável para a mulher: nem casada, nem solteira, nem viúva, nem nada... (MAZART *apud* OLIVEIRA, 2007, Sinopse)

Nessa perspectiva, o direito ao divórcio surge como um elemento-chave para a emancipação feminina, dando-lhes a oportunidade de viver livremente. Sabendo disso, Sarah Beirão utiliza sua escrita para abordar o divórcio da mulher como possível na busca dessa autonomia. Assim, o presente capítulo trata da questão do divórcio na sociedade portuguesa do século XX, relacionando-o com a obra *Um Divórcio*, de Sarah Beirão, a fim de evidenciar a visão vanguardista da escritora quanto à libertação da mulher numa sociedade patriarcal.

O enredo da obra é apresentado em terceira pessoa, com utilização do discurso direto. Ele é iniciado com a história do Sr. Álvaro de Vasconcelos, homem da alta burguesia, que herdou do seu pai uma grande e sólida fortuna. Sua história foi marcada pela solidão: mesmo tendo sido desejado quando jovem, não apresentava vocação matrimonial. O tempo passou e acabou ficando solteiro, pois não queria se sujeitar ao ridículo do casamento. Nota-se, com isso, o quanto as tradições pesavam na vida das pessoas em função de valores sociais.



Embora sentindo-se sozinho, a vida do Sr. Álvaro de Vasconcelos prosseguiu, buscando tirar o melhor que ela poderia lhe proporcionar, sempre trabalhando em seu escritório, tratando sua equipe de trabalho com muito respeito. Certo dia, ao chegar ao escritório, encontrou o porteiro reclamando com Afonso, um jovem rapaz, de origem humilde, que estava ali pedindo emprego. Ao entender sua situação, Sr. Álvaro de Vasconcelos decide amparar o jovem que, após ser contratado, sempre se mostrou batalhador e agradecido pela oportunidade de confiança que recebeu.

Álvaro, curioso por conhecer a realidade do seu protegido, resolve visitar a casa onde ele morava em conjunto com a mãe, D. Isabel. Ao conversar com o patrão de Afonso, D. Isabel contou um pouco da sua trajetória: casou-se muito nova e apaixonada, mas logo percebeu que o sentimento do seu marido não era recíproco. Seus pais a educaram para sempre obedecer ao marido, que se mostrou viciado em jogos, acabando com toda a fortuna que tinha adquirido da sua madrinha e tia, D. Marta de Castro. Logo começaram as discussões violentas, ameaças, constrangimentos, humilhações, chantagens e outras ações que causaram danos emocionais e prejuízos à sua saúde física e emocional, resultando em uma separação conjugal, algo extremamente malvisto, ajudando a culminar na situação em que se encontravam.

O Sr. Álvaro de Vasconcelos, que morava em uma grande e luxuosa casa, propôs que o menino e a mãe fossem morar com ele, no andar de cima, que não era utilizado. Acrescentou que D. Isabel poderia trabalhar de ajudante de sua governanta.

Com o passar dos anos, Afonso começa um curso de medicina com o apoio do patrão, seguindo sempre muito dedicado a seus compromissos. Com a formatura, o próximo passo era construir sua família, casando-se. Isto trazia certo medo a sua mãe, receando por ficar novamente no desamparo ou na dependência de uma nora. Em uma festa na casa do Sr. Álvaro de Vasconcelos, Afonso conhece sua futura esposa, uma jovem chamada Carlota, da família das Baltares, que possuía condições financeiras favoráveis.

Os jovens casaram-se e, ao concluir a especialização feita por Afonso, retornaram para Portugal. Carlota engravida e dá a luz a Carlos, um bebê forte e sadio. A felicidade tomou conta da família, especialmente de D. Isabel, que agora tinha o filho formado, trabalhando em seu próprio consultório, e havia lhe dado um neto. Tudo estava progredindo normalmente, até que Carlota anuncia uma nova gravidez, despertando a preocupação de todos, devido às condições do parto anterior. Mesmo diante da sua condição, Carlota deu à luz a uma menina saudável e muito linda, de nome Ofélia.

Com o passar dos anos, Afonso tornou-se um médico de renome, sucesso conquistado pelo caráter e empenho no exercício da profissão. O bem-estar continuou presente no seu lar: seus filhos cresciam saudáveis e muito inteligentes. Ofélia passava um bom tempo do dia no jardim de casa, admirando a beleza e tranquilidade da natureza, enquanto Carlos era mais agitado, o oposto da irmã. Próximo à casa de Afonso, morava a família de um militar de alta patente, com dois filhos, Berta e Luís, que logo fizeram amizade com os filhos do médico.

A amizade de Carlos e Luís era um pouco conturbada, existiam sempre conflitos, já Carlota e Berta entendiam-se melhor. Assim, cresciam os filhos dos casais e à medida que cresciam, ia se manifestando o temperamento de cada um: Carlos, orgulhoso e um estudante razoável, Ofélia, calma e bondosa; do outro lado Luís, sério e sensível, Berta, menos inteligente que os amigos, mas sempre pronta para ajudar.

Em meio a um cenário de amizade, surge uma atração entre Ofélia e Luís, que vai além da amizade, tomando uma proporção que preocupou a família de ambos, pois sabiam das diferenças presentes entre as famílias, principalmente em relação à questão econômica. O tempo passou e as crianças cresceram, tornando-se adolescentes. A atração que Luís sentia por Ofélia era notável nas suas atitudes, sempre muito atencioso. Um dia declarou-se de forma explícita e sensata, demonstrando para a jovem um sentimento puro e verdadeiro, com juras e promessas de construir uma família. Ofélia ficou surpresa, mas muito feliz, embora não pensasse em casamento.

A família da jovem já desconfiava desse envolvimento e da atração que ambos sentiam, mas ninguém apoiava, principalmente seu pai, Afonso, que não queria sua única filha casada com um homem sem condições financeiras, que não pudesse lhe oferecer uma vida agradável. Mesmo com todos esses empecilhos, Luís conseguiu concluir seu curso de engenharia com excelência, ficando noivo de Ofélia e partindo para África, com o objetivo de trabalhar e juntar dinheiro para o casamento. O pai da jovem, insatisfeito com a situação, preferiu não demonstrar seu descontentamento, pois acreditava que Luís, em sua viagem para África, esquecesse a ideia, pois era jovem e, por isso, esqueceria a noiva que deixou a sua espera.

Entretanto, Luís sempre se fazia presente na vida da sua amada, através de cartas que descreviam toda sua trajetória naquele lugar e suas conquistas. Nesse tempo, o pai de Luís, que exercia a função de militar, teve que cumprir ordens do governador, partindo daquela cidade. Com esse acontecimento, Afonso e Carlos traçaram um plano para interceptar as

cartas, impossibilitando os jovens de receber as correspondências, gerando uma grande desilusão entre o casal apaixonado.

Afonso sorria com o desenrolar da situação e sabia que tinha conseguido acabar com o envolvimento do jovem casal. Ofélia não se conformava, não entendia o porquê desse distanciamento de Luís, da falta de notícias do seu amado e inúmeras interrogações foram surgindo, com a falta de informações. Diante da situação, ficou convencida de que Luís tinha se envolvido com outra mulher, se apaixonando e se casado. A partir desse momento, começou a frequentar os eventos sociais, uma maneira de amenizar sua dor e esquecer o amor que lhe devorava a alma.

Era notável a beleza da jovem, que atraía sempre muitos pretendentes, mas a maior parte da sua vida era dedicada às práticas artísticas, em especial ao canto, atividade em que obteve progressos admiráveis. Seu pai arranja um casamento com um pretendente com alto prestígio na política e na sociedade, José de Lencastre, um diplomata de família nobre e com uma grande fortuna. O homem era velho comparado a sua filha, mas isso não lhe importava, queria mesmo garantir o futuro de Ofélia. Com a família almejando esse casamento, a jovem sempre deixou claro seu amor por Luís. Ofélia aceitou o casamento com uma condição: se Luís aparecesse, se divorciaria.

A altivez da personagem do romance é o que será analisado nos próximos subtópicos: em meio a uma sociedade cheia de padrões, Ofélia coloca em prática sua autenticidade, mostrando que não tem medo de expor seus desejos e vontades, sem se importar com as críticas. Diante de tal condição, a jovem aceita o casamento, para satisfazer a vontade do seu pai. Os meses correram tranquilamente e a jovem se encontrava cada vez mais conformada com a sua companhia.

O casamento aconteceu com bastante rapidez. Mesmo em um momento festivo, resplandecia no semblante da noiva sua tristeza. O regresso dos noivos sucedeu em uma grande festa, um grandioso evento no qual a jovem era a principal atração. No meio desse evento, aconteceu o inesperado: durante sua apresentação, ao distribuir olhares de reconhecimento e gratidão cheio de sorrisos sobre o público que a homenageava, seu olhar se cruzou de forma inesperada com o de Luís.

Com a volta do seu amado, seu pai não acreditava que iria concretizar o que prometera antes do casamento, já que seria um escândalo e, por isso, a certeza de que Ofélia não teria coragem de colocar em prática. O que foi um grande engano, pois Ofélia jamais iria contra sua decisão, sendo ela uma mulher corajosa e independente. Para a jovem, o divórcio repõe

tudo no seu devido lugar e, mesmo lamentando profundamente tudo o que aconteceu, seguiu a sua promessa.

O constrangimento estava presente nos próximos dias daquela família, principalmente para seu pai, pois Ofélia conseguiu o divórcio. O reencontro do casal fez o sentimento renascer como antigamente e mostrar que esse amor nunca havia acabado. Em meio aos empecilhos, um segundo pedido de casamento foi realizado, resultando em uma união que resistiu e foi contra as amarras de uma sociedade cheia de padrões conservadores.

É possível perceber no enredo o desencadear dos fatos de maneira linear, apresentando a trajetória de vida de duas personagens que passaram por situações de conflitos, com o ideal defendido pela sociedade: primeiro a história de D. Isabel que, diante das práticas opressoras de um homem machista, teve sua vida marcada por extrema tristeza; a segunda personagem, Ofélia, é o oposto de D. Isabel: mesmo vivendo em uma sociedade com ideais misóginos, não se calou e colocou em prática suas vontades, priorizando seu bem-estar físico e emocional, requerendo o divórcio.

Com a análise do discurso direto dos personagens do romance serão debatidos os principais argumentos e críticas relacionadas às perspectivas da emancipação da mulher através do divórcio. Assim, os próximos subtópicos trarão questões sobre a importância da evolução da voz da mulher em conquistar seu lugar de fala, que lutou e resistiu às amarras de uma sociedade com padrões misóginos para atingir seu ideal de felicidade, salientando a importância das lutas e reivindicações em prol dos direitos femininos na sociedade portuguesa, em relação ao divórcio, um dos marcos da emancipação feminina.

#### **4.1 A evolução dos direitos femininos na sociedade portuguesa em relação ao divórcio**

A figura feminina na sociedade foi, e ainda permanece, muitas vezes, um símbolo de fragilidade. Às mulheres eram negados espaços para exprimirem opiniões, sendo tratadas como um ser menor. Mesmo com elas mostrando o seu valor, trabalhando, escrevendo obras ou recitando poemas, eram injustiçadas e vista pelo homem como um ser imoral, caso não fossem submissas às vontades masculinas. Nas palavras de Brandolt,

A sociedade era marcadamente conservadora e patriarcal, consagrando a superioridade masculina. O comando da família era delegado exclusivamente ao homem. Ele era o provedor e a mulher, a cuidadora dos filhos e da casa. Por isso, a mulher, ao casar, não ganhava autonomia, pelo contrário, precisava da autorização do marido até mesmo para trabalhar. (BRANDOLT, 2018, p. 02).

Dentro da perspectiva que se apresenta, a história delas é marcada pelas reivindicações por direitos. Por muito tempo, a sua vida estava destinada a ser dominada pelo homem, sendo submissa ao pai e depois ao marido. Nesse sentido, o casamento, quando vinculado aos padrões patriarcais, coloca a mulher em condições de aprisionamento e submissão. Vale mencionar que o valor feminino é medido através da manutenção dessa união e seu rompimento configura um ato condenável aos olhos da sociedade, uma vez que há forte influência da Igreja, à época.

Na sociedade portuguesa do início do século XX, a mulher que ia contra os padrões tradicionais e buscava o divórcio era julgada e criticada socialmente, fazendo com que ocorressem poucos casos de dissolução matrimonial. Em meio a esse cenário, no que diz respeito à prática do divórcio, nasce um novo Código Civil, no dia 03 de novembro de 1910. Logo após da proclamação da Primeira República, “houve uma separação entre Igreja e Estado, quando o Governo Provisório, além de instituir e reconhecer como legal o casamento civil, permitiu também o divórcio” (BRANDOLT, 2028, p. 02). Entre as modificações trazidas por esse Código Civil, ressalta-se o decreto sobre a lei do divórcio, a qual promulgou que:

O Governo Provisório da República Portuguesa, em nome da República, faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Capítulo 1 Artigo 1º

O casamento dissolve-se:

1º Pela morte de um dos conjugues;

2º Pelo divórcio.

Artigo 2º

O divórcio, autorizado por sentença passada em julgado, tem juridicamente os mesmos efeitos da dissolução por morte, quer pelo que respeita às pessoas e aos bens dos cônjuges, quer pelo que respeita à faculdade de contraírem novo e legítimo casamento.

Artigo 3º

O divórcio pode ser pedido só por um dos cônjuges ou por ambos conjuntamente. No primeiro caso diz-se divórcio litigioso; no segundo caso diz-se divórcio por mútuo consentimento.

Capítulo 2

Do divórcio litigioso

Secção 1

Das causas e processo do divórcio litigioso

Artigo 4º

São taxativamente causas legítimas do divórcio litigioso:

1º O adultério da mulher;

2º O adultério do marido;

3º A condenação efetiva de um dos conjugues a qualquer das penas maiores fixas dos artigos 55º e 57º do Código Penal;

- 4º As sevícias ou as injúrias graves;
- 5º O abandono completo do domicílio conjugal por tempo não inferior a três anos;
- 6º A ausência, sem que do ausente haja notícias, por tempo não inferior a quatro anos;
- 7º A loucura incurável quando decorridos, pelo menos, três anos sobre a sua verificação por sentença passada em julgado, nos termos dos artigos 419º e seguintes do Código do Processo Civil;
- 8º A separação de facto, livremente consentida, por dez anos consecutivos, qualquer que seja o motivo dessa separação;
- 9º O vício inveterado do jogo de fortuna ou azar;
- 10º A doença contagiosa reconhecida como incurável, ou uma doença incurável que importe aberração sexual. (...). (Diário do Governo, nº 26, 4/11/1910, p. 282.)

A Legislação de 1910 tinha como objetivo desestabilizar o tradicionalismo, muito presente nesse período, transformando em um momento de efervescência, no qual mulheres lutavam por igualdade entre os sexos. Esse direito foi adquirido pela reinvidicação de grupos específicos da sociedade, que ainda viam a prática com maus olhos. Vejamos:

A lei do divórcio é saudada pelos interessados com entusiasmo, mas o seu aparecimento deve-se, mais à pressão ideológica de alguns setores intelectuais que protagonizaram a República.... Trata-se também, nesta altura, de um direito reclamado por setores limitados e bem demarcados da sociedade portuguesa. (TORRES, 1996, p. 34)

A conquista do divórcio no período republicano foi um grande progresso para a luta feminista, um avanço das conquistas contra o machismo. A partir da referida lei, a mulher portuguesa conquistou o direito ao divórcio, possibilitando-lhe sair de casamentos por conveniência, de relacionamentos impostos por pressões familiares e/ou relacionamentos abusivos, que a colocava em condições de subalternidade.

O progresso advindo com a República foi uma conquista importante na História da mulher portuguesa. Entretanto, com a queda do período republicano e a instalação do Estado Novo, essa lei sofreu alterações, uma vez que o governo ensejava o retorno da figura feminina como a dona do lar, definindo, novamente, padrões sociais e morais que a limitavam.

Com a queda da Primeira República, Portugal passou a ficar sob o controle de Salazar, momento da História em que as reivindicações femininas são de difícil aceitação. Diante das conquistas do período republicano, com a implantação do Estado Novo, muitos direitos passaram a ser negados e, entre eles, o direito de a mulher solicitar o divórcio. Dessa maneira, o aumento da desigualdade entre os sexos era nítido, e o propósito era restaurar e propagar os valores conservadores, impostos pelos interesses da classe dominante:

Nas leis sobre a família de 1910, o casamento era considerado como um contrato feito entre duas pessoas de sexo diferente, tendo como objetivo constituir uma família legítima. Porém, o Salazarismo modificou as conquistas da Primeira República relativas ao casamento, tal como o fato de a mulher anteriormente não poder ser coagida a regressar ao domicílio conjugal, disposição que o Código do Processo Civil, 1939, anulou. (COVA; PINTO, 1997, p. 74)

Dentre as modificações no âmbito do matrimônio, destaca-se a alteração na Lei do divórcio, que volta a ser um assunto de responsabilidade do Estado, estando sob a direção de uma classe com ideais misóginos:

O contrato de casamento, sendo civil, podia ser dissolvido pela lei de 3 de novembro de 1910, a qual autorizava o divórcio e concedia as mesmas prerrogativas à mulher e ao marido no que respeita aos motivos do divórcio e aos direitos sobre os filhos. Esta lei constituiu uma verdadeira subversão dos costumes. [...] A lei do divórcio iria vigorar ainda durante trinta anos, pois o Salazarismo viera abolir aquando da Concordata de 1940, interditando então o divórcio aos cônjuges cujo matrimônio tenha sido celebrado catolicamente. (COVA; PINTO, 1997, p. 74)

Nesse ínterim, a implantação do Estado Novo resultou em um governo com ideais fascistas, apresentando uma perspectiva conservadora e patriarcal a respeito do divórcio. Segundo Torres (1996, p. 35), “as vozes que no período da República se tinham insurgido contra a aprovação da lei do divórcio encontram agora no regime salazarista a expressão ideológica plena das ideias que defendiam”. A mulher volta, então, a sua condição anterior, sob dominação do Estado, em que o discurso sobre a família se perpetuava nas falas dos grupos dominantes, utilizando-o como forma de mascarar as suas verdadeiras intenções, ao apresentar a família como algo ligado ao amor, à paz e à união, que resultava no bem-estar de todos:

É sabido que a promulgação da primeira lei do divórcio em Portugal, incluindo por mútuo consentimento, remonta à implantação da I República, significando um esforço de laicização do divórcio por parte do Estado, bem como a ampliação dos direitos e liberdades individuais. A sua enunciação por diversas vezes foi considerada como uma das mais avançadas da Europa de então, embora a sua aplicação se tenha circunscrito às zonas urbanas e grupos mais escolarizados. Tais avanços legislativos verificados na I República sofreram um grave revés, restaurando-se as velhas e retrógradas concepções com a consolidação do Estado Novo. (SILVA; JORGE; QUEIROZ, 2012, p. 126)

Durante o período salazarista, modificou-se toda a construção social adquirida no período republicano, valorizando ainda mais as práticas do sistema patriarcal. As conquistas alcançadas no governo anterior foram silenciadas, resultando um desprezo pelas classes

marginalizadas, em especial das mulheres, que se tornaram vítimas de um governo androcêntrico. Trata-se de um período sombrio para a sociedade portuguesa. Foi necessário reconquistar diversos direitos adquiridos previamente, enfrentando inúmeras barreiras, uma vez que os grupos que se contrapunham às práticas preestabelecidas pelo Estado eram alvo de perseguições; assim, eram notórias as dificuldades enfrentadas pelo sexo feminino nesse período, cuja vigência durou 41 anos.

Diante de um cenário repleto de opressões e desigualdade, as reivindicações do gênero feminino alcançaram pouco êxito, mesmo contando com uma quantidade expressiva de mulheres que buscavam melhorias. Foi apenas nos anos 70, com o fim do governo de Salazar, que as mulheres conseguiram avanços importantes, resgatando e ampliando seus direitos. No dia 25 de Abril de 1974, aconteceu a Revolução dos Cravos, um marco na História de Portugal, que colocou um fim na ideologia do regime ditatorial. Conforme citam Silva, Jorge e Queiroz (2012, p. 124), “Portugal conheceu, após 25 de Abril, uma redução das desigualdades de gênero, nomeadamente pela ação de movimentos sociais de mulheres e determinadas forças políticas”.

As mudanças introduzidas pelo 25 de Abril, no tocante aos direitos das mulheres, direito ao divórcio e a outras liberdades foram, na maioria, positivas. Destaca-se, portanto, a importância para a valorização de tais movimentos, pois foi a partir deles que as mulheres conseguiram conquistar espaço na sociedade, rompendo as limitações impostas pelo Estado.

A partir da queda do Estado Novo, várias leis em prol das mulheres e seus direitos foram sendo estabelecidas. Entre elas, a lei que institucionaliza o divórcio foi criada, contribuindo para que a mulher se emancipasse, mostrando a sua importância e capacidade de viver, manter-se, trabalhar e agir, sem necessitar da figura masculina como pilar. Com o divórcio, Matos e Gitahy relatam que

As barreiras que se opunham à indissolubilidade do casamento foram desfeitas. A palavra desquite foi abolida e substituída por separação judicial. E as pessoas passaram a ter o direito de buscar a felicidade pessoal e construir um novo lar. Mas essa lei falhou ao admitir o divórcio por uma só vez, correção que foi feita em 1988 com o advento da Lei Maior. (MATOS e GITAHY, 2007, p. 81)

A lei que aprovava o divórcio, portanto, ajudou na emancipação da mulher de uma forma geral, demonstrando que ela tinha o direito de viver a sua vida como quisesse, sem precisar prender-se a um homem, podendo colocar sua felicidade em primeiro lugar. Esse foi um grande passo para as mulheres, essencial para que se fortalecessem.



Na condição de mulher-indivíduo, se estabelece uma nova identidade para ela, valorizando suas potencialidades, ao se distanciar dos estereótipos ditados pelo sexo masculino, o que só foi possível nos anos 70. Desse modo,

Só com os anos 70 se dá o que, à distância, podemos hoje designar por rupturas de paradigmas. A chamada condição feminina começa a ser olhada de outra forma, ganhando fôlego, com mais clareza, um processo de transição conceptual e de imagem: a passagem de uma noção de mulher-natureza, condicionada pelas suas funções biológicas e por um destino específico, para uma concepção de mulher-indivíduo. (TORRES, 2001, p. 60)

Como efeito, ocorreu o rompimento de padrões que a colocavam em condições inferiores, abrindo um leque de possibilidades para a construção do seu destino. Assim, iniciou-se uma nova fase com diversas transformações no que tange aos direitos femininos, como a livre escolha dos cônjuges, assunto que, por muito tempo, foi alvo de padrões preestabelecidos por uma sociedade que seguia os moldes tradicionais do patriarcado:

[...] desde os finais do século XIX, as principais tendências de evolução da família e do casamento ao longo do século seguinte viriam a caracterizar-se pela afirmação da livre escolha do cônjuge como condição necessária de êxito do casamento, pela acentuada conjugalização da família, pela democratização das relações entre cônjuges e pela maior proximidade nas relações entre pais e filhos. Tais traços caracterizadores do casamento tornaram-se mais visíveis e partir dos anos 50 e 60. (TORRES, 2002, p. 255)

Para Matos e Gitahy (2007, p. 88-89), é importante observar que “A igualdade de fato ainda está longe da consciência coletiva. Muitas famílias não aceitam a igualdade dos cônjuges e muitas mulheres ainda são submissas por não terem iguais oportunidades”. Dessa forma, compreende-se a necessidade de, constantemente, haver formas e movimentos que alavanquem as mulheres e seus direitos, enfatizando o quanto ela é um ser que necessita de sua individualidade, espaço e poder de escolha.

Em meados de novembro de 1977, um novo decreto/lei vem consagrar de forma mais pormenorizada um conjunto de direitos no domínio da família, dos quais se destacam os que dizem também respeito à igualdade entre homens e mulheres (TORRES, 1996, p. 38). Assim, após a queda da ditadura salazarista, renova-se a esperança de um futuro em que a igualdade entre os sexos prevaleça, depois de longo processo de lutas marcadas por ameaças e retrocessos, ponto que irá gerar reflexões sobre o direito ao divórcio durante o período do Estado Novo e as lutas feministas para garantir tal direito.

## 4.2 A importância do divórcio para a emancipação da mulher no período do Estado Novo

Conforme apresentado anteriormente, com a queda da Primeira República e a instauração da ditadura de Salazar, em Portugal, inúmeros direitos conquistados pelas mulheres foram restringidos ou abolidos, pois não se adequavam às propostas conservadoras do novo governo, entre eles, o direito ao divórcio. Seguindo os ideais fascistas, o salazarismo propunha um modelo de nação centrado no molde tradicional de família, em que a mulher deveria ficar a cargo dos deveres domésticos e da educação de seus filhos:

Essa visão de mãe ocupando a totalidade do espaço no seio da família era simplificadora visto que o pai possuía, pela legislação e na realidade, o poder principal. Com efeito, a Constituição de 1933 enunciava que o marido era chefe da família e que era ele que detinha a autoridade, enquanto a mulher devia desempenhar o papel de mãe, consagrando-se ao seu lar. Enquanto chefe de família e, conseqüentemente enquanto pai, cabia-lhe orientar a instrução e a educação dos seus filhos, dar-lhes assistência, defende-los e representá-los, mesmo antes do seu nascimento. (COVA; PINTO, 1997, p. 73)

Além disso, o Estado Novo gera outro levante de força da Igreja Católica, instituição que havia perdido parte de sua influência social durante o período republicano. Para a catolicismo, o divórcio é visto como um pecado, pois o matrimônio, uma vez realizado, deveria ser mantido a qualquer custo pelo casal, sobretudo pela mulher, a quem caberia o dever de se sacrificar para a manutenção da família cristã:

A proposta da indissolubilidade tornada oficial pela Igreja garante o interesse do Cristianismo em limitar o comportamento dos seguidores, entre os quais o abuso dos prazeres sensuais. Para a Igreja, o matrimônio funda uma família cristã, na qual a moralidade da mulher em relação à do homem é muito mais vigiada. A cerimônia estabelece à mulher o dever de amar, respeitar e obedecer ao marido e, além disso, concede-lhe a responsabilidade da maternidade, da formação dos filhos na fé cristã e a administração da casa (BRANDOLT, 2017, p. 44)

Assim como no caso da educação, o que se desejava era manter a mulher submissa aos homens, em uma condição confortável para eles. Ao se impedir o divórcio, mantinha-se a hierarquização misógina da sociedade, que atendia aos ensejos da classe dominante. Portanto, o discurso sobre a família era usado como pretexto para enquadrar a mulher em condições de submissão. Ali, a mulher não tinha autonomia e seu destino era desenvolver, da melhor maneira, as atividades familiares, ratificando ainda mais a posição de controle ocupada pelo sexo masculino.

Segundo Oliveira (2007, p. 64), “a mulher é, ainda para muitos, o mesmo monstro de impurezas, sujeita a todas as misérias, a todas as humilhações, a todos os sarcasmos, a todos os desprezos!” Pode-se afirmar, então, que o Estado Novo propôs reforçar a posição da mulher como um ser dominado em função da sua condição biológica, relegada apenas a cumprir ordens dos homens a quem devia respeito. De acordo com Torres,

A família está enquadrada por diversas instâncias de controle social e exerce uma ação não só de mediação como desenvolve um conjunto de tarefas múltiplas e importantes... Aqui nos reencontramos novamente com as diferenças sociais e de sexo. (TORRES, 2001, p. 79)

O controle do Estado sobre a família colaborava para o aumento da desigualdade entre homem e mulher, colocando-a em servidão no limite das atividades domésticas. A visão tradicionalista e retrógrada em relação à posição social desse gênero era corroborada por parte da sociedade portuguesa, sobretudo a alta aristocracia, apoiadora da ideologia patriarcal.

No estudo intitulado “As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres” de Claudia Bragança Pedro e Olegna Guedes (2010, p. 4) afirmam que as mulheres “que protagonizam causas femininas e que comparecem na cena pública para reivindicar sobre questões que lhes dizem respeito e para colocar em pauta a necessária discussão de gênero, possibilitaram muitos avanços nesse sentido”. Sem tais ações, os avanços no âmbito dos direitos das mulheres seriam mais restritos, o que nos leva a afirmar que eles traziam novas possibilidades a uma classe marginalizada.

É importante reforçar que, ao tratar de movimentos feministas, entende-se que é toda e qualquer ação, seja individual ou em conjunto, que propunha a valorização da mulher em busca de maior igualdade de gênero. Assim, além dos grupos feministas com viés político, o movimento feminista também é composto por diversos outros segmentos, como é o caso da produção de estudos realizados por Simone de Beauvoir, que abriu as portas do mundo acadêmico para a temática em questão. Também tiveram relevante contribuição escritoras como Sarah Beirão, cujas obras retratavam a realidade da mulher, assim como ressaltavam a sua força:

O que significa “feminista”? É uma palavra formada por “femme”, “mulher”, e significa alguém que luta pelas mulheres. Para muitas de nós, significa alguém que luta pelas mulheres como uma classe e pelo desaparecimento dessa classe. Para muitas outras, significa alguém que luta pela mulher e sua defesa, pelo mito, então é seu reforço. (WITTIG, 2019, p.87)

Por meio de tais ações, a figura feminina foi, aos poucos, sendo mais valorizada, possibilitando o trânsito em espaços que antes lhes eram restritos devido à sua diferença biológica, principalmente no que se refere à profissionalização. De acordo com Torres (2001, p. 34), os “avanços feitos pelas mulheres nos territórios ditos masculinos como revelações, pela positiva, da capacidade de ‘misturar mundos’ e quebrar antigas barreiras”.

Nesse sentido, o período republicano impulsionou ainda mais as mulheres a protestar por seus direitos, enfraquecendo o sistema patriarcal, mesmo que durante um curto espaço de tempo. Trata-se, então, de um período importante para a mulher, que passou a enxergar que somente através das reivindicações era possível alcançar seus anseios e fugir do destino matrimonial e da procriação compulsória. Conforme Torres,

O horizonte legítimo de realização pessoal para as mulheres era o da maternidade e mesmo que não se “condenasse”, em alguns sectores sociais, a existência de atividade profissional, os homens estavam “por natureza” mais afastados das responsabilidades familiares e domésticas. Os últimos 25 anos mudaram consideravelmente o horizonte. O divórcio passa a existir como realidade mais frequente... (TORRES, 2004, p. 411-412)

Portanto, é possível dizer que o divórcio começou a fazer parte da construção social da mulher que, pelo direito de optar, mostrou à sociedade que já não estava mais submissa à dominação masculina por meio do casamento e que era capaz de traçar o seu próprio caminho, ressaltando seu lugar e seu valor social. Sobre isso, Torres elucida:

Considera-se então que o divórcio subira porque os valores associados ao casamento mudaram, porque as mulheres dependiam economicamente menos dos homens, fator associado à sua entrada generalizada no mercado de trabalho, e finalmente, considerara-se que a mudança de valores se traduzia também em maior liberdade individual perante a instituição casamento, permitindo aos cônjuges romper relações consistentemente insatisfatórias, e se refletira em mudanças legislativas que patenteavam maior tolerância perante o divórcio. (TORRES, 2002, p. 07)

Ainda que o direito ao divórcio tenha sido um grande avanço social, a sua prática é permeada de desigualdade entre os sexos. As visões sobre a mulher e o homem divorciado na época mostravam-se diferentes, sendo a figura feminina socialmente repreendida, o que ocorre até os dias atuais. Uma vez que o poder esteja associado ao sexo masculino, a visibilidade feminina torna-se difícil de ser aceita em um universo de valores tradicionais.

A mulher, no século XX, transgrediu a sua condição social quando alcançou novos rumos, rompendo as formas opressivas que sempre estiveram presentes em sua história. Pouco a pouco, a ideologia dominante foi combatida, dando lugar a uma nova construção da

identidade feminina, incidindo diretamente na vida social da mulher. Tais avanços culminaram com a maior aceitação do sexo feminino em diversos espaços sociais, antes ocupados exclusivamente pelos homens, estabelecendo novas condições na sua construção social. A busca feminina se dava em conquistar um espaço de valor, sem distinções de gênero, ventilando o conservador, pregado por uma hierarquia com valores opressores. Um ponto importante de tais avanços na história da mulher é a mudança do seu olhar em relação à família e ao casamento. Entretanto, a partir da constante luta de diversas mulheres, é possível ter uma visão diferente sobre ela e seu espaço na sociedade:

Por caminhos lentos e nem sempre compreendidos ou indicados, percorridos com lágrimas, muitas vezes, foram as mulheres rompendo o jugo marital que sobre elas recaía, conquistando espaço e respeito no seio da família e na sociedade, tal a competência e espírito de luta com que se houberam na reivindicação de seus direitos de igualdade... Hoje não mais se discute a capacidade, competência, habilidade ou inteligência femininas para o desempenho de nenhuma função social. (CANEZIN, 2004, p. 148-149)

É possível perceber as transformações no que diz respeito a sua condição social. Aqui, a mulher transgride a natureza que lhe é imposta e começa a construir sua própria identidade, desestabilizando o mito do ser incapaz biologicamente. É preciso mencionar que, mesmo com tantas conquistas, ainda falta muito para ser garantido, sendo essa uma luta constante, a do direito de igualdade entre os sexos. O movimento feminista e suas reivindicações contribuíram assertivamente para desnaturalizar as diferenças existentes entre os sexos, o que resultava na violação dos direitos da mulher.

Nesse sentido, os romances estudados têm uma forma de narrar em que são percebidas as reivindicações em favor do direito da mulher. No próximo tópico, ver-se-á que, por meio da Literatura, essa escritora utilizou-se de sua caneta como ferramenta de propagação do direito da mulher de se divorciar.

#### **4.3 Uma reflexão literária da luta feminina contra os padrões em torno da dissolução do casamento: *Um divórcio***

*Um divórcio* é um romance português publicado em 1950, pela escritora Sarah Beirão. A voz da narrativa expõe seus pensamentos referentes à prática do divórcio. A obra literária apresenta dois momentos, levando o leitor a refletir sobre a condição da mulher e os padrões preestabelecidos por uma classe dominante.

Em um primeiro momento, apresenta uma mulher que, por medo e falta de oportunidade, escolheu o silenciamento, tendo sua vida marcada por inúmeras opressões. Já no segundo momento, o romance revela uma mulher que quebra os padrões tradicionais e busca sua felicidade, por meio da coragem de requerer o divórcio. Dentro dessa perspectiva, a autora se propõe a apresentar duas personagens com destinos diferentes, a fim de enfatizar a condição da mulher e as suas possibilidades.

Mesmo em uma época quando prevaleciam os moldes tradicionais, tendo em vista que o romance foi escrito no período em que Portugal era comandado pelo regime fascista de Salazar, apenas por meio de reivindicações era possível alcançar seus direitos. Sarah Beirão tece críticas, então, em torno da condição da mulher e discute sobre a prática do divórcio.

Percebe-se que, mesmo seguindo a lei, a mulher ainda enfrenta sérias consequências pelo fato de ter seu casamento visto como fracassado. Desse modo, há muito a ser discutido sobre a mulher e o divórcio, principalmente quanto à condição de mulher divorciada: um homem separado será o dono da verdade, enquanto a mulher separada é tida como a imperfeita, sem valor, o que se dá pela construção da ideologia em torno do papel social da mulher. De acordo com os padrões sociais patriarcais, o destino da mulher está ligado à manutenção do lar e, diante de tal condição, as mulheres passaram por inúmeras opressões. A questão de seguir o seu instinto natural foi a responsável por enquadrar a mulher em condições de submissão e inferioridade em relação ao sexo masculino, fazendo com que enfrentasse muitos problemas ao longo da história.

A partir das reivindicações dos grupos feministas, essa parcela da população conquistou seus objetivos e sonhos, sendo um deles a livre escolha quanto a casar-se ou não. A quebra dos padrões resistentes era o único caminho para conquistar a igualdade entre os sexos. Segundo Oliveira,

O feminismo abrirá os olhos a todas as mulheres. E elas hão de, em um futuro que não está longe, conquistar a sua verdadeira posição na família, na sociedade, na pátria. O homem, afinal, há de reconhecer os direitos da mulher, e esse egoísmo em relega-la para um plano inferior, desaparecerá em breves tempos. (OLIVEIRA, 2007, p.76)

O intuito é apresentar, na obra literária, a atuação do movimento feminista e sua importância na construção da identidade feminina, mediante a mensagem de desconstrução de padrões estabelecidos pela classe dominante, a masculina. No que concerne à obra literária em análise, em um primeiro momento, ela apresenta uma personagem representando as inúmeras que, na condição de mulher, estavam sujeitas a viver grandes dores e opressões. Nesse

enfoque, todo o mal vivenciado por essa primeira personagem, que se chama D. Isabel, foi provocado pelo seu casamento, pois era “uma mulher nova ainda, que devia ter sido bela e em cujo rosto estavam profundamente marcados sulcos do mais doloroso sofrimento” (BEIRÃO, 1950, p. 18), ocasionado pelo envolvimento com um homem de perfil machista.

Ao escolher seguir o caminho preestabelecido pela sociedade da época, o casamento, obedece a seu destino natural e se enquadra ainda mais nos valores sociais estabelecidos pelas autoridades, resultando em um aprisionamento aos costumes tradicionais. Observe-se o fragmento:

Casei nova e apaixonada. O mundo sorria-me. Via tudo cor-de-rosa. Meu marido provou logo que apenas o interesse o levava ao casamento. Eu nada conhecia a vida. O erro fundamental dos pais é ocultarem às filhas o panorama social em que têm de viver, com as traições e as mentiras a espreitá-las a cada canto. As raparigas vivem num mar de ilusões. Esconde-se-lhes a realidade, o lado prático da existência, o perigo que as ameaça em cada encruzilhada. Daí, consequências trágicas, o que me aconteceu a mim, sucedeu a muitas. (BEIRÃO, 1950, p. 22)

O desconhecimento de algumas mulheres sobre a realidade, no tocante ao casamento, foi o motivo que as levou ao sofrimento, uma vez que foram educadas para cumprir as normas existente na sociedade vigente. Beauvoir (2016) enfatiza que a liberdade de escolha da mulher sempre foi muito restrita. Nesse caso, também podemos dizer que os ideais pregados para a manutenção dos padrões tradicionais fortaleciam o sexo masculino, enquanto a mulher, mais uma vez, encontrava-se em condições marginalizadas. Assim, o lado obscuro da união conjugal era escondido, e os ensinamentos para a mulher era algo programado, pois, para algumas delas, essa outra face do casamento tinha consequências de caráter destruidor e opressor. A esse propósito, a personagem D. Isabel fala que sua vida foi marcada por “consequências trágicas, o que me aconteceu a mim, sucedeu a muitas”. (BEIRÃO, 1950, p. 22)

Parte-se, então, do pressuposto de que a personagem não tem controle sobre os acontecimentos pessoais e, por essa razão, questiona a falta de experiência, motivo que a fez passar por situações dolorosas:

– A inexperiência e uma grande sensibilidade é o que mata as mulheres. Por muito amar, perdem-se. Depois a ingenuidade, a maneira como nos educam... Ocultam-nos todas as realidades. Tudo são sonhos, quimeras, fantasias, nas nossas pobres cabeças. O mundo é um paraíso em perpétua Primavera. (BEIRÃO, 1950, p. 28)

A limitação da personagem em saber sobre o casamento fez com que passasse por situações indesejáveis, afetando sua estabilidade emocional, financeira e, por conseguinte, social. D. Isabel, que vive diversos cenários explícitos de dominação masculina, desenvolve uma tristeza profunda, devido ao envolvimento com um homem viciado em álcool e jogos, praticando abusos físicos e verbais contra a esposa. Essa condição de subjugo da mulher pode ser observada no fragmento abaixo:

– Meu marido jogava. Perdeu quanto era meu, porque ela nada tinha. Ameaças, um terror doentio, levaram-me a assinar tudo o que ele queria. Esgotada a minha legítima, abalou, deixando-me a braços com a situação mais embaraçosa que possa imaginar-se. O Afonso tinha 5 anos e a minha família nunca mais quis saber de mim e talvez com razão. Quem me reduzira àquele extremo não se importou comigo e soube que morreu pouco depois de nos abandonar. Estava, portanto, completamente só no mundo. Foi um desastre horrível. A minha vida é uma tragédia. (BEIRÃO, 1950. p. 22)

Diante da situação apresentada, era difícil encontrar uma solução para diminuir toda sua aflição, transformada em um sofrimento silenciado pela personagem, pois não tinha autonomia para ir em busca da sua felicidade. Segundo Beauvoir (2016), a maioria das mulheres aceita resignadamente a sorte sem tentar qualquer ação, postura tomada para si, pela personagem do romance. Ao silenciar-se diante da situação mostrada no trecho, a personagem mergulhou em uma vida cheia de incertezas e amarguras, em que a única fonte de força advinha de seu filho, que despertava nela a esperança de um futuro melhor:

A mãe revia-se naquele filho, que era o seu orgulho, a sua única alegria, a sua radiosa esperança. Depois de tantos sofrimentos, antevia uma fase nova. Ter-se-ia cansado o destino de a perseguir? Tinha sofrido tanto e tanto que até já duvidava de milagres, pois não tivera uma hora de ventura desde o seu infeliz casamento. (BEIRÃO, 1950, p. 27)

No enredo, é apresentado o forte vínculo afetivo entre mãe e filho, através do qual a personagem tenta amenizar as dores vividas, sendo ele a sua única esperança de um futuro melhor. Com o passar dos anos, Afonso torna-se um jovem responsável e generoso com a mãe, cujo objetivo era cuidar dela, a única pessoa que ele tinha na vida. A narradora descreve de forma detalhada todo o sofrimento da personagem e mostra em uma parte do enredo que Afonso pede para saber toda a história da vida de D. Isabel. Segue um dos trechos em que é possível observar os motivos que levaram a mãe e o filho a estarem em situações subalternas:

– Depois que nasceste tu e nada mais vi no mundo. Absorveste-me completamente. Uma verdadeira loucura. Como eu não podia sair, teu pai começou a passar dias fora. Confesso que mal dava por isso, tal era o meu



entusiasmo por ti. A certa altura deixou de dar dinheiro para as despesas e isso impressionou-me. Queixei-me e dessa queixa resultou a primeira discussão violenta. Principiei a entristecer. Dizia-me para assinar uns papéis, o que eu fazia sem a menor suspeita de que assinava minha ruína. Tinhas pouco mais de um ano quando teu avô morreu. Herdei a minha parte, que não era pequena, porque a casa era enorme. Não demorou muito a derrocada fatal. Foi tudo de bebidas até cair embriagado. Soube tudo isto muito tarde. Já não havia remédio. Quando menos o esperava, os credores o que se seguiu. Fiquei só, completamente abandonada, tinhas tu cinco anos. Ninguém quis saber de mim. (BEIRÃO, 1950, p. 29-30)

Nessa perspectiva, *Um divórcio* (1950), num primeiro momento, retrata a vida de uma mulher que foi vítima da opressão e da má-fé imposta por aquele que deveria respeitá-la e protegê-la. Não só a ela, mas também ao filho. Vários são os fatores que a levaram a essa situação: mulher, mãe-solteira e divorciada, sendo perceptíveis as implicações em torno da sua condição. A escritora destaca os relevantes fatores em relação à desigualdade entre homem e mulher, ao escrever que D. Isabel teve um “casamento esperançoso, após o qual as mais fulminantes desilusões... Que a vida de amarguras, de frio, de fome, de miséria”. (BEIRÃO, 1950, p. 55) Em concordância, Oliveira (2007, p. 59-60) afirma que “enquanto o direito se conservar torto, teremos essa crise moral, em que a principal vítima, inegavelmente é a mulher. Estenda-se, piedosa, a vista por todos os lados e ei-la sempre crucificada!” Assim, D. Isabel representa as muitas mulheres que escolheram silenciar, ao invés de lutar por seus direitos, contribuindo para o fortalecimento dos ideais machistas. Oliveira (2007, p. 62-63) ressalta ainda que, “se em todos os países fosse a mulher sempre amparada, sempre respeitada, sempre amada, educada, instruída, e não teríamos esse cancro, que é a prostituição, a roer as sociedades”.

Com o caminhar da leitura, vemos que a personagem era limitada a sofrer opressão, e que Afonso, seu filho, com muita perseverança, consegue mudar o destino da mãe. A vida dos dois muda quando o jovem começa a prestar serviços ao escritório do Sr. Vasconcelos, iniciando ali uma grande amizade. Sr. Vasconcelos era um senhor generoso, solteiro, que gostava de ajudar o jovem, tendo a admiração de todos a seu redor: “Sempre os bons ficam solteiros, e os maus é que casam para desgraça das mulheres” (BEIRÃO, 1950, p. 66). A mãe de Afonso, que sempre se apresenta com um discurso de insatisfação, não entendia o porquê de um homem com as qualidades do Sr. Vasconcelos se encontrar sozinho, sem uma companheira.

Com as mudanças na vida do jovem, as conquistas começaram a acontecer: formou-se em medicina e casou-se com Carlota, com a qual teve dois filhos: Carlos e Ofélia. Diante dessas inúmeras mudanças, é evidente no discurso de D. Isabel as marcas de insatisfação com

os fatos ocorridos em sua vida e seu arrependimento de não ter lutado para romper com todo aquele sofrimento. Esse discurso é apresentado em uma conversa com a mãe de Carlota (sua nora), sobre o sexo do primeiro filho de Afonso, conforme se observa no excerto a seguir:

As futuras avós, radiantes, faziam rendas, bordadinhos e malha para o ente que iria ser o continuador das duas famílias. D. Benetida gostava que fosse um rapaz.

– Eu preferia uma menina – respondia D. Isabel.

– Não é porque o meu não tenha sido um modelo de filho, mas uma filha, como a Carlota, é o ideal.

– Não vale a pena fazer projectos. Virá agora um menino e depois uma menina; o rapaz passa a ser o herdeiro do consultório do pai.

– Lá por isso a rapariga também podia ser médica.

– A D. Isabel é uma feminista?

– Se desejar a igualdade de direitos dos dois sexos é ser feminista, confesso que o sou visto não haver razão para menosprezar um indivíduo pelo simples fato facto de pertencer a um determinado sexo. Se me tivessem preparado convenientemente para a luta, eu não teria sofrido o que sofri. (BEIRÃO, 1950, p. 154-155)

Com o posicionamento de D. Isabel, verifica-se o problema em relação à condição da mulher que, uma vez ocupando um espaço de inferioridade, fazia-se impossível encontrar apoio naquele momento da vida. O marido, principal responsável pelo sofrimento dela, exercia o controle estabelecido por uma cultura androcêntrica: “Ao homem o mundo abre as portas de par em par e à mulher fecha-las ostensivamente. A maior parte das vezes fica sujeita à triste condição de criada de servir, de governanta, de dama de companhia” (BEIRÃO, 1950, p. 155). Nessa época, as mulheres que tinham condições de participar da militância conseguiriam se desprender das amarras de um opressor machista. Por tal motivo, a personagem lamenta não ter se tornado uma feminista.

O questionamento de D. Isabel diante dos acontecimentos vivenciados ressalta a importância desse grupo nomeado como “feminista”, pois, por meio delas, muitas mulheres não precisaram viver a rotina amargurada da primeira personagem apresentada no romance. Ao reivindicar a igualdade, novas formas de representação da condição feminina foram estabelecidas, sendo que, a partir das reivindicações desses grupos, aconteceu uma desconstrução da cultura androcêntrica. Em conformidade com Canezin (2014), por caminhos lentos e nem sempre compreendidos ou indicados, percorridos com lágrimas, muitas vezes, foram as mulheres rompendo o jugo marital que sobre elas recaía, conquistando espaço e respeito no seio da família e na sociedade.

O segundo momento do romance se dá em torno da vida da filha de Afonso, Ofélia, que representa a audácia e coragem da mulher de lutar por seus desejos. Ao se apaixonar por

Luís, um jovem com condição financeira inferior a sua, filho de um militar de alta patente, ia contra os padrões sociais da época, já que era filha de um médico bem-sucedido de Lisboa, que não aceitava esse romance pois, “– Pode ser que o devaneio acabe – diz Afonso, Incontestavelmente – respondia o médico, a quem não sorria a ideia de ver a filha casar com um homem sem meios” (BEIRÃO, 1950, p. 185). A opinião do pai contradiz o desejo de Ofélia, reforçando o pensamento de uma época em que a mulher ainda devia seguir as normas estabelecidas pelos pais, quando o assunto era casamento.

A questão econômica era a principal barreira entre o casal. Afonso não media esforços para deixar bem claro sua opinião sobre esse envolvimento dos jovens, e que era contra sua vontade. Todos daquela casa sabiam o seu posicionamento a respeito do casamento; sua filha também tinha posição própria: era uma mulher decidida e sabia o queria: “– Ou caso com Luís ou fico solteira”. (BEIRÃO, 1950, p. 186)

Essa sua atitude a fez se destacar no romance. A escritora criou uma personagem feminina que faz críticas ao sistema tradicional, mesmo em uma época de muitas limitações, pois, no governo de Salazar, inúmeras obras foram censuradas devido ao seu conteúdo se posicionar contra os padrões estabelecidos pelo Estado. Essa obra conseguiu seu espaço, despertando uma vontade latente nas mulheres, que estavam vivendo nas condições apresentadas por Ofélia e por D. Isabel, de romper com o casamento e alcançar a liberdade desejada.

Em meio aos impasses vivenciados pela personagem para conseguir viver esse amor, Ofélia fica noiva de Luís, que viaja a trabalho para conseguir estabilidade financeira e, assim, casar com sua amada. Com o passar do tempo, o distanciamento entre o casal só aumentou, já que o único meio de comunicação se dava pela troca de cartas. Para além dos problemas com a comunicação, ainda havia um plano elaborado pelo irmão de Ofélia, juntamente com seu pai: um tipo de “complot entre pai e filho” (BEIRÃO, 1950, p. 195), com o intuito de impedir que as cartas de Luís chegassem até a jovem.

Essa falta de notícias sobre Luís a fez a jovem pensar que ele tinha rompido com sua palavra, chegando a pensar que estava com outra mulher. Diante do sofrimento causado pela falta de notícias, Ofélia resolve seguir sua vida sem Luís:

O tempo ia dobando interminavelmente o fio das vidas e Ofélia terminou por resignar, convencida de que Luís casara, tendo essa ideia ajudado a vencer a mágoa que a torturava. Resolveu começar a frequentar a sociedade, indo a todas as festas, para no meio dos divertimentos se esquecer um pouco desse amor que lhe devorava a alma. Para ela, tinha sido um lindo sonho que a

realidade destruíra, e, para as pessoas de família, um pesadelo que, felizmente, passara. (BEIRÃO, 1950, p. 195)

A partir desse momento, sentiu-se abandonada e seu pai, aproveitando a situação, fez-lhe uma proposta para que casasse com um pretendente do seu agrado: “Afonso delirava com a ideia de ver a filha casada com uma figura de tão alto prestígio na política e na sociedade” (BEIRÃO, 1950, p. 201-202.). A atitude do seu genitor faz-nos perceber a presença dos costumes tradicionais, segundo os quais a moça deveria aceitar um pretendente escolhido por sua família. Segundo Oliveira (2007), as moças não escolhiam seus companheiros com liberdade, e o casamento “arranjado” era dominante na sociedade burguesa. Se, mais tarde, os maridos as traíssem, ou as ignorassem, a solução era aguentar, amparadas na oração, na resignação e nos conselhos da igreja. A situação dada fez Ofélia refletir sobre seu destino: aceitar um casamento arranjado para satisfazer a vontade da sua família ou esperar seu amado? O envolvimento com outro homem era o que estava distante do seu pensamento, pois o sentimento por Luís ainda era muito vivo na jovem. Em uma conversa com a mãe, mostra a força desse sentimento ainda presente na sua vida:

O Luís vive comigo, trago-o sempre no meu pensamento e, se ainda conto, é porque julgo que ele me está a ouvir. E quando toco, suponho sempre que ele está ao meu lado. Acha que nestas circunstâncias poderia casar? (BEIRÃO, 1950, p. 204)

Foi uma decisão difícil, mas com muita sabedoria e autonomia, Ofélia decidiu aceitar, desde que seus pais também aceitassem suas condições:

Por fim cedeu ao desejo dos pais. Ficou combinado o casamento e, alguns dias depois, efectuava-se a conferência de Afonso com a mulher e a filha, Ofélia repetiu o que dissera à mãe e declarou-lhe solenemente que, se um milagre do Céu ou qualquer coisa de extraordinário fizesse aparecer o Luís, nesse dia bem-aventurado, nessa hora bendita, se consideraria divorciada... – O pai tem de declarar e ficar também ciente da minha decisão, que é absolutamente irrevogável: Se um dia a hipótese que aponto se tornar em realidade, não haverá nada no mundo que me demova do meu propósito. Transijo com a sua vontade casando, mas se um milagre, que creio impossível, ressuscitar o pobre Luís, o meu divórcio é inevitável. Não haverá argumentos que modifique este propósito. Se o pai e o Lencastre aceitam esta condição, casarei, mas friso-lhe bem, é unicamente para lhe fazer a vontade. (BEIRÃO, 1950, p. 205)

Vivendo em uma época de prevalência dos costumes patriarcais, requerer o divórcio era algo que colocava a mulher à margem, já que lhe cabia preservar seu caráter e, para isso, a manutenção do casamento era fundamental. Conforme Oliveira (2007, p. 134), “Por que há de

a desquitada, embora virtuosíssima, ser olhada com indiferença, com desprezo, com desconfiança...Ah! é a lei que a escraviza! É a lei que a desonra! É a lei que a assassina!”  
Ainda nas palavras de Oliveira,

A mulher separada ou desquitada é, na nossa sociedade atrasadíssima, um pária, tivesse sido embora, a vítima, e sofrido as maiores torturas do marido. Não tem mais jus à família, não pode reconstituir o lar, não lhe consentem amar, negam-lhe até o justo direito à maternidade! A lei condena-lhe o útero à esterilidade, como se dele não pudesse sair um grande homem a reformar tudo isto que há de mau e inútil, nesta mesma sociedade que não esperou o divórcio para se corromper. (OLIVEIRA, 2007, p.58)

Mesmo sabendo das inúmeras críticas e ofensas que iria enfrentar, a jovem foi firme em seu parecer: “o divórcio repõe tudo no seu lugar” (BEIRÃO, 1950, p. 227). Na época em que o romance foi escrito, a mulher já havia conquistado o direito ao divórcio nos anos passados, ou seja, em 1910, quando Portugal estava no período da I República. Entretanto, a década de 50 assistiu a um retrocesso, conforme já mencionado. Fica claro, com isso, que muitas mulheres conseguiram seguir seus destinos, sem se preocupar com as críticas sociais, prevalecendo a busca pela felicidade. Foi o que aconteceu com a segunda personagem do romance, que apresenta as qualidades de “uma mulher de caráter que cumprirá a sua palavra”. (BEIRÃO, 1950, p. 222)

Com o retorno do amado, Ofélia, com muita determinação e, mesmo vivendo em uma época essencialmente machista, não se importou com os julgamentos sociais e cumpriu com o que havia determinado, já que era sua felicidade e seu bem-estar físico e emocional que importavam. Mesmo com as ciladas preparadas para separar Ofélia e Luís, a narradora deixa bem explicado, logo nas últimas linhas do romance: “– Não se podem alterar as leis do destino. A providência traça um caminho a quem é inútil interpor desvios”. (BEIRÃO, 1950, p. 277)

O trecho em destaque nos encaminha à seguinte reflexão: mesmo em momentos difíceis, na condição de mulher, os enfrentamentos constantes em busca da liberdade nos levará a nosso triunfo, da mesma maneira que levou Ofélia a concretizar seus desejos: “E num dia de maio florido uniram-se para sempre aquelas duas almas que desde o berço se amavam e desde o Céu estavam prometidas” (BEIRÃO, 1950, p. 279). Segundo Torres,

Com efeito, o século XX tem, entre outros, dois importantes protagonistas: as mulheres e o amor. As primeiras foram ultrapassando as limitações impostas e mostraram, a partir de diversos contextos sociais, o que sabiam, o que faziam e o que estavam dispostas a dar, muito para além da função

materna a que tinham querido limitá-las. De uma ideia de mulher-natureza, circunscrita no ser e na ação aos condicionamentos biológicos, passamos para uma ideia de mulher-indivíduo, dona do seu destino, responsável por si e pelos seus atos. Trata-se de um processo de transformação ainda em curso, com atalhos e curvas sinuosas. (TORRES, 2004, p. 408)

Historicamente, o percurso da mulher é marcado por inúmeras transformações. Assim, pode-se identificar, no romance em análise, a posição da autora em expor a sua opinião quanto ao assunto e à condição da mulher em relação à prática do divórcio. No tocante ao enredo, vê-se a importância de apresentar questões que ainda demandam a quebra de padrões. Por isso, acredita-se que, através da escrita de romances, Sarah Beirão contribuiu para os avanços que chegaram aos anos 70. Dentro dessa perspectiva, é pertinente apresentar enredos que façam crítica ao patriarcalismo, percurso longo e difícil, mas gratificante, que resultou em inúmeras conquistas em relação à condição feminina. Contudo,

A liberdade da mulher envolve um percurso longo e árduo pois é necessário desconstruir os conceitos tradicionais, redesenhar os papéis de homens e mulheres e prepará-los para assumirem as novas tarefas com igualdade e respeito. (ZINANI, 2013, p. 119)

Essa liberdade é resultado da audácia de grupos que lutaram para conquistar o espaço da emancipação feminina, a valorização da mulher como sujeito ativo na sociedade, sujeito do próprio e não mais subordinada a seguir padrões estabelecidos. Assim, essa nova visão do mundo proporciona à mulher condições favoráveis. Em conformidade com Oliveira (2007, p. 155), “É preciso ser forte! A vida é um dever, talvez, o mais árduo a cumprir. E nela triunfa, sempre, quem tem maior capacidade para resistir ao sofrimento”. Aqui, apresentamos um romance que relata duas mulheres, com duas formas distintas de viver a vida: uma segue os padrões, e o resultado é uma vida marcada por opressões; a outra apresenta qualidades já de uma mulher emancipada, que rompe com a tradição e alcança sua liberdade. É importante destacar que, na época de escrita do romance, um período marcado por padrões conservadores, mas que, mesmo assim, Sarah Beirão conseguiu apresentar a diferença das personagens e seus destinos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa estudou a condição feminina da sociedade portuguesa por meio da escrita de Sarah Beirão, permitindo uma apreciação do período compreendido entre as décadas de 1940 e 1950, no que se refere à condição social da mulher, naquela época. Engajada na luta em prol dos direitos femininos, a escritora denunciou as injustiças, enfatizando que “o egoísmo masculino opõe-lhe barreiras tremendas”. (OLIVEIRA, 2007, p. 170)

Durante a pesquisa, foram apresentadas algumas informações sobre o percurso da escritora e suas reivindicações em prol da igualdade, evidenciando o seu comprometimento na luta por espaços que eram negados ao sexo feminino. A atual liberdade conquistada pela mulher, mesmo que ainda prevaleça algumas atitudes preconceituosas, provêm de ações semelhantes às de Sarah Beirão; mulheres que apresentavam seus pensamentos revolucionários e não se acomodavam diante da opressão que sofriam.

A apreciação da vida e da obra de Sarah Beirão revelou que sua escrita surge como uma crítica ao sistema opressor e dominador da época, em uma tentativa de promover a emancipação feminina, na contramão de uma sociedade que cerceava a plenitude da mulher. Diante do cenário de submissão, foi preciso lutar e reivindicar, no intuito de romper com esse ideal que seguia fortemente arraigado, nas práticas sociais. De maneira leve e simples, sua escrita expõe sua revolta contra o tradicionalismo, perpetuado de geração em geração, demonstrando o poder da escrita como ferramenta para reivindicar direitos.

Assim, apresentou-se uma mulher portuguesa que buscou romper contra um sistema repressivo e misógino. Sua trajetória não se limitou apenas à participação em congressos, eventos, na imprensa, nos jornais e nas revistas da época; Sarah Beirão também utilizou da literatura, em especial do gênero romance, para apresentar suas críticas e posicionamentos em torno da condição da mulher em Portugal. Foi a partir desse envolvimento que o presente estudo foi realizado, analisando dois romances da escritora, os quais apresentam questões pertinentes para os estudos de gênero.

Os escritos de Sarah Beirão foram essenciais para alcançar muitas mulheres que se encontravam presas aos padrões, permitindo um movimento de reflexão, além de incentivá-las a revolucionar os padrões tradicionais, tornando-se sujeito atuante na sociedade. As obras literárias utilizadas neste trabalho possuem teor crítico e revelam questões contra o sistema tradicional da época.

Além disso, é relevante salientar o contexto político-social de Portugal no período em que as obras foram escritas, sendo eles os períodos históricos republicano e salazarista. Por meio da análise desses momentos, interligando com as questões apresentadas nos romances em estudo, encontram-se indagações sobre a condição imposta ao sexo feminino, possibilitando entender o percurso da construção da identidade feminina, além de evidenciar a determinação de mulheres respeitáveis, que se dedicaram a lutar contra um sistema opressor.

O corpus analisado, os romances *Sozinha* (1940) e *Um divórcio* (1950), tiveram por finalidade oferecer um conjunto de diálogos entre a condição da mulher e a maneira como era tratada perante uma sociedade moldada pelas práticas opressoras, que excluía e silenciavam a mulher nos diversos âmbitos. As questões e críticas presentes nos romances em estudo são essenciais, pois trazem luz sobre dois pontos importantes da condição feminina na época: a busca pela aceitação da mulher nos espaços educacionais e a livre escolha da mulher diante da relação conjugal, que fazem parte da evolução histórico-cultural da mulher portuguesa, no início do século XX. De acordo com Oliveira,

Impõe-se modificar o comportamento, mostrar a possibilidade de investir na cultura e na educação como ações transformadoras da sociedade. Nesse sentido há dois aspectos importantes: o primeiro, a educação, que transpõe barreiras de caráter reflexivo, emerge o discernimento; e o segundo, a cultura, que transpõe as barreiras de caráter social, emerge a identidade. (2007, p.09)

Partindo das questões apontadas, o primeiro romance apresentado foi *Sozinha* (1940), cujo enredo contém questionamentos e críticas a respeito do contexto histórico da educação da mulher, algo pertinente aos estudos de gênero, já que relata um momento importante na trajetória da garantia do direito à educação. Além disso, a mulher era impossibilitada de se envolver com as atividades educacionais, permitidas apenas ao homem, visto como o único dotado de capacidade para lecionar e formar o conhecimento.

Dentro dessa perspectiva, a narrativa apresenta uma das grandes conquistas alcançadas pelos movimentos femininos, que reivindicaram um maior envolvimento da mulher com as práticas educacionais. O romance apresenta Júlia de Almeida, uma personagem cuja história simboliza a força da mulher, ao se envolver com as práticas educacionais. Representa também a transição da mulher incapaz e submissa, controlada pela sociedade, para um indivíduo independente e instruído. Desse modo, a escritora confronta o silenciamento da mulher em relação à educação, em um percurso árduo e doloroso até chegar ao acesso à educação feminina.



O segundo romance estudado, *Um Divórcio* (1950), tece outra importante crítica social, desta vez, relacionada à possibilidade de dissolução do casamento, ponto pertinente aos estudos de gênero, ao retratar como a mulher divorciada era vista perante uma sociedade estereotipada, e “a permanência da ‘rainha do lar’, aquela encasulada nos domínios domésticos, dependente de seu marido e mantenedor” (OLIVEIRA, 2007, p. 15). Segundo essa perspectiva, a escritora apresenta duas personagens femininas que passam pelo divórcio, entretanto, com destinos diferentes, no intuito de gerar uma identificação com a leitora, sendo essa também uma maneira de confrontar o tradicionalismo da época.

Nesse romance, a crítica se faz em torno da prática do divórcio, como se “o termo desquitada fosse sinônimo de prostituição” (OLIVEIRA, 2007, p. 159). Assim, era extremamente rejeitada pelos padrões sociais, uma vez que o destino da mulher era o casamento indissolúvel e, aquelas que iam contra tais padrões, eram abolidas pela classe hegemônica, masculina. Partindo desses apontamentos, a obra literária apresenta duas realidades em torno da condição feminina: a primeira com D. Isabel, uma mulher que teve sua vida marcada pela dominação do sexo masculino e por muito sofrimento, negação, abandono e angústia, sobretudo devido a sua escolha de silenciar as próprias dores, tornando-a uma mulher ainda mais submissa aos padrões sociais. Interessante observar que, através da história de D. Isabel, a escritora busca expor que, quando a mulher se silencia e aceita sua realidade, negando-se a lutar pelos desejos e vontades, contribui ainda mais para o progresso e fortalecimento dos padrões machistas.

Em seguida, o romance narra a história de Ofélia, que contradiz a de D. Isabel, demonstrando a importância de lutar pelos desejos e vontades, para alcançar a liberdade, mesmo que eles sejam contrários aos padrões estabelecidos pela sociedade. A personagem, embora sabendo das consequências do divórcio, continuou firme em sua decisão, permitindo sair de um casamento por conveniência e alcançar sua felicidade. Assim, Ofélia representa a importância do direito ao divórcio, um importante progresso na trajetória da mulher.

É interessante observar que, no interior das obras literárias utilizadas para essa pesquisa, encontra-se uma mensagem de transgressão e ruptura de padrões, ou seja, “um brado de indignação contra a injusta e esmagadora situação da mulher”. (OLIVEIRA, 2007, p. 33)

Sarah Beirão empenha-se em derrubar os sistemas que marginalizavam a mulher. Com muita resistência, sensibilidade e empatia, a escritora exhibe, nos seus escritos, a luta pela igualdade entre os sexos, na condição de mulher que enfrentou os preconceitos e os sistemas,

transgrediu e conseguiu contribuir com a luta contra a ignorância, o machismo e quaisquer práticas que reprimiam a liberdade feminina.

A partir dessas indagações apresentadas no trabalho, salienta-se a importância de estudar obras de autoria feminina, pois ninguém melhor que a mulher para expor suas lutas e conquistas e para apresentar questões que a colocavam em situação marginalizada. Elas traçaram um percurso difícil, sendo silenciadas e obrigadas, por exemplo, a esconder suas verdadeiras identidades por trás de um pseudônimo, como é o caso de Sarah Beirão, para poder publicar seus escritos.

Após um árduo caminho, os movimentos que reivindicavam os direitos da mulher e a igualdade entre os sexos foram ganhando força, junto com os escritos femininos, que passaram a ser valorizados, o que se tornou possível graças aos Estudos Culturais. Portanto, ao estudar tais obras, é possível perceber o desafio da escritora portuguesa, de conseguir derrubar os muros da indiferença.

O envolvimento de Sarah Beirão com a literatura interligou sua realidade com a de muitas mulheres, possibilitando conhecer o percurso da mulher portuguesa na História e como as suas reivindicações possibilitaram-lhe apresentar sua voz ativa perante a sociedade. Diante dos fatos destacados, podemos considerar que a escritora teve uma voz denunciante através das práticas literárias, almejando rápidas mudanças do cenário social predominante. Seu envolvimento na História das mulheres portuguesas foi um ato de democratização importante para alcançar a mudança da condição feminina.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luciana Andrade de. **Feminismo, consciência de si e estratégias de resistência ao estado novo em Portugal: a viagem de Maria Lamas ao encontro das trabalhadoras no livro “As Mulheres do meu País” (1948-1950)**. 2011.
- ALMEIDA, Jane Soares de. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB. Campo Grande - MS, n. 31, p. 165-181, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/132/251>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares de. As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 81, n. 197, 2000. Disponível em: <http://www.rpeb.inep.gov.br/index.php/rpeb/article/view/947> Acesso em: 04 jan. 2021.
- AMÂNCIO, Lígia; TAVARES, Manuela; JOAQUIM, Teresa; ALMEIDA, Teresa S. de (Orgs.). “Os feminismos em Portugal: o longo caminho das mulheres”. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 823-841, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**, v.1. Tradução Sérgio Milliet. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**, v. 2. Tradução Sérgio Milliet. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BEIRÃO, Sarah. **Sozinha**. Porto: Editora 70, 1940.
- BEIRÃO, Sarah. **Um divórcio**. Porto: Editora 70, 1950.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2012.
- BRANDOLT, Marlene Rodrigues. **Entre o fim do século XIX e o início do século XX: a luta pelo divórcio e as escritoras brasileiras**. 2017. 293 f. Tese (doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/178329/347201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jan. 2021.
- BRANDOLT, Marlene Rodrigues. Circunstâncias Divorcistas na Literatura de Maria Benedita Câmara de Bormann (Délia). **Revista Água Viva**. Volume 3, Número 3, Edição Especial 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/aguaviva/article/view/22120/21935>. Acesso em: 16 abr. 2021.
- CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da. (Orgs.). **Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

CANDEIAS, António. A Primeira República Portuguesa (1910-1926): educação, ruptura e continuidade, um balanço crítico. **Atas do V Encontro Ibérico de História da Educação: Renovação Pedagógica**, p. 161-192, 2003.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2004. Disponível em: file:///C:/Users/pedro/Downloads/368-Texto%20do%20artigo%20%20Arquivo%20Original-1486-1-10-20071018.pdf. Acesso em: 21 Dez. 2020.

CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e estudos culturais. *In*: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá, Eduem, 2009, p. 319-325.

CIXOUS, Helene. **La rísa de La medusa: ensayos sobre la escritura**. Traducción de Myriam Díaz-Diocaretz. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 2001.

COVA, Anne; PINTO, Antonio Costa. O salazarismo e as mulheres: uma abordagem comparativa. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, n. 17, p. 71-94, 1997.

COVA, Anne. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947). *In*: **Revista Notícias: Mulheres e República**. Impressão: SIG, Tiragem 4000 exemplares, Lisboa, 2010.

DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. **Comunicação apresentada na ANPOLL – II- Encontro Nacional**, Rio de Janeiro, 1987. p. 15-23. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/view/17198/1576>. Acesso em: 01 jul. 2020.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ESTEVES, João. Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. **Penélope: revista de história e ciências sociais**, ISSN 0871-7486, Nº. 25, 2001, págs. 87-112.

ESTEVES, João. Da esperança à decepção: a ilusão do sufrágio feminino na Revolução Republicana Portuguesa de 1910. **História constitucional: Revista Electrónica de História**, n. 15, p. 15-471, 2014.

FILHO, Flavio Ferreira Lisboa; SANTOS, Filipe Bordinhão dos. Perspectivas para pensar os estudos de recepção e a masculinidade a partir dos estudos culturais e de gênero. **Rev. Estud. Comum**. Curitiba, v. 16, n. 40, p. 229-242, maio/ago. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/pedro/Downloads/Perspectivas\_para\_pensar\_os\_estudos\_de\_recepcao\_e\_.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

GOVERNO, Diário do. **Lei do divórcio**: aprovada por dec. de 03 de novembro de 1910, nº26, 03/11/1910, p. 282. 1910.

GOMES, Calil de Siqueira. A educação feminina como forma de emancipação na história das mulheres. **Revista Intersaberes**, vol.9, n.18, p.374-394, jul.- dez. 2014.

JACOME, Mirele Carolina Werneque e PAGOTO, Cristian. Cultura Patriarcal e Representação da Mulher na Literatura. **Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE** - Campus de Foz do Iguaçu, V. 11 n° 1 p. 1º semestre de 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/pedro/Downloads/4936-17954-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 Dez. 2020.

JESUS, Milena Santos de; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. A abordagem conferida ao sexo e gênero nas distintas ondas feministas. **Revista café com Sociologia**, v. 3, n. 3, p. 188-206, 2014.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <http://filipe.tripod.com/LLobo.html>. Acesso em: 16 out. 2020.

LOUSADA, Isabel. Elos de progresso científico e social: contributo para a História das Mulheres cientistas em Portugal. In: LOUSADA, I.; GONÇALVES, M. J. (Eds.), **Women, Science and globalization: Whats up?** Lisboa: Amonet, p. 57-85, 2012.

LOUSADA, Isabel. International Expectations: ICW – Prelúdio para o CNMP. **Faces de Eva: Estudos sobre a mulher**. Lisboa. Nº 22, p. 51-69. 2009

MATOS, Maureen Lessa; GITAHY, Raquel Rosan Christino. A evolução dos direitos da mulher. In: **Colloquium Humanarum**. 2007. p. 74-90.

MOURA, Carlos André Silva de. Religião e educação: os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938). **Pro-Posições**, e-ISSN 1980-6248, Campinas, SP. V. 30, 2019.

MAXWELL, Kenneth. **A Construção da Democracia em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Estudos Feministas**, volume 11, número 01, Florianópolis, 2003. p.225 -233.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. As novas cartas portuguesas e a insurgência feminista em Portugal. **Historiæ**, v. 7, n. 1, p. 9-28, 2016.

NASCIMENTO, Michelle Vasconcelos Oliveira do. Sobre a história da literatura e o silenciamento feminino: questões de crítica literária e de gênero. **Historiæ**, Rio Grande do Norte, 2015, p.283-301. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5418/3357>. Acesso em: 16 out. 2020.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, MARY. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 482-509.

OLIVEIRA, Andradina América de Andrade. **Divórcio?** Organizado por Hilda Agnes Hübner Flores. Porto Alegre: Ediplat; Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Às Mulheres Portuguesas**, Livraria: Editora Viúva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905, p. 11.

PAIS, Fátima. Sarah Beirão – um exemplo de vida e para vida (na modernidade). **Revista Arganilia**, III série, nº25, Tábua- Coimbra 2012.

PEREIRA, Miriam Halpern. 1ª República e o sufrágio em Portugal: o debate de 1911 em perspectiva diacrónica. **História constitucional**, n. 15, p. 509-527, 2014.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: **Simpósio sobre Estudos de Género e Políticas Públicas**, v. 1, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. de Angela M. S. Corrêa. 1. Ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.

PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João. Educação da mulher. **Dicionário de História da I República e do Republicanismo**, v. 1, p. 1083-1087, 2013.

PINTASSILGO, Joaquim. Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da educação nova. O exemplo do Instituto Feminino de Educação e Trabalho (1911-1942). **Revista História da Educação**, vol. 11, núm. 23, septiembre-diciembre, 2007, p. 35-65.

PINTO, Maria de Fátima M. M. As mulheres e a leitura pública em Portugal no início do século XX: Um olhar sobre a presença feminina nas bibliotecas. **Faces de Eva**. Estudos sobre a Mulher, n. 38, p. 79-96, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand. Brasil, 1995.

SECCO, Lincoln. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista ADUSP**, n. 33, p. 6-12, 2004.

SILVA, Maria Regina Tavares da. Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX. **Análise Social**, v. 19, n. 77/79, p. 875-907, 1983.

SILVA, Manuel Carlos; JORGE, Ana Reis; QUEIROZ, Aleksandra. Uma pesquisa sobre processos (pós) divórcio em Portugal: lei, género e práticas sociais. **O público e o privado** - Nº 19 - Janeiro/Junho – 2012.

SOUSA, Isabel Maria Rodrigues. **Educação Feminina no Estado Novo (1938-1948): impacto na imprensa periódica**. 2019. 149 f. Tese (Mestrado em História Contemporânea) - Universidade do Porto, Porto, 2019. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/122635/2/356273.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Maria Manuela Paiva Fernandes. **Feminismos em Portugal (1947-2007)**. 636 f. Tese (Doutorado em Estudos sobre as Mulheres). Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1346>. Acesso em: 22 mai. 2020.

TORRES, Anália Cardoso. **Casamento em Portugal**: Uma análise sociológica, Oeiras: Celta Editora, 2002.

TORRES, Anália Cardoso. Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 405-429, Set./Dez. 2004.

TORRES, Anália Cardoso. **O Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos**: Uma Análise Sociológica, Oeiras, Celta Editora, 1996.

TORRES, Anália Cardoso. **Sociologia do Casamento**: A Família e a Questão Feminina, Oeiras: Celta, 2001.

VAQUINHAS, Irene. **Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX**. Lisboa: Colibri. 1999.

VAQUINHAS, Irene. Os caminhos da instrução feminina nos séculos XIX e XX. Breve relance. **Turres Veteras III**, Actas de História Contemporânea, p. 93-101, 2000.

XAVIER, Elódia. Reflexões sobre a narrativa de autoria feminina. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Tudo no feminino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Crítica Feminista. In: BONICCI, Tomas; ZOLIN, Lúcia Ozana (Orgs.). **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 217-242.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Ozana (Org.) **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 327-336.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Os estudos de gênero e a literatura de autoria feminina no Brasil. In: **15º Congresso de leitura no Brasil**. UNICAMP, Campinas, 2005. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais15/alfabetica/ZolinLuciaOsana2.htm](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/ZolinLuciaOsana2.htm). Acesso em: 02 set. 2020.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. Produção literária feminina: um caso de literatura marginal. **ANTARES** – Vol. 6, Nº 12, jul./dez. 2014.

ZOLIN, Lúcia Ozana. **Literatura e gênero**: a construção da identidade feminina. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

ZOLIN, Lúcia Ozana. Crítica feminista: uma contribuição para a história da literatura. In: **Seminário Internacional de História da Literatura**, 9, 2012, Porto Alegre. Anais eletrônicos Porto Alegre: Edipucrs, 2012. p. 407-415. Disponível em:

<https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/18.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.